



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da 20ª Reunião Ordinária do Pleno Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Palácio do Planalto, 05 de dezembro de 2006

Eu acho que não cabe discurso aqui, Tarso. Cabem apenas algumas palavras de agradecimento pelo significado que teve o Conselho nesses primeiros quatro anos.

Quero começar dizendo para vocês que entre idas e vindas, entre acertos e erros, entre convergências e divergências, o dado concreto é que o Conselho prestou um relevante serviço à sociedade brasileira.

Vocês não fiquem preocupados, porque essas coisas que a gente faz na política não aparecem no mesmo dia, ou, às vezes, no mesmo ano. Às vezes, leva tempo para as pessoas compreenderem que as coisas foram boas. Imaginem que Juscelino demorou 50 anos para ser reconhecido pela história deste País.

O Conselho, por tudo que eu participei aqui, por tudo que eu ouvi dizer, tanto do Tarso quanto do Jaques Wagner, que foram coordenadores do Conselho, certamente não prestou todo o serviço que poderia prestar, porque a ele não foram dados os desafios que precisariam ser dados, todos, pelo menos, e possivelmente não tenhamos cobrado as coisas que tantas vezes vocês queriam discutir e que não foi possível discutir.

Eu acho que todos nós precisaríamos ter esses primeiros quatro anos de experiência do Conselho como um aprendizado. Quando vocês fizeram o curso universitário, quando vocês se formaram, depois de quatro anos, vocês eram apenas bacharéis. Depois, precisaram fazer doutorado, pós-graduação e não sei quantas coisas mais para vocês poderem virar o que são hoje.

O Conselho é a mesma coisa. Nós todos aprendemos um pouco com



ele, aprendemos muito na convivência que foi estabelecida entre todos os membros do Conselho. Eu espero que a gente possa, para os próximos quatro anos, ter um Conselho mais vigoroso ainda, um Conselho mais plural, um Conselho com os setores todos representados, para que a gente possa produzir as boas políticas que o Estado brasileiro precisa produzir, para a gente mudar a situação e fazer o País voltar a crescer mais, que é o que todo mundo deseja, fazer o País crescer e, conseqüentemente, fazer justiça social, que é a razão pela qual todos nós estamos aqui.

Vocês têm ouvido ou lido na imprensa que eu ando repetindo diversas vezes a palavra “destravar” o País. Eu estou convencido de que destravar o País é condição “sine qua non” – gostou do “sine qua non”, Oded? – é a condição básica para que a gente possa dar o passo seguinte.

Eu penso que no primeiro mandato nós fizemos aquilo que era necessário fazer. Possivelmente não tenhamos feito tudo o que era possível fazer, mas fizemos o que estava ao nosso alcance para que a gente pudesse hoje, com muito mais sobriedade e com muito mais certeza, dizer que agora nós estamos prontos para dar os próximos passos.

Os próximos passos que nós temos que dar, sem que haja nenhuma má interpretação, é o destravamento: o destravamento da política brasileira, o destravamento de alguma legislação brasileira, o destravamento da burocracia brasileira, porque senão nós não andamos; o destravamento da economia brasileira, o bloqueio, a que estão submetidos estados, municípios e a União, de investimentos, as amarras que foram colocadas no País nos momentos em que o País estava quebrado, e é importante que a gente não se esqueça disso. E sem cometermos nenhum ato de loucura, porque não abriremos mão da responsabilidade fiscal e não abriremos mão de controlar a inflação, nós vamos ter, meu caro Armando, de fazer uma verdadeira revolução de exercícios de engenharia política e econômica para que a gente possa fazer o Brasil crescer acima de 5%. E estou convencido de que as condições estão dadas.



Eu, a partir da semana que vem, quero começar a conversar com as categorias econômicas, tanto de empresários, quanto dos trabalhadores. Não haverá organização de banqueiros, de empresários, de vários setores, porque nós vamos conversar para saber o problema de cada um, o que pode ser feito com cada setor. O problema do crescimento é um problema do destravamento, mas é também um problema da crença que nós tivermos nas possibilidades deste País crescer. Eu estou com a disposição e com o compromisso de que nós, governo, temos a responsabilidade de fazer acontecer. E fazer acontecer com outros setores da economia o que nós já fizemos com a construção civil e que sabemos que pode ser feito mais. Fazer tudo sem cometer nenhum ato de desatino com a economia brasileira, para criar fragilidade que amanhã vai nos colocar, outra vez, tendo que trabalhar de manhã para poder pagar o almoço, e trabalhar à tarde para poder pagar a janta. Isso, nós não queremos. Nós queremos, a partir do padrão de estabilidade que nós conseguimos construir neste País, a partir das coisas que nós fizemos neste País.

Quando tomei posse, Armando, eu me lembro de que uma vez fui à Bolsa de Valores em São Paulo, e o receio de eu ir à Bolsa de Valores era que o pessoal de mercado não tinha confiança no meu governo, não acreditava que era possível. Veja a ironia do destino, Juruna. Quando eu tomei posse, a Bolsa tinha onze mil pontos, hoje são 43 ou 46 mil pontos, ou seja, você imagina que nós quadruplicamos a nossa Bolsa de Valores. E isso pode ser feito com vários setores da economia. Eu acho que, para a gente fazer isso, é preciso que haja o compromisso, não apenas do Presidente da República, mas o compromisso da sociedade brasileira. Todos nós temos deveres e temos direitos. E todos nós sabemos, a começar pelos trabalhadores, pelos empresários e pelo governo, que se não estabelecermos regras nós não construiremos, porque o debate político, tal como está feito, pode não ajudar a gente a construir este País.

Finalmente, nós tivemos a aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena



Empresa, que pode ser um avanço extraordinário, a partir de julho do ano que vem. Nós precisamos ainda aprovar algumas coisas importantes para que a gente estabeleça definitivamente regras que possam garantir às pessoas fazer investimentos. Porque, meus companheiros trabalhadores e empresários, eu fico imaginando: toda vez que a gente convence alguém a fazer investimento, nós precisamos dar garantias de que a pessoa pode investir e correr apenas o risco econômico de o mercado não aceitar o seu produto. Mas a pessoa não pode correr o risco jurídico de não poder fazer o seu investimento, a pessoa não pode correr o risco de tantos embaraços que nós criamos para que se faça investimentos. Até parece um castigo fazer investimento neste País.

Nós estamos convencidos de que isso tem que mudar. E não é uma tarefa que o Presidente da República ou que os Ministros farão sozinhos, é uma regra que nós iremos construir juntos. Juntos, com todas as entidades de trabalhadores, todas as entidades de empresários, porque o Brasil que nós queremos deixar não é mais para nós, nós já passamos da metade da vida útil que nós temos na Terra ou, pelo menos, eu. Ou seja, o que nós precisamos é construir o País da nova geração. Esse é um compromisso do governo, é a razão pela qual o povo me elegeu para o segundo mandato, e não haveria outra razão para eu continuar sendo presidente da República, para fazer as mesmas coisas que eu já fiz. O que eu já fiz, já fiz, já foi julgado pelo povo. Agora, nós temos que dar o passo seguinte, até porque foi para esse passo seguinte que o povo voltou a votar na minha pessoa para presidente da República. O Guido tem trabalhado intensamente nessa área, o companheiro Tarso Genro tem trabalhado intensamente na área política, para ver se a gente reorganiza. O Márcio sabe que a agricultura já não está tão sofrida como esteve nos outros anos, eu já sei que tem gente vendendo a produção de 2008 e fazendo *hedge* e não conta para ninguém, só conta quando tem desgraça. Mas é assim mesmo, a gente aprende também que a vida é assim.

Eu estou convencido, Márcio, de que também na questão da agricultura,



a revolução pela qual nós vamos passar em função do papel do etanol no combustível mundial e em função do que podem significar os biocombustíveis, nenhum de nós ainda tem dimensão do que pode acontecer nos próximos dez anos neste País. Estou convencido, Armando, de que a indústria vai ter um salto de qualidade e eu serei um bom desafiador da indústria brasileira para que a gente possa crescer. Eu quero dizer para vocês que, da nossa parte, nós faremos o que estiver ao nosso alcance. Só não faremos gestos de irresponsabilidade porque eu tenho na pele o peso de chegar onde nós chegamos, e quem convive mais de perto comigo sabe do sofrimento para chegar onde nós chegamos. Não foi fácil. Muitas incompreensões e também muitas compreensões, e nós chegamos aqui. Jogar isso fora seria um ato de irresponsabilidade que eu jamais permitirei, jamais.

Daqui para a frente, meu caro Neto, é só melhorar. Vamos ter dificuldades? Vamos, mas as dificuldades nós superaremos no debate, na conversa, no diálogo, nos acordos que vamos fazer. Vamos continuar com uma forte política social e vamos continuar desenvolvendo este País de forma mais justa. Este País tem oito milhões e meio de quilômetros quadrados, tem regiões que já chegaram na quarta revolução industrial e tem regiões que chegaram, mal e porcamente, na primeira, e nós precisamos fazer com que o País seja mais justo na sua forma de desenvolvimento, na sua forma de política social e na sua forma de distribuição de renda.

Então, esses quatro anos serão quatro anos que, eu disse durante a campanha, e vou repetir para vocês: o segundo mandato será desenvolvimento, distribuição de renda e educação de qualidade. É para isso que eu fui eleito e é isso o que eu vou fazer. Espero, como sempre tive, a compreensão dos Conselheiros e que a gente possa juntos continuar corrigindo aquilo que deu errado no Conselho, continuar corrigindo aquilo que não deu certo no governo, aprimorar o que deu certo e trabalhar juntos porque afinal de contas todos nós somos, direta ou indiretamente, um pouco presidente deste



País.

De coração, Tarso, muito obrigado pela ajuda de vocês, muito obrigado pela compreensão de vocês em momentos difíceis. Em momentos difíceis, o Conselho não arredou o pé. O Conselho teve a grandeza de, em momentos de crise aguda, dizer: “nós não estamos aqui para fazer política partidária de A ou de B. Nós estamos aqui para construir coisas para este País”. E fizeram. Se não fizeram tudo, fizeram o que foi pedido e, certamente, vocês têm inteligência e criatividade para fazer muito mais.

Por isso, muito obrigado e até o próximo ano, se Deus quiser.

Leia o release sobre o assunto:

<http://www.info.planalto.gov.br/download/notas/REL041206.DOC>



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de entrega do III Prêmio Innovare: A Justiça do Século XXI**

Palácio do Planalto, 05 de dezembro de 2006

Senhor Márcio Thomaz Bastos, ministro de Estado da Justiça,
Ministro Gilmar Ferreira Mendes, vice-presidente do Supremo Tribunal
Federal,

Ministro Nelson Jobim, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, para
definir de que partido você é, porque levantaram dúvida aqui.

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,

Deputado federal Paes Landim,

Senhores ministros dos tribunais superiores,

Senhores desembargadores dos tribunais regionais, federais e dos
estados,

Juiz Rodrigo Collaço, presidente da Associação dos Magistrados
Brasileiros,

Promotor de Justiça José Carlos Cosenzo, presidente da Associação
Nacional dos Membros do Ministério Público,

Defensor público Leopoldo Portela Júnior, presidente da Associação
Nacional dos Defensores Públicos,

Senhor Pedro Freitas, consultor jurídico-geral da Companhia Vale do Rio
Doce,

Senhor Roberto Irineu Marinho, presidente das Organizações Globo,

Professor Carlos Ivan Simonsen Leal, presidente da Fundação Getúlio
Vargas,

Doutor Joaquim Falcão, diretor da Escola de Direito do Rio de Janeiro,
da Fundação Getúlio Vargas,

Senhoras e senhores membros da Comissão Julgadora e do Comitê



Especial,

Senhoras e senhores aqui agraciados com o Prêmio Innovare 2006,
Meu amigos e minhas amigas,

Nós todos aqui somos testemunhas de que vem ocorrendo um profundo esforço modernizador da Justiça no Brasil. E o próprio Poder Judiciário, antes de tudo, coloca-se à frente desse processo.

Cultivamos a consciência, estado e sociedade, de que a Justiça é uma premissa básica da democracia, da República e da cidadania.

Sabemos que a maior democratização do acesso ao Poder Judiciário e a sua capacidade de solucionar conflitos, cada vez com mais eficiência e agilidade, são fundamentais para garantir a harmonia e a segurança do convívio social, contribuindo para o desenvolvimento da nação.

Temos nos empenhado, juntamente com o Poder Judiciário, em levar à frente, por exemplo, uma reforma silenciosa – uma reforma que ainda não ganhou as manchetes dos jornais – que é tão importante quanto as que já foram aprovadas ou estão em tramitação no Poder Legislativo.

Estou falando da modernização dos cartórios, dos tribunais, da utilização das novas tecnologias para superar os gargalos administrativos e burocráticos que transformam os processos em verdadeiras corridas de obstáculos sem fim.

É com esse objetivo que surgiu o Prêmio Innovare, agora em sua terceira edição. Este evento é a consagração dessa agenda que construímos passo a passo e de forma coletiva.

Estamos aqui, portanto, para reconhecer e premiar publicamente a criatividade de juízes, promotores e defensores que se empenharam em iniciativas importantes para o avanço de uma Justiça voltada a toda a cidadania.

Desde o início do governo, como os senhores e as senhoras sabem,



realizamos e apoiamos medidas destinadas a reformar e fortalecer cada vez mais o Poder Judiciário. Temos certeza de que estamos avançando na consolidação de uma Justiça mais transparente, mais rápida e mais republicana.

Em 2003, por exemplo, o ministro Márcio Thomaz Bastos criou a Secretaria de Reforma do Judiciário, que foi o primeiro grande passo para a reestruturação da Justiça no País.

Quero destacar também o seu papel na aprovação da Emenda Constitucional 45, depois de 13 anos de tramitação no Congresso, que consolidou uma base institucional para o aprimoramento do Poder Judiciário.

Criamos ainda o tão esperado Conselho Nacional de Justiça, cujas atividades estão sendo fundamentais para garantir cada vez mais a moralidade da administração da Justiça, assegurando sua maior transparência.

A partir do Conselho atacou-se fortemente o nepotismo, foram sistematizados os processos de promoção de magistrados, e regulamentados os subsídios e vencimentos dos juízes e desembargadores.

O Conselho conferiu também outra dimensão para a discussão sobre o papel do Judiciário, inseriu o tema na pauta política, despertou, enfim, a sociedade para uma maior reflexão sobre qual o modelo de Justiça que queremos para o nosso País.

Minhas senhoras e meus senhores,

Essa não foi uma batalha apenas do governo, mas de toda a sociedade, que se envolveu no debate e defendeu mudanças profundas. Uma batalha do Congresso Nacional, que nunca votou tantas modificações legislativas para a construção de uma Justiça melhor.

E, sobretudo, uma batalha do Judiciário, que se despiu de velhos preconceitos e se empenhou em um processo de modernização sem precedentes, fortalecendo ainda mais a sua independência.

Lembro-me muito bem quando assinei, em dezembro de 2004,



conjuntamente com o presidente do Supremo Tribunal Federal e os Presidentes da Câmara e do Senado, o Pacto por uma agenda de reformas do Judiciário, contendo compromissos para aprimorar os serviços judiciais.

Tratou-se de um comprometimento republicano e inédito que fortaleceu ainda mais os mecanismos de acesso à Justiça e a reforma da legislação processual.

Esse esforço de negociação premiou a sociedade brasileira com importantes conquistas, como a efetiva consolidação das defensorias públicas. Garantimos, assim, sua autonomia administrativa na Constituição, para que possam desempenhar com total isenção suas atividades de defesa da população mais pobre.

Isso evidentemente é da maior importância, na medida em que todo cidadão e cidadã tem que ter por direito universal a igualdade perante a lei, mas também tem que ter as condições de se fazer representar dignamente na busca por justiça.

Foi por isso que criamos, somente nos últimos dois anos, mais de 1.265 cargos de defensores públicos nos estados e mais 169 cargos de defensores na União.

Além disso, avançamos no campo da reforma processual. A sociedade deseja ardentemente, por exemplo, abreviar a longa espera pela solução judicial de suas demandas, que chega, em vários casos, a mais de 10 anos. Superar essa dificuldade significa ampliar a democracia e contribuir para o maior desenvolvimento do Brasil.

Felizmente, diversos projetos voltados para a melhor administração da Justiça já foram enviados ao Congresso, vários foram aprovados e estão em vigor, e outros estão tramitando, o que nos permite acreditar que teremos um futuro muito melhor em nosso País.

Minhas amigas e meus amigos,

As práticas inovadoras que estão hoje aqui sendo reconhecidas,



facultando aos seus autores o Prêmio Innovare, contribuem, sem dúvida nenhuma, para o maior prestígio do Judiciário e, por conseqüência, para o maior prestígio de todas as instituições do nosso País.

Saúdo, portanto, mais uma vez essa iniciativa e todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o seu sucesso, na esperança de que a continuidade do nosso esforço conjunto contribua cada vez mais para a construção do Brasil justo e fraterno que almejamos.

Meu querido Márcio Thomaz Bastos, eu não sei em que momento a comissão julgadora te deu o Prêmio Innovare, mas certamente você fez por merecer. O que mais me chamou a atenção, Márcio, foi que as pessoas que ganharam os prêmios não tiveram nenhuma necessidade de fazer uma passeata em Brasília, não tiveram necessidade de marcar nenhuma audiência com o Presidente da República e não tiveram sequer a força de vir a Brasília pedir que mudasse alguma lei. O que eles mudaram, na verdade, foi o seu jeito de ser. O que eles mudaram, na verdade, foi não apenas se colocar diante de um problema em função de uma legislação existente mas, além de agir como juízes, como procuradores e como defensores, se colocaram também como seres humanos. Uma coisa é o que a lei permite que eu faça, outra coisa é o que a minha criatividade permite que eu utilize a lei para facilitar a vida das pessoas.

Nesses últimos 15 dias, ou mais ou menos 20 dias, eu tenho utilizado muito as palavras “destravar o País” e, certamente, Márcio, você conhece que quando eu me queixo que nós precisamos destravar o País, é porque tem um bloqueio secular criado nas mais diferentes áreas da República Federativa do Brasil.

Eu vou dar um exemplo para vocês: somente de dívida ativa do Tesouro Nacional, são 380 bilhões de reais; somente de dívida da Previdência, são mais 190 bilhões de reais, que não se sabe quando vai sair e, se sair, não se sabe se existem ainda os devedores para pagar aquela dívida. Ou seja,



somente na área administrativa, um processo desses demora sete anos. Para chegar ao Supremo Tribunal Federal, chega a 16 anos. Apenas um exemplo do que eu falo da necessidade de destravar este País e destravar, possivelmente, seja muito menos com grandes mudanças em legislação, mas certamente grandes compromissos que nós temos que assumir enquanto cidadãos ou cidadãs brasileiros, pensando em deixar para aqueles que virão depois de nós um mundo menos problemático, um mundo menos difícil do que o mundo que nós herdamos quando nós nascemos.

Portanto, você tem um desafio de fazer tantas quantas reformas você precisar fazer no País, mas sobretudo tem uma reforma que tem que ser cotidiana, tem que ser uma coisa de minuto a minuto – como se nós fôssemos uma metamorfose ambulante, querendo mudar e querendo fazer coisas todo dia diferentes – que é a mudança no nosso procedimento, que é toda vez que a gente tiver um problema, seja na Presidência da República, Márcio, ou seja na menor instância do Poder Judiciário, toda vez que a gente tiver que tomar uma atitude, a gente tem que pensar em todas as regras legais, mas se a gente colocar 30 segundos da nossa cabeça para saber que o resultado daquilo pode beneficiar a sociedade como um todo ou pode prejudicá-la, certamente, eu penso que as mudanças que nós queremos fazer no Brasil serão muito mais fáceis e os ganhadores serão os 190 milhões de brasileiros.

Lamentavelmente, nós temos uma cultura e temos que respeitar aquilo que a gente tem, uma cultura predominante. É que muitas vezes, as notícias boas não merecem os destaques que merecem uma notícia ruim. Possivelmente, eu acho que do ponto de vista econômico, a notícia ruim deve dar muito mais dinheiro do que a notícia boa porque... como é que a gente vai educar a sociedade brasileira de que as coisas boas acontecem em maior número que as coisas ruins no País e que muitas vezes elas não são mostradas?

Eu acho que o que vocês fizeram para ganhar esse Prêmio merece da



parte do governo, merece da parte do Ministro da Justiça, merece da parte do Poder Judiciário brasileiro e merece da parte dos meios de comunicação um tratamento especial, porque vocês provaram que é melhor a gente ser especial no tratamento com a sociedade do que a gente ser a mesmice que secularmente nós fomos neste País.

Meus parabéns, que Deus permita que o que vocês fizeram para ganhar esses prêmios motive outros milhões de brasileiros que podem seguir e ter vocês como exemplo.

Um abraço e boa sorte.

Leia o release sobre este assunto:

<http://www.info.planalto.gov.br/download/notas/REL041206-1.doc>



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da II Reunião de Chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA)

Cochabamba-Bolívia, 08 de dezembro de 2006

Querido companheiro Evo Morales, presidente da República da Bolívia,
Nossa querida Michelle Bachelet, presidente da República do Chile,
Meus companheiros e amigos presidentes dos demais países da América do Sul e da América Central,

Querido companheiro Daniel Ortega, recém-eleito presidente da Nicarágua,

E nosso companheiro Rafael Correa, recém-eleito presidente do Equador,

Amigos chanceleres,

Ministros,

Representantes dos movimentos sociais,

Amigos e amigas da América do Sul,

É uma honra abrir os trabalhos desta reunião da Comunidade Sul-Americana de Nações. Agradeço ao presidente Evo Morales e ao povo boliviano pela hospitalidade com que nos recebem aqui, em Cochabamba. Este encontro é um momento decisivo em nosso processo de integração. As recentes eleições na região reafirmaram a vocação democrática do continente sul-americano. Reafirmaram, também, o compromisso de nossos povos com a construção de um destino comum de paz, desenvolvimento e prosperidade para todos.

Queremos uma América do Sul mais unida politicamente, mais forte e articulada no plano econômico e comercial, capaz de reduzir as assimetrias



entre nossos países, mais próxima dos cidadãos e sensível à diversidade cultural do Continente. Acima de tudo, queremos uma América do Sul socialmente justa.

Caros colegas,

Às vezes me pergunto porque demoramos tanto para transformar a integração em realidade. Por que, em dois séculos de vida independente, somente nos últimos anos os chefes de Estado sul-americanos começaram a se reunir, tendo a integração como preocupação central. A América do Sul é uma das últimas regiões do mundo a se articular politicamente em torno de um projeto de integração. Despertamos, há pouco tempo, para a necessidade de unir o Atlântico ao Pacífico, o Caribe à Patagônia, integrando a Amazônia, os Andes, o Altiplano, o Grande Chaco, o Pantanal e a Bacia do Prata.

O mundo atual é cada vez mais complexo e competitivo. Não há espaço para o isolamento. Nenhum país, por maior que seja, por mais expressiva que seja a sua economia, consegue promover seus objetivos nacionais isoladamente.

A construção da Comunidade Sul-Americana de Nações não é um projeto excludente. Nossa integração se dá em diferentes planos. Somos membros do Mercosul, do Tratado da Bacia do Prata e do Tratado de Cooperação Amazônia. Pertencemos ao Grupo do Rio e à Aladi. Temos afinidades históricas e estreitos vínculos econômicos com a Comunidade Andina de Nações. Somos solidários com o destino dos países centro-americanos e caribenhos.

A Comunidade Sul-Americana não substitui esses esforços. Devemos valorizar os mecanismos de integração existentes, com a plena participação de todos os países sul-americanos. Devemos, também, consolidar a atuação internacional da América do Sul. Fomos protagonistas de uma experiência inédita ao realizar, em 2005, uma reunião de cúpula da América do Sul com o Mundo Árabe.



Há poucos dias estivemos na Nigéria, assentando as bases de um novo relacionamento entre a África e a nossa região. E temos a ambição de realizar uma reunião de cúpula com a Ásia, com ênfase nas oportunidades de negócios.

Estamos ajudando nossos irmãos haitianos, sob a égide das Nações Unidas. Estamos dando ao mundo uma demonstração da nossa vontade coletiva de assumir responsabilidades no campo da paz e da segurança.

Da mesma forma, a participação de muitos países de nossa região que integram o G-20, se empenham em reconstruir as relações comerciais em bases mais justas e equilibradas. O fortalecimento de nossa coesão ampliará nosso peso negociador e nossa capacidade de inserção internacional.

Meus amigos e minhas amigas,

A América do Sul é hoje uma grande área de livre comércio. O acordo Mercosul-CAN, que entrou em vigor no ano passado, foi o primeiro passo e já mostra resultados. Nos dez primeiros meses de 2006, só o comércio do Brasil com a América do Sul totalizou mais de 34 bilhões de dólares, o que é mais que em todo o ano passado. Temos que trabalhar na construção de preferências regionais em novas áreas, incluindo serviços, investimentos, compras governamentais e política de concorrência. O livre comércio é um instrumento, não um fim em si mesmo. Ele abre novas oportunidades, reduz as assimetrias e combate as desigualdades sociais da região, cria mais empregos e melhores condições de vida para todos. Por isso, queremos um comércio que gere benefícios equilibrados.

O Brasil está empenhado em aumentar suas importações da América do Sul. Somos também favoráveis a estender, automaticamente, às economias menores da região, as concessões estabelecidas nos acordos comerciais firmados pelos países sul-americanos. Temos que fomentar um número maior de parcerias produtivas entre nossas empresas, criar cadeias produtivas regionais que aproveitem as sinergias existentes, sobretudo em áreas



estratégicas, como a indústria aeronáutica, construção naval, medicamentos e bens de uso militar.

Gostaria de propor a realização, no primeiro semestre de 2007, de uma reunião de ministros de Indústria, para articular ações que permitam desenvolver indústrias e consórcios regionais nas áreas que definamos como estratégicas. Precisamos, também, aumentar o volume de investimentos de nossas empresas na própria região. Entre 2003 e 2005, as empresas brasileiras realizaram investimentos diretos no valor de 16 bilhões de dólares na América do Sul. Em 2006, esses investimentos registraram uma expansão substancial. Também queremos receber, e temos recebido, mais investimentos de nossos vizinhos.

O principal déficit de integração em nossa região ainda é na área de infra-estrutura de transportes e comunicações. A América do Sul é um continente que ainda não se comunica de forma satisfatória. O Brasil tem procurado dar a sua contribuição. Com recursos do Banco do Brasil e do BNDES, financiamos dezenas de projetos de infra-estrutura nos países vizinhos nos últimos anos, totalizando mais de 4,2 bilhões de dólares.

Estabelecemos, também, uma linha de financiamento do BNDES para desenvolver parcerias produtivas entre empresas brasileiras e de outros países sul-americanos. Devemos desenhar, agora, com a participação das companhias aéreas, um programa sul-americano de fortalecimento de conexões aéreas, com atenção especial ao fomento do turismo e dos vôos regionais, tendo como base as conclusões da Segunda Reunião dos Ministros e Altas Autoridades do Turismo na América do Sul, recentemente realizada em Porto Alegre, Brasil.

Para construir uma efetiva infra-estrutura, precisaremos de instrumentos financeiros adequados. Proponho que se examine, o quanto antes, o estado de implementação dos projetos da agenda da IIRSA, para rever prioridades e obter os financiamentos necessários. Não faltam recursos em nossa região.



Temos que canalizar a poupança regional, que hoje alimenta a ciranda financeira para os investimentos produtivos.

Precisamos desenvolver, com urgência, um sistema financeiro sul-americano, a partir da coordenação entre os bancos nacionais e regionais de desenvolvimento e da valorização dos mecanismos já existentes, como a CAF e o CCR da Aladi.

Precisamos, também, desenhar um mecanismo específico de garantias, que leve em consideração a situação particular das nossas economias, sobretudo as mais vulneráveis.

Temos que continuar estimulando iniciativas como as trocas comerciais em moedas nacionais. A experiência adquirida com esses ensaios de integração financeira, que devem ser graduais e conforme as possibilidades de cada país, contribuirá para a futura criação de um verdadeiro banco sul-americano de desenvolvimento.

Meus caros colegas,

A integração energética, ao lado da infra-estrutura, será um dos motores da Comunidade Sul-Americana de Nações. Esses dois pilares representam para a América do Sul o mesmo que o carvão e o aço significaram para a integração europeia nos anos 50.

Nossa região dispõe de uma das maiores reservas de recursos energéticos do mundo. O desafio está em promover investimentos e associações estratégicas, que permitam sua utilização em termos justos e com benefício para todos.

A integração energética sul-americana deve ter como fundamentos a segurança de acesso, a justa remuneração, a preocupação com a preservação ambiental, a inclusão social e a estabilidade das relações jurídicas.

Será importante realizar, ainda em 2007, uma reunião extraordinária de chefes de Estado da Comunidade, para tomar as decisões estratégicas necessárias ao planejamento da integração energética. Nossa agenda poderia,



inicialmente, incluir três metas fundamentais: Coordenar esforços na exploração e distribuição de petróleo e gás; ampliar a interconexão elétrica entre nossos países; e aprofundar a cooperação em matéria de combustíveis renováveis, como o etanol, o biodiesel e o H-Bio.

Caros amigos e amigas,

A integração sul-americana somente fará sentido se for abraçada por todos os nossos cidadãos e se for entendida em sua dimensão humana e solidária, contribuindo para a superação dos grandes flagelos de nosso continente: a pobreza e a exclusão social.

Por essa razão, precisamos definir, como propõe o presidente Evo Morales, uma vigorosa agenda social sul-americana, com metas específicas e mecanismos de seguimento de sua implementação. Quero repetir este texto: por essa razão, precisamos definir, como propõe o nosso companheiro Evo Morales, uma vigorosa agenda social sul-americana, com metas específicas e mecanismos de seguimento de sua implementação.

Precisamos caminhar rumo a uma cidadania sul-americana, entendida em seu sentido pleno. O acordo sobre isenção de vistos e passaportes, assinado em Santiago do Chile, é um passo importante nesse caminho. Um projeto tão amplo como o da nossa Comunidade precisa contar com instituições que permitam realizar nossos projetos, vencendo o conformismo burocrático e a falta de sentido de urgência para a consecução de nossos planos.

Por isso, o Brasil apóia com entusiasmo as propostas elaboradas pela Comissão Estratégica de Reflexões, que trabalhou durante este ano, a nosso pedido, e que inspira grande parte de nossas decisões hoje. Se queremos uma Comunidade forte, é preciso dotá-la dos instrumentos necessários. Cedo ou tarde deveremos assumir certo conteúdo de supranacionalidade no processo de integração.

É por isso que vejo, com muito interesse, a idéia da criação de uma



comissão permanente de altos funcionários, apoiada por uma secretaria que, durante o próximo ano, teria sede no Rio de Janeiro. Deposito grande expectativa no trabalho a ser encomendado aos grupos da comissão, nas áreas de infra-estrutura, energia, políticas sociais e integração financeira. Passo decisivo para o futuro dessa integração será a negociação de um acordo ou tratado constitutivo que dê consistência jurídica, densidade político-institucional e identidade internacional à nossa Comunidade.

Espero que na próxima reunião de Cúpula possamos assinar esse tratado. Quero concluir, chamando a atenção para algo essencial de nosso projeto. A Comunidade Sul-americana das Nações tem de constituir-se em estreita relação com os movimentos sociais, dialogando com os povos originários, com os afrodescendentes, com mulheres e jovens e, sobretudo, com os trabalhadores. São esses atores sociais e políticos que estão escrevendo a história atual da nossa América, abrindo um futuro de esperanças renovadas.

Meus amigos e minhas amigas,

Eu sempre tenho uma preocupação quando fazemos um encontro entre brasileiros e latino-americanos, porque nem sempre os latino-americanos entendem português e nem sempre os brasileiros entendem os latino-americanos. E eu tenho consciência de que cometi um erro muito sério de não pedir para que houvesse um intérprete durante o meu discurso. Eu fico olhando para a cara do Chávez e sei que ele tem dificuldade para entender o português e, muitas vezes, eu fico conversando com o companheiro e eu não entendo todas as palavras em espanhol. Porém, eu queria dizer umas últimas palavras em português.

Chávez, eu e você fomos reeleitos presidentes de nossos países. Só nós dois e o companheiro Uribe, também, reeleito. Estou dizendo... (inaudível) também foi reeleito. Por que eu quero dizer essas palavras? Porque todos nós que somos reeleitos presidentes, com uma vontade imensa de fazer muitas



coisas e que fazemos protocolos de intenção com nossos (inaudível) internacionais, nos nossos encontros bilaterais sentimos, às vezes, uma frustração, porque os acordos que são fáceis de fazer entre... (falha na gravação) fica paralisado em várias instâncias burocráticas, do financiamento...

Chávez, eu e Uribe, que estamos eleitos, temos a obrigação política de aproveitar a experiência dos primeiros anos de mandato para não permitir que os acordos firmados entre os presidentes sejam apenas mais um documento que fica paralisado na mesa de um burocrata dos nossos países. Não, não é possível. Às vezes os presidentes decidem, falam com a imprensa e, um ano mais tarde, um ano depois, não aconteceu nada. Por quê? Porque tem mais artigos para proibir do que para permitir. Eu estou convencido e tive uma experiência com o Chávez ontem, em Brasília, há um ano redigimos um acordo para construir uma refinaria PDVSA-Petrobras. Quando nos reunimos lá, percebemos que os técnicos tinham mais divergências que acordos, quando já tinha a decisão dos dois presidentes para evitar isso.

Eu penso que, de agora em diante, cada acordo e cada documento da Comunidade Sul-Americana e do Mercosul, cada acordo bilateral tem que ter um grupo executivo diretamente ligado às presidências da República para acompanhar a execução desse protocolo porque, senão, não sai.

Por último, meu querido companheiro Evo Morales – como ele me chama de irmão mais velho, vou chamá-lo de irmão mais novo – eu vinha, na viagem, com Rafael Correa. Eu me levantei e entrei na cabine do avião, antes que o avião pousasse no aeroporto de Cochabamba, e me dei conta de que a Bolívia é exatamente o centro da América do Sul. Fiquei pensando, imaginando como seria fantástico... já temos a sede do Mercosul em Montevideu. Que fantástico será o dia em que teremos um parlamento da América do Sul ou um parlamento da América Latina em uma cidade como Cochabamba, porque o carinho demonstrado pela gente de Cochabamba nas ruas, quando vínhamos para essa reunião, demonstra claramente que o povo boliviano é um povo que



tem um sentimento (inaudível) e um sentimento de paz extraordinários. Por isso, eu espero que possamos construir esse sonho antes de terminar o nosso mandato e, quem sabe, possamos instalar esse parlamento muito antes.

Meus queridos companheiros e companheiras, meu querido Presidente, muito obrigado pelo carinho que vocês me dedicaram durante os primeiros quatro anos. Eu saberei retribuir o carinho durante os próximos quatro anos.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA)

Cochabamba-Bolívia, 09 de dezembro de 2006

Primeiro, eu queria, de público, agradecer ao companheiro Evo Morales, agradecer ao povo boliviano e o povo de Cochabamba pelo carinho que nos foi dado nesses dois dias.

Desde a mais humilde funcionária do hotel até a gente na rua de Cochabamba, eu penso que poucas vezes nós, presidentes, vimos um tratamento carinhoso como nós recebemos aqui. Então, *gracias*, Evo, *gracias* ao povo da Bolívia e *gracias* ao povo de Cochabamba.

Segundo, quero dizer para vocês que mais uma reunião da Comunidade Sul-Americana de Nações que me dá a certeza que temos muitas coisas para acertamos, temos muitas divergências, mas temos muitas convergências. E podem ficar certos de que aqui, na América do Sul, nós não levaremos 50 anos, como levou a Europa para se unificar. Nós vamos fazer em menos tempo porque temos vontade política, temos necessidade e queremos transformar a América do Sul e, quiçá, a América Latina, num pólo de desenvolvimento, de justiça social, porque nós não perderemos o século XXI. Já perdemos o século XIX, já perdemos o século XX e o século XXI tem que ser da América do Sul e vai depender da nossa capacidade.

Se a imprensa analisar corretamente, vai perceber que o povo da América do Sul está fazendo um câmbio mais rápido do que nós, os dirigentes. Ou seja, pouca gente no mundo acreditava que em tão pouco tempo aqui na América do Sul o povo elegeria tanta gente comprometida com as causas populares neste Continente. E eu penso que o desafio que está colocado para nós, depois de realizarmos uma reunião como esta que realizamos, é um só: é



um pensamento e uma definição de que nós, os presidentes que participamos hoje da governança da América do Sul, não temos o direito de falhar com os pobres deste Continente, não temos o direito.

Todo mundo sabe que nós governamos para todos, mas que dentro da nossa política a preferência é para que os pobres conquistem cidadania, é para que os pobres possam estudar, é para que os pobres possam ter acesso aos bens materiais produzidos por eles próprios.

Temos muito a fazer e, certamente, eu quero terminar dizendo a vocês que eu, particularmente, estou convencido e tenho certeza que todos os companheiros estão convencidos: não há saída individual para nenhum país da América do Sul ou América Latina. Ou nós nos juntamos e fazemos da integração uma integração política, uma integração econômica, uma integração comercial, uma integração industrial, uma integração cultural, ou nós não temos muita possibilidade. O mundo avançou e nós, durante muito tempo, retrocedemos.

Quem duvidar, quem tiver qualquer dúvida do avanço da América do Sul, é só olhar quem dirigia este Continente dez anos atrás e quem dirige este Continente hoje. Houve uma mudança extraordinária do povo da América do Sul e isso nos obriga a ser cada vez mais responsáveis, cada vez mais pensar numa política de inclusão social, de inclusão cultural, de inclusão digital e todas as inclusões que a gente pensar, sobretudo a inclusão política para as maiorias da nossa sociedade.

Querido Evo, eu quero dizer que eu estou me retirando agora, quero pedir desculpas por não ir ao estádio porque eu tenho um problema sério para resolver no Brasil, mas quando *hablares com el povo de Cochabamba*, transmita um abraço meu.

Gracias, querido, por tudo. Obrigado Chávez, obrigado Nicanor, e até outro dia.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião dos chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA)

Cochabamba-Bolívia, 09 de dezembro de 2006

Primeiro, companheiro Evo, quero dizer para você que o fato de fazermos uma reunião de presidentes numa região do interior do país, não só é gratificante pela divulgação da região do país mas, sobretudo, porque a gente aprende e o povo do interior, muitas vezes, é mais carinhoso que as gentes das grandes cidades. Eu penso que o carinho que todos nós recebemos aqui, em Cochabamba, foi uma demonstração de que embora o povo boliviano tenha suas necessidades, sofra os seus problemas sociais, a amizade e o respeito que eles demonstraram ontem à noite por todos os presidentes e pelo encontro aqui, numa demonstração extraordinária de que a integração já está na cabeça da gente de Cochabamba.

Segundo, quero dizer a todos os presidentes aqui, lamentando que Tabaré tenha viajado e que Alan García já tenha saído... De vez em quando eu vejo recaída nas nossas reuniões, de vez em quando eu vejo que a gente fica desesperado porque as coisas não acontecem. Isso acontece com cada dirigente político, todo dia, no seu país. Tenho certeza que tem dia que cada um de nós se levanta e fica se perguntando: por que somos presidente? Está tudo muito difícil, está tudo muito complicado. E depois a gente, no dia-a-dia, vai percebendo a importância das coisas que estamos fazendo.

Primeiro, eu reconheço a inquietude que todos nós temos, e alguns países de menor poder de desenvolvimento têm que ter mais angústia. Portanto, eu penso que é importante que todas as vezes que nos reunamos, os presidentes possam dizer claramente o que estão pensando. Aliás, o espaço é para isso mesmo. Agora, o fato de nós quisermos mais, o fato de nós termos



mais ambição não nos obriga a negar os avanços que nós temos. Seria de todo muito mal se a gente achasse que apenas as coisas boas que vão acontecer são as coisas do futuro, e a gente não perceber que há avanços no cotidiano da nossa relação.

Há pouco tempo, o presidente da Bolívia não conversava com o presidente do Chile. Eu me lembro que um dia juntei o presidente da Bolívia e o presidente do Chile, e eu falei: não é possível que vocês estejam peleando por um problema do século XIX e não estejam pensando no século XXI.

Há pouco tempo, teve um problema entre Peru e Chile, por um pedaço do mar, um triângulo na divisa do Chile e Peru. E eu dizia aos companheiros, ainda o Lagos presidente, e ainda o Toledo presidente, que não era possível que a gente transformasse essas divergências numa verdadeira declaração de guerra, porque partia do Congresso Nacional, quando a gente deveria, da forma mais civilizada possível, encontrar uma solução. As soluções são difíceis, elas são difíceis numa simples greve de trabalhadores numa fábrica, elas são difíceis numa simples greve de funcionários públicos com o governo, elas são difíceis num movimento social quando ocupam uma terra, quando ocupam um bairro. O fato é que nós temos que ter a paciência de tentar solucionar esses problemas com muita delicadeza.

Veja, ontem eu e o Chávez conversávamos sobre o problema da Argentina e Uruguai, o problema das papeleiras. Para mim, que estou no Brasil, é um problema fácil de solução. Para o Chávez, que está na Venezuela, é um problema fácil de solução. Mas, na prática, ele não é fácil, tem um componente que já extrapolou a política e que somente com muita paciência e muita maturidade nós vamos chegar a um acordo sobre aquilo ali. Agora, esse tema foi proibido de discutir na mesa porque nós sempre queremos respeitar a sensibilidade de cada um.

E mesmo assim eu vejo, de vez em quando, no jornal: “Kirchner acaba de fazer um acordo com Evo Morales para aumentar o preço do gás.” Aí, no dia



seguinte: “Índios da Bolívia fecham o gás que vai para a Argentina.” A imprensa vende aquilo como se fosse uma verdadeira guerra, quando, na verdade, certamente um telefonema entre os dois presidentes resolvesse o problema. E temos que fazê-lo sem massacrar os índios que fecharam. Temos que fazê-lo da forma mais sensível possível, sem criar animosidade com aqueles que estão fazendo esse movimento, porque estão querendo defender os seus direitos.

Eu atravessei uma fase muito difícil com a Bolívia, e o Evo sabe disso, porque a direita brasileira e a imprensa brasileira só faltavam pedir para que eu declarasse guerra à Bolívia. Entretanto, em todo o período, inclusive em época eleitoral, eu jamais deixei de defender a razão da Bolívia ser dona do seu gás, ser dona das suas riquezas minerais, nunca. E vou continuar fazendo porque eu acho que é isso que deve acontecer nos países que vão conquistando governos mais democráticos, governos mais comprometidos na área social, e governos que tenham orgulho de defender a soberania de seu país.

Quantas vezes eu me levantei de manhã e tinha manchete: “Brasil e Argentina divergem. Kirchner proíbe importação de tal produto.” Eu nunca dei uma declaração contestando o Kirchner. Eu dizia: a Argentina tem razão, porque a Argentina precisa se industrializar. O seu parque industrial foi demolido em tantos anos, que agora precisa se industrializar. E, assim, a nossa experiência com cada país, com cada companheiro, nas divergências que nós temos, nas angústias que nós temos. Agora, pensem uma coisa, o que eram as relações políticas na América do Sul dez anos atrás? Dez anos atrás, na América do Sul, a coisa mais importante era saber quem era mais amigo do presidente dos Estados Unidos. Era saber se era Menem ou se era Fernando Henrique Cardoso que ia ser convidado, para ir para onde mesmo? Para Camp David. Era saber quem recebia mais título Doutor Honoris Causa. Não tinha grandes divergências. Tinha o ministro da Fazenda da Argentina que achava que era melhor do que o do Brasil; o do Brasil que achava que era melhor do



que o da Argentina e cada um ficava brigando quem controlava mais a inflação.

Agora, vamos ver o que aconteceu na América Latina e na América do Sul nesses dez anos. Primeiro, Chávez eleito presidente da Venezuela. Dois anos depois tomou um golpe pela cabeça; depois, o Brasil me elege. Depois a Argentina elege Kirchner; depois o Paraguai elege Nicanor; depois eu conheci Uribe; depois elegemos outros presidentes. O Lucio Gutiérrez, no Equador, naquele momento era um homem que vinha de um movimento social, de uma (inaudível). Agora temos Rafael Correa, temos o Daniel Ortega, temos a eleição no Peru, com Alan García, o Uribe está reeleito, Jagdeo está reeleito. Nós temos tudo para lamentar que não estamos fazendo tudo o que precisamos fazer e o que podemos fazer. Temos tudo para lamentar.

Agora, nós temos o direito de reconhecer que nós construímos um novo patamar político neste continente. Nós temos que reconhecer. E não podemos negar as coisas que nós já fizemos. Por exemplo, meu companheiro Alan García não está aqui... eu posso ter crítica a isso, mas eu não posso negar isso e dizer que a educação é a solução de tudo. Porque até para as pessoas estudarem precisa de rua, de estrada, precisa de transporte, ou seja, eu preciso fazer as duas coisas. Eu preciso fazer a infra-estrutura de energia, eu preciso fazer a infra-estrutura de *carretera*, fazer as pontes que temos que fazer e tem que cuidar da educação. Uma coisa não nega a outra. Não é possível.

Eu acho que não é a primeira vez que eu participo de uma reunião em que o clima está para baixo. Eu quero dizer para vocês que eu continuo acreditando que nós não temos saída se não fizermos a integração política, física, cultural, educacional, de saúde da América do Sul. Não tenho nenhuma dúvida disso. Nós vivemos o século passado inteiro dependendo da compra que os Estados Unidos faziam ou da União Européia. O século inteiro, não foi um dia, foram 100 anos. Nós agora estamos apenas há seis anos de um novo século. Ou seja, se você imaginar que o Chávez é o presidente mais antigo do



nosso grupo, agora, e tem oito anos e que eu sou o segundo mais velho do nosso grupo e tenho apenas quatro anos. Quatro anos num processo histórico não é nada. Eu não quero tirar o direito das pessoas ficarem angustiadas, é importante que fiquem, é importante que demonstrem de vez em quando a sua indignação com a demora, com a morosidade das coisas. Mas eu não aceito, em hipótese alguma, a negação das coisas que nós já fizemos.

E sabem os meus companheiros aqui – Nicanor, eu viajo com ele, converso muito com ele, e o Chávez – que de vez em quando eu sou angustiado. De vez em quando sou eu que estou angustiado, de vez em quando sou eu que estou criticando tudo e todos, de vez em quando eu digo ao Celso que não vou mais participar de reunião, porque eu prefiro ficar em casa do que vir a uma reunião. Agora, eu não tenho o direito, enquanto presidente de um país, de faltar a uma reunião que, se não der nenhum fruto, só o fato de eu conviver por pouco tempo com vocês já valeu a pena a reunião, porque isso é fazer política, isso é integração.

Vejam o que aconteceu ontem. Todo mundo imaginava que poderia ter uma guerra entre Venezuela e Peru por causa das declarações na época eleitoral. O que aconteceu? Se não fosse esta reunião, Chávez e Alan García não teriam estabelecido esse diálogo, porque isso não se faz por telefone, isso se faz pessoalmente, quando a gente tem oportunidade de conversar. E nós sabemos que o contato político é imprescindível. Não existe política sem contato pessoal.

Então, eu queria dizer para os companheiros o seguinte: eu penso que esta reunião de hoje nos leva a uma reflexão um pouco mais profunda do que fizemos até agora e acho que é normal que façamos uma reflexão do que fizemos até agora, e do que podemos fazer daqui para a frente.

Para isso, eu concordo com a proposta do Alan García: vamos estabelecer temas, vamos estabelecer que um presidente assumo o compromisso de fazer uma proposta sobre energia, um presidente assumo de



fazer uma proposta sobre educação, um outro sobre comércio, e veja, nós não podemos negar que no fundo, no fundo, o resultado de tudo isso é facilitar o crescimento das nossas economias, aumentando o comércio entre nós, ou entre nós e outros parceiros que não estão aqui, entre o mundo asiático, entre os Estados Unidos ou a Europa. No fundo, no fundo é isso. Ou o Chávez vende o petróleo dele aqui, ou vende para os Estados Unidos, ou vende para a Ásia ou para a Europa. Ou o Brasil vende a sua soja aqui, ou vende para a Europa ou Ásia, ou não tem comércio. Não tendo comércio, não vai ter o crescimento econômico que nós queremos. Esse é um dado concreto e nós não podemos negar.

Então, eu queria fazer uma sugestão: nós estudaríamos fazer, quem sabe, quando tivermos a reunião de energia, que poderemos marcar, ou quem sabe quando for ter a reunião, dia 18, sobre o Mercosul. Quem sabe a gente convocasse os presidentes meio dia antes, fora da pauta normal, para que só os presidentes fizessem uma reflexão política do que nós desejamos para o futuro imediato. Meio dia, não precisa mais. Cada companheiro *solito*, sem imprensa, sem ninguém, se a gente pudesse desabafar entre nós o que acontece. Nós participamos da reunião e depois não gostamos dela. Nós decidimos e depois não gostamos. E, muitas vezes, como eu, acusamos a burocracia, mas sem a burocracia nós não chegaríamos sequer a fazer uma reunião como esta. Esse é um dado concreto. E respeitando as coisas de cada país. Cada país tem sua constituição, tem sua legislação, tem suas regras internas. No Brasil tem regras muito mais para impedir do que para ajudar. Então, é preciso tentar mudar.

Uma vez me ligou o presidente do Senegal pedindo um avião para acabar com uma praga de gafanhotos. A praga de gafanhotos já estava próxima, alguns mil (inaudível) centenas de quilômetros, e ele precisava do avião. Eu achei que era simples, que era só mandar um avião. Sabe o que aconteceu? Eu pude mandar quatro meses depois, porque teve que passar



pelo Congresso Nacional. E como não tinha praga de gafanhoto na fazenda dos senadores, dos congressistas, eles não estavam com o problema que estava o presidente do Senegal. Levou quatro meses.

Eu estou dizendo isso, companheiros, porque eu acho que nós temos que sair desta reunião, nós poderemos sair com os nossos sentimentos próprios do jeito que a gente quiser sair, mas nós temos que sair desta reunião com uma cara política para fora. Temos que sair com uma cara para fora. E a cara para fora, meus companheiros Michelle, Chávez, Nicanor, a cara para fora é a gente valorizar o trabalho que os companheiros fizeram, aprovar as propostas do documento. E o Evo Morales dá uma declaração para a imprensa, dizendo que isso aqui foi o que nós pudemos construir. E vamos construir diferente nas próximas vezes. Vamos, nós, presidentes, definir o que nós queremos que nossos assessores trabalhem.

Eu quero dizer que eu acho que a comissão de reflexão fez um trabalho profundo. Obviamente pode ter faltado um ou outro tema, mas também não é a primeira vez na vida que nós participamos de uma reunião onde um documento não contempla todos os assuntos. Mas eu queria que esta reunião terminasse (inaudível) e a gente permitir que saia de uma reunião com esta, que nós tivemos mais divergências do que convergências, que apareçam para a opinião pública as divergências. Não tenho dúvida de que alguns de nós retratam nesta reunião os problemas que a gente vive no nosso país. Eu sei como é que a imprensa de cada país trata as nossas reuniões, eu sei como é que a imprensa de cada país trata as relações bilaterais, trata o Mercosul. E nós não podemos ceder a esta (falha na transmissão)... e não se fala mais em Alca por quê? Porque fomos eleitos. E porque criamos alternativas que precisam ser melhoradas, aperfeiçoadas. Se o Nicanor tivesse acesso aos meus discursos dentro do governo ele iria perceber que eu sou tão defensor do Paraguai quanto ele. Não imagina o que é a loucura. E é uma tarefa.

Eu digo ao Celso Amorim... eu tenho mais quatro anos de mandato. Ou



nós mudamos as coisas nesses próximos quatro anos... por isso ontem à noite eu disse: Chávez tem reeleição, eu tenho reeleição, Jagdeo tem reeleição, o Uribe tem reeleição, daqui a pouco a Argentina tem reeleição, daqui a pouco a gente vai ter no Paraguai, mas eu não quero no segundo mandato sofrer todas as angústias que eu sofri no primeiro. Eu quero que as coisas andem com maior rapidez, a partir das nossas reuniões.

Por isso, Evo, eu quero, meu irmão, agradecer. Você sabe que eu estou com um problema sério nos aeroportos brasileiros, um movimento “operação padrão” que os nossos controladores nos aeroporto, já dura uns 60 dias, e eu necessito, quem sabe, ter uma reunião hoje à noite com o Comando para ver como resolvemos isso, porque as pessoas estão ficando quatro horas nos aeroportos para poder embarcar num vôo.

Muito obrigado, Evo, e felicidades pela organização e pelo tratamento carinhoso que nos foi dado nesta reunião.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega dos prêmios: “Brasileiro do Ano” pela revista IstoÉ, “Empreendedor do Ano” pela revista IstoÉ Dinheiro, e “Personalidade do Ano” pela revista IstoÉ Gente

São Paulo-SP, 11 de dezembro de 2006

Meu caro Cláudio Lembo, governador do estado de São Paulo,
Meu caro Renan Calheiros, presidente do Senado,
Companheiros Ministros,
Senhor Marco Aurélio Mello, presidente do Tribunal Superior Eleitoral,
Nosso querido companheiro Domingo Alzugaray, editor da Editora Três,
Governadores aqui presentes – um aviso aos navegantes, Jaques Wagner e Yeda, comemorem bem esse período, que é o melhor do governo, entre a vitória e a posse, porque depois da posse vocês vão ver o que é bom.

Meus queridos companheiros senadores,
Meu caro Gilberto Kassab, prefeito de São Paulo,
Empresários aqui presentes,
Jornalistas,
Editores,

Os premiados André Esteves, Antônio Ermírio de Moraes, Cao Hamburger, Eduardo Fischer, Lázaro Brandão, Marilson Gomes dos Santos, Mayana Zatz, Regina Duarte, Roberto Rodrigues, Sérgio Amado e Sérgio Gabrielli. Prometo não fazer discurso, Antônio Ermírio, eu trouxe o meu discurso por escrito, mas não vou ler.

Eu queria apenas lembrar uma coisa importante, neste momento em que estamos prestes a começar um novo período na história do Brasil. Afinal de contas, a partir de primeiro de janeiro, nós teremos um outro momento da história do nosso País.



Quando a nossa companheira premiada falava da CTNBio, Roberto Rodrigues, se ela presenciasse uma reunião nossa, certamente ela não poderia fazer crítica melhor, porque nós temos um problema e eu resolvi agora, depois das eleições, dizer que nós vamos ter que destravar o Brasil. Quem quiser entender o que é isso, é só pegar a história do Brasil mais recente, a partir do governo Geisel, que foi o último presidente que teve um potencial de investimento em infra-estrutura. Possivelmente, pela capacidade de investimento que tivemos no governo Geisel, perdemos depois, não é, Sarney? Depois perdemos porque, a partir dali, houve poucos investimentos em infra-estrutura e, se pegarmos o governo Figueiredo, nós já estamos há 26 anos, não é pouca coisa, vinte e seis anos em que investimos menos do que precisamos em infra-estrutura, 26 anos em que crescemos menos do que precisamos crescer, em que geramos menos empregos do que precisamos gerar, em que fazemos menos distribuição de renda do que precisamos fazer.

É importante salientar que a solução desses graves problemas não é de um governo, não é de um homem e, muito menos, de um partido político. É preciso que assumamos, coletivamente, a responsabilidade pelo que aconteceu nesses 26 anos no País, e assumamos a responsabilidade pelo que nós queiramos que aconteça nos próximos 26 anos.

Eu digo isso porque quando falo a palavra “destravar o País” me parece que o País foi proibido de fazer as coisas que precisam ser feitas. Eu queria lembrar ao Alzugaray, que é um homem que está sempre reclamando a necessidade do crescimento econômico, que nós tivemos dois momentos históricos... os papéis que eu tinha colocado aqui, não sei por que, sem minha orientação, tiraram daqui de dentro, mas eram exatamente os papéis que eu queria, tiraram e deixaram o discurso, que eu não queria. Faz parte do processo político brasileiro.

Queria dizer que nós temos dois momentos que poderiam ser marcantes para quem faz política no Brasil, para quem é empresário, para quem dirige



federação de indústria, para quem dirige confederação, para quem escreve sobre economia, para quem dá palpite sobre economia, para analisar o seguinte: em que momentos históricos o nosso País conseguiu crescer com inflação baixa? Se nós pegarmos o governo Juscelino, que depois de 50 anos foi notabilizado como um dos grandes presidentes da história do País, a gente nunca pode deixar de ler o que diziam do Juscelino quando era presidente, porque depois de 50 anos até eu posso virar herói nacional.

É importante medir o que aconteceu no período histórico, para que a gente tenha a noção de que todos nós temos um pouco de responsabilidade com as coisas boas e as coisas más que acontecem neste País. Muitas vezes nós preferimos apenas as coisas boas, as más ficam para os outros. E por que eu quero dizer isso? Porque durante todo o período do governo Juscelino Kubitschek a economia cresceu 7%. Entretanto, a inflação esteve acima de 22%, de 25%, de 30%, e sequer o salário mínimo acompanhou o crescimento da inflação.

Se nós pegarmos um período mais recente em que todos nós participamos dele, o chamado milagre brasileiro, que vai de 1967 a 1973... eu não sei se o Delfim Netto está aqui, porque eu agora sou amigo do Delfim Netto. Passei vinte e poucos anos criticando o Delfim Netto e agora o Delfim Netto é meu amigo e eu sou amigo dele. E por que eu estou dizendo isso? Porque eu acho que é a evolução da espécie humana. Quem é mais de direita vai ficando mais de centro, quem é mais de esquerda vai ficando social-democrata, menos à esquerda, e as coisas vão confluindo de acordo com a quantidade de cabelos brancos que você vai tendo e de acordo com a responsabilidade que você tem, não tem outro jeito. Se você conhecer uma pessoa muito idosa esquerdista, é porque ela está com problema. Se conhecer uma pessoa muito nova de direita, também está com problema. Então, quando a gente tem 60 anos, Antônio Ermírio, é a idade do ponto de equilíbrio, em que a gente não é nem um nem outro, a gente se transforma no caminho do meio,



aquele caminho que precisa ser seguido pela sociedade.

Mas eu estava dizendo do período do milagre brasileiro. Eu vivi o período do milagre brasileiro dentro da fábrica, eu vivi um período em que a gente estava de manhã na porta de uma fábrica em São Bernardo do Campo fazendo assembléia e passava uma perua, com um carro de som, roubando trabalhador que estava na fila, porque tinha uma quantidade de placa escrita “precisa-se” maior que este painel todo aqui. E simplesmente passava uma Kombi: soldador, torneiro, ferramenteiro, tal empresa está pagando mais. O pessoal saía da fila de uma fábrica que estava oferecendo emprego, pegava a Kombi e ia para outra.

Aquele foi um momento em que a economia brasileira chegou a crescer 14%, 13,94% em 1973. A economia chegou a crescer 11,34%, 10,94%, entretanto, um crescimento com inflação também de 15%, de 20%, de 25% e com um acúmulo enorme da concentração de riqueza. Qual é o desafio que está colocado para nós agora? No milagre brasileiro nós tínhamos o eurodólar e não tínhamos nem a China e nem a Índia disputando esses dólares. Era Brasil, Argentina, México e não tinha nem o Leste europeu, portanto, os olhares estavam para a América do Sul, América Latina, não estavam para a África e não estavam para a Ásia.

Pois bem, nós recebemos muito dinheiro, só que não avisaram para a gente que um dia a gente tinha que pagar. E quando começamos a pagar, estamos até hoje numa situação... hoje não, porque as nossas reservas em dólares são maiores do que a nossa dívida externa pública, portanto, nós estamos tranquilos.

Mas, nós vivemos um período em que a gente tinha esse montante de recursos que vinham para cá. Hoje, qual é o desafio que tem, meu caro Alzugaray, você, eu, quem for governar São Paulo, quem for governar a Bahia, quem for governar o Rio Grande do Sul, quem for investir em fábrica de papel de celulose, em fábrica de papel de alumínio, Antônio Ermírio de Moraes, quem



for investir em gasoduto na Petrobras e quem for investir em qualquer outra coisa? Qual é o desafio que nós temos hoje? Primeiro, os dólares que existem no mercado, aos montes, são disputados por gigantes que oferecem muito mais oportunidades que o Brasil. A disputa hoje não é Brasil e México, ou Brasil e Argentina, ou Brasil e Venezuela. A disputa hoje é Brasil e China, é Brasil e Índia, e as condições que alguns países oferecem para os empresários nós não podemos oferecer, não devemos oferecer, porque uma delas é o fortalecimento da democracia que nós precisamos manter neste País, ter sindicatos fortes, ter imprensa livre, ter Congresso forte, ter Justiça forte, ou seja, esse é o equilíbrio da democracia e nós precisamos aprender a conviver com ele, mesmo na diversidade.

A segunda coisa importante é que nós estamos querendo fazer com que este País cresça, sem permitir que a inflação volte e sem permitir que a irresponsabilidade fiscal tome conta do País outra vez. É aí que entra o desafio, meu caro Antônio Ermírio de Moraes, que não é meu, é nosso: como fazer este País voltar a crescer à taxa de 5%, de 6%, de 7%, com inflação baixa. Não existe experiência na cultura deste País.

Segundo: como fazer este País voltar a crescer, o Estado adquirir capacidade de investimento, sem você – como diria um bom baiano – bulir na Lei de Responsabilidade Fiscal, a ponto de transformar o Estado em vítima daquilo que nós sabíamos que acontecia aqui há 20 anos, todos os estados, com quatro ou cinco vezes a sua capacidade de investimento e de arrecadação em dívidas? Como fazer isso? Esse é um desafio.

Eu estou, há mais ou menos... desde que eu ganhei as eleições – eu pensei que ia descansar, Antônio Ermírio de Moraes – eu estou juntando, como nunca fiz na vida, todos os Ministros para tentar destravar o País. Depois que a gente aprontar, nós vamos repartir com o Congresso Nacional, vamos entregar uma parte das coisas que nós achamos que precisamos mudar para o Renan Calheiros e para o Aldo Rebelo, depois nós vamos entregar uma parte nas



conversas com o Poder Judiciário, depois nós vamos tentar reordenar internamente o funcionamento de coisas que hoje não permitem que as coisas fluam.

O País é assim: o Estado dá um direito às pessoas e tira com outras mãos. A lei que regulamenta o meio ambiente neste País obriga a dar licença prévia para uma obra. Mas, na medida em que ela exige, pune o cidadão que der, e for processado pelo Ministério Público, com a indisponibilidade dos seus bens. Então, o funcionário público fala: “Bom, esse governo é passageiro, ele tem quatro anos, eu tenho 30 anos”. Eu, de vez em quando me sinto, sabe como? O trem. O trem vai, pára, os Ministros são as locomotivas e a estação é a máquina pública. A estação está imexível, como diria o Magri, ela está lá, impoluta, e o trem faz barulho e passa. Vem outro trem, faz barulho e passa. Ou seja, isso vem assim.

Eu me lembro que o presidente Sarney uma vez me disse, logo que ganhei as eleições: “Presidente Lula, o senhor vai perceber uma coisa, de 100% das coisas que a gente decide neste País, apenas 20% conseguem andar porque os outros 80% param em algum pedaço, em alguma máquina, em alguma mesa, em alguma instância”.

Eu dizia ao nosso presidente do Tribunal Superior Eleitoral, eu dizia para ele agora há pouco... vocês sabem qual é a dívida ativa do Tesouro brasileiro? E não aparece nas discussões que a gente faz neste País. A dívida ativa significa 390 bilhões de reais. Sabe qual é a dívida ativa da Previdência, dr. Antônio? Cento e noventa bilhões de reais. Sabe qual é o rito para um processo cumprir todo o rito administrativo até chegar à primeira instância do Poder Judiciário? Sete anos. Para chegar ao Supremo, 16 anos. Essas coisas não aparecem.

De vez em quando eu vejo as pessoas depositarem a solução do Brasil na reforma da Previdência Social. Ah, tudo agora é reforma da Previdência. Tudo era Constituição, tudo era reforma tributária. De dez em dez anos nós



arrumamos um manto sagrado, em que ele é a culpa de tudo. E não tem uma coisa culpada, é um conjunto de coisas que foram montadas ao longo de muitos anos neste País e que nós precisamos tratar, enquanto seres humanos e brasileiros responsáveis, destravar este País para ele caminhar como todos nós queremos que ele caminhe.

Na Previdência Social – quem foi deputado Constituinte, e aqui tem alguns que eu sei que foram... – nós incluímos na Previdência Social sete milhões de pessoas que não pagavam a Previdência. Eu acho a melhor política de distribuição de renda do País mas, de qualquer forma, nós incluímos e não dissemos de onde vinha o dinheiro. Depois, nós criamos outras coisas e não dissemos de onde vinha o dinheiro. Hoje, o que nós temos? Nós temos um equilíbrio entre o que pagam os empresários e o que pagam os trabalhadores e os que recebem, aqueles que estão recebendo benefícios, e temos um desequilíbrio enorme das coisas que nós colocamos a mais e que não responsabilizamos quem é que ia pagar aquilo.

Então eu queria, Alzugaray, neste momento em que aqueles que estabeleceram o critério do Prêmio me deram o Prêmio, certamente porque eu ganhei as eleições, se eu tivesse perdido eu não seria o “Homem do Ano”. Mas, quando a gente ganha... Eu queria dizer para vocês o seguinte: o desafio que está colocado para este País é mais do que uma pauta de reivindicação, é um desafio que precisa desafiar a inteligência de quem está no governo e de quem está fora, de empresários grandes, pequenos e médios porque, ou nós encontramos a fórmula mágica de fazer este País voltar a crescer... E tem gente que fala: “Não, Presidente, se crescer dois números a inflação, não tem problema, mais dois”. Acontece que eu conheço a história, se a gente deixar a inflação voltar a dois dígitos, ela vai para três, porque os mesmos que brigam a vida inteira contra a taxa de juros não brigam contra o aumento da inflação, não brigam. Até porque, no Brasil, tem gente que ganha com a inflação e, certamente, não são os trabalhadores brasileiros e, muito menos, os que



ganham menos.

Nestes próximos quatro anos, eu assumi a tarefa de ajudar os mais pobres deste País. Nos primeiros quatro anos, fizemos uma parte daquilo que precisamos fazer, não fizemos tudo não – viu, Wagner? – fizemos uma parte, tem mais para fazer. O nosso segundo desafio é fazer com que este País possa crescer de forma a contemplar o ambiente de desejo que está na cabeça de todos nós: a combinação de investimentos privados e de investimento público, a combinação de um dinheiro externo que nós precisamos convencer a vir para cá.

Não adianta eu querer trazer para cá, doutor Antônio, uma fábrica de papel e celulose, porque a legislação diz para nós: “Olha, tal terra é dos índios, nós estamos na terra dos índios”. Aí, no dia seguinte, tem mais terra para mais índio, no dia seguinte tem mais terra de quilombola, no dia seguinte tem... Ou seja, ou nós estabelecemos um marco jurídico para resolver isso definitivamente, ou ninguém acredita que as coisas podem dar certo neste País, as pessoas ficam olhando.

Então, é mais um desafio que eu estou assumindo, até porque não teria nenhum sentido eu ter sido reeleito se não fosse para dar o passo seguinte. E o passo seguinte vai ser crescimento econômico com desenvolvimento, distribuição de renda e educação de qualidade. Espero estar vivo para daqui a quatro anos, Alzugaray, vocês me darem o prêmio de brasileiro que cumpriu com as palavras assumidas durante a campanha.

Muito obrigado e que Deus abençoe todos vocês.

Leia o release sobre este assunto:

<http://www.info.planalto.gov.br/download/notas/REL111206.doc>



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com representantes da União Nacional da Construção - UNC

Palácio do Planalto, 13 de dezembro de 2006

Eu queria cumprimentar o meu companheiro José Alencar,
Cumprimentar a ministra Dilma,
Cumprimentar o Márcio, o Furlan,
Cumprimentar o companheiro Guido,
O Paulo Bernardo, que não está aqui,
Os demais ministros que estão aqui presentes,

Bem, primeiro, já faz algum tempo que nós decidimos fazer os investimentos numa política pública que possa beneficiar o setor da construção civil no Brasil. Já faz mais de um ano que nós temos tentado desonerar, aprovar coisas que facilitem a regulação do setor. A Lei da Afetação foi uma coisa extremamente importante e, agora, estamos discutindo, outra vez, dentro do governo, quais as outras medidas que nós precisamos tomar para destravar definitivamente o setor produtivo brasileiro.

Todos vocês sabem que o sonho do crescimento do Brasil não é de hoje. Eu, certamente, não sou o primeiro presidente e nem serei o último presidente a falar em crescimento econômico. Vocês, certamente, não serão os primeiros nem os últimos empresários a desejarem um crescimento econômico mais forte.

Mas o dado concreto é que desde 1980 a economia brasileira está vivendo com crescimentos aquém das necessidades do País, portanto, já faz 26 anos e não 26 dias. E vocês, do setor da construção civil, sabem perfeitamente bem que, nesses últimos 20 anos, a situação de vocês ficou extremamente delicada e afetada, porque se vendia menos imóveis, porque se



construía menos imóveis e porque, cada vez mais, se disponibilizava menos dinheiro para o setor da construção civil.

Nós tomamos a decisão, porque nós não queremos mais repetir o primeiro mandato. O primeiro mandato cumpriu uma etapa: estabilizamos a economia, provamos que é possível controlar a inflação, provamos que é possível manter a política fiscal séria, provamos que é possível conviver com a política de responsabilidade fiscal. Estamos provando a nós mesmos que é possível o País ser administrado sem gastar mais do que aquilo que ele pode receber, sobretudo quando se trata de gastos do próprio governo.

Mas, ao mesmo tempo, estamos enfrentando alguns desafios que são novidades no Brasil. Qual é a novidade no Brasil? Primeiro, nós tivemos, em 1970, a época do “milagre brasileiro”, em que os eurodólares vieram aos montes para o nosso país; depois tivemos, no governo do Juscelino Kubitschek, o plano de metas sendo financiado pela entrada de capital estrangeiro; e depois, no primeiro governo do Fernando Henrique Cardoso, em que se imaginava que vendendo as empresas públicas brasileiras nós iríamos ter dinheiro para fazer os investimentos em outras coisas.

Qual é o dado concreto? O dado concreto é que tudo isso resultou numa certa frustração histórica, ou seja, nós ficamos desabitoados a crescer neste país, sem inflação. Ou seja, há uma cultura estabelecida no povo brasileiro e, sobretudo, no governo e nos empresários brasileiros, de que só é possível crescer se tiver um pouco de inflação. Medir esse pouco de inflação é o nosso desafio. Para mim, 3,5%, 4% está ótimo, mas se passar de 10%, não passa a ser pouco, passa a ser muito, porque se permitirmos que a inflação volte a dois dígitos, a gente não sabe qual será o parâmetro em que ela vai parar.

Eu queria lembrar, aqui, a alguns companheiros que têm a minha idade ou a alguns mais novos, mas que se preocupam com a questão econômica deste país que, no governo do Juscelino Kubitschek, em que a gente cresceu a uma média de, se a gente medir todo o período, a gente vai perceber que o



crescimento do PIB de 7% foi acompanhado de uma inflação média de 25%. Se nós quisermos pegar o período do “milagre brasileiro”, em que nós chegamos a crescer, em 73, 13,94% do PIB, nós também tivemos uma inflação média acima de 15%.

Nós, agora, temos o desafio que está colocado para a área econômica do governo e, sobretudo, para a área política. E por que eu digo área econômica e área política? Porque a área econômica tem a obrigação de pensar tecnicamente e os políticos têm a obrigação de pensar politicamente. E, muitas vezes, o pensar politicamente nos leva a pensar que é possível gastar mais do que a gente pode gastar, mesmo sem ter recursos. Então, fazer essa combinação da seriedade com que a área econômica do País precisa para gerar a economia e disponibilizar a possibilidade de investimentos, sem abrir mão da responsabilidade fiscal e de controlar a inflação, combinar isso com a vontade que nós políticos temos de fazer as coisas acontecerem rapidamente é um desafio e não é uma coisa fácil de acontecer no nosso país.

Segundo, nós temos uma situação, neste momento, em que nós vamos depender muito mais da nossa capacidade de gerar recursos internos, de motivar o crescimento da poupança interna, de motivar os empresários brasileiros a construírem parcerias com o governo. Daí porque eu acho a história do pacto muito interessante e muito importante, e com este documento aqui nós vamos nos cobrar mutuamente para ver o que a gente é capaz de fazer com base nisso. Mas nós temos um problema hoje. Qual é o problema? É que nós não temos um mundo em que o Brasil é o país mais importante na atração de investimentos. Hoje, embora tenha muito dinheiro lá fora, nós temos competidores muito significativos, tais como China e Índia, e já não são mais Brasil, México e Argentina as grandes fontes de investimento do capital que está circulando pelo mundo.

Nós, então, precisamos competir com países poderosos, que oferecem muitas vezes coisas que nós não podemos oferecer, e nós temos que tentar



criar as mesmas condições. Esse é um desafio para o José Alencar, para o Furlan, para o Guido, para os economistas, para os planejadores do governo, porque se nós erramos o passo, a gente pode repetir erros que já foram cometidos tantas vezes na história do Brasil. Todos sabem quantas vezes nós acordamos de manhã vendo o Brasil ser um país promissor, o país do futuro, e passava o dia, dormia, acordava e no dia seguinte, com um plano furado, com um plano quebrado, a dívida havia aumentado, ou seja, a gente ia dormir rico e acordava pobre. Nós queremos fazer tudo, tudo que é preciso ser feito neste país sem inventar nenhuma mágica, porque mágica em economia não dá certo. Na economia o que prevalece é, primeiro, a disposição política de fazer as coisas. Segundo, a seriedade com que se faz as coisas neste país. Terceiro, a cumplicidade que nós temos que construir com a sociedade brasileira.

E aí eu volto ao setor da construção civil. Nós estamos analisando outras medidas para a construção civil, as que fizemos até agora foram importantes, mas não são suficientes para que a gente possa ajudar a dinamizar o setor. E eu fico extremamente feliz quando um grupo de empresários se articula e vem ao Palácio do Planalto, não fazer uma reivindicação específica do seu setor, mas propor um plano de trabalho e se oferecer para trabalhar junto com o governo na perspectiva de encontrar as soluções que o setor precisa.

Ontem – eu penso que nós vamos entrar para o Guinness Book – a reunião que nós fizemos sobre infra-estrutura, começamos às 9 horas da manhã e terminamos às sete horas da noite, sem intervalo para o almoço nem para o cafezinho. E por que nós fizemos isso? Porque eu estou convencido, e meus companheiros de governo estão convencidos, de que nós precisamos destravar o País. E tem várias coisas que precisam ser destravadas: são normas feitas há muito tempo que não têm mais sentido, regras que, se foram boas para a década de 70, não funcionam mais em 2006, tempo de processar as coisas que não funcionam, falta de técnicos para fazer o que a gente deseja



que seja feito. Às vezes, sequer há combinação entre os Ministros que elaboram os projetos, os que vão executar e os que vão dar licenciamento prévio, que às vezes imbricam.

Quando nós tomamos posse, nós pegamos 47 projetos de hidrelétricas que estavam contratados, mas que não tinham sequer licença prévia, que é a condição *sine qua non* para você poder fazer o projeto, para você fazer a obra. E aí, quando embarga uma obra, as pessoas, com muita facilidade, jogam a culpa no Meio Ambiente quando, na verdade, ele cumpre uma legislação que o Congresso Nacional aprovou. Ele cumpre normas, inclusive dizendo que se o cidadão do Ibama der um licenciamento prévio e o Ministério Público processá-lo, os seus bens serão indisponibilizados e ele vai ter que contratar advogado para não ser preso. O que ele faz? Ele sabe que todos nós somos passageiros, eles preferem tentar segurar o máximo possível para não fazer. E qualquer um de vocês faria o mesmo, porque na hora em que ele tiver que contratar advogado, não é o governo quem vai pagar, é ele, pessoalmente.

Então, quando eu falo “destravar a economia”, é pensar cada coisa que está atrapalhando o desenvolvimento, às vezes normas menores, mas que travam um projeto por seis, cinco meses. Cada vez que há o embargo de uma obra, demora um ano para ela começar outra vez. Então, é isso que eu chamo de destravar a economia, de tentar mudar regras que estão estabelecidas, que parecem imutáveis e que não são. Na hora em que a gente mexer, a gente vai ter um barulho aqui, outro barulho ali, mas nós temos que mexer. Por quê? Porque não é o presidente da República, o vice-presidente ou o ministro da Fazenda que quer que o Brasil cresça cinco ou mais por cento. É uma necessidade de atendimento das necessidades da sociedade brasileira, sobretudo para gerar perspectiva de emprego para milhões de jovens, porque as oportunidades que nós não oferecemos, o crime organizado oferece. E aí, não adianta a gente ficar lamentando as pessoas serem assaltadas, porque aquilo, normalmente, foi falta de oportunidade em algum momento da história



deste país.

Então, esse é o desafio que está colocado para nós. É por isso que nós vamos trabalhar quantas horas forem necessárias para que a gente possa produzir mudanças significativas no funcionamento da máquina pública, na economia brasileira, na infra-estrutura, para que a gente possa entrar no próximo ano tendo a certeza de que o Brasil finalmente encontrou o caminho para um crescimento sustentável, duradouro e que possa permitir, definitivamente, que o Brasil pense em se transformar numa grande potência econômica. Nós estamos precisando disso. Agora, só é possível se todo o setor empresarial fizer o que vocês fizeram, se todo o setor empresarial assumir, com um grau de otimismo, a responsabilidade de que o governo tem que fazer a sua parte, de que os empresários têm que fazer a parte deles, e juntos, empresários e governo, podemos fazer muito mais, porque é preciso passar otimismo para a sociedade brasileira.

Por fim, eu quero terminar agradecendo... Cuidado com o jantar para os funcionários do Ministério, porque não pode gastar mais de 100 reais com nenhum deles aqui. Devagar com a conta do jantar. Eu queria agradecer, sobretudo, à companheira Dilma Rousseff, porque nesse destravamento do Brasil, na verdade eu falo e ela trabalha. Quando na campanha eu falava “deixa o homem trabalhar”, na verdade, eu queria falar “deixa a mulher trabalhar”. É preciso participar de uma reunião para vocês verem onde a coisa trava. Não tem nenhum grande problema, é um amontoado de pequenos problemas, de vícios, que nós precisamos mudar. E posso dizer para vocês: nós vamos mudar. E posso dizer para vocês: se depender do governo, vocês vão atingir e ultrapassar a meta de crescimento do PIB de vocês.

Muito obrigado e boa sorte.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de sua diplomação e do Vice-Presidente eleitos**

Tribunal Superior Eleitoral – Brasília-DF, 14 de dezembro de 2006

Senhor ministro Marco Aurélio de Mello, presidente do Tribunal Superior Eleitoral,

Meu querido companheiro José Alencar, Vice-Presidente da República,
Ministra Ellen Gracie, presidente do Supremo Tribunal Federal,
Senador Renan Calheiros, presidente do Congresso Nacional,
Deputado Aldo Rebelo, presidente da Câmara dos Deputados,
Minha esposa Marisa e a dona Mariza Gomes da Silva, esposa do Vice-
Presidente,

Senhores presidentes dos Tribunais Superiores,

Meus amigos e amigas governadores e governadoras aqui presentes –
obrigado pela presença de vocês,

Meus companheiros e companheiras ministros de Estado e secretários
especiais,

Meu caro procurador-geral da República, Antônio Fernando Souza,

Senhores e senhoras ministros dos Tribunais Superiores,

Meus amigos e minhas amigas,

As eleições que o Brasil acaba de realizar comprovaram de forma inequívoca a solidez e a maturidade da democracia política em nosso país. O processo eleitoral, tal como já acontece desde a segunda metade dos anos 80, transcorreu dentro da mais perfeita normalidade e com inquestionável lisura, sem falar da eficiência e agilidade do sistema eletrônico de votação, motivo de orgulho para todos nós e referência inovadora para diversos países do mundo.

Dou os parabéns aos mais de 100 milhões de brasileiros e brasileiras



que, nos dias 1º e 29 de outubro, foram às urnas para manifestar, de forma livre e soberana, a sua vontade política. Eles são, a um só tempo, arquitetos e pilares da democracia. Felicito, igualmente, o Tribunal Superior Eleitoral pela dedicada e competente condução do processo.

Agradeço, do fundo do coração, aos que me elegeram para continuar presidindo os destinos da República. Agradeço também, fraternalmente, aos que optaram por outras candidaturas. Afinal de contas, é essa pluralidade e diversidade que consolida o processo democrático brasileiro. O êxito do processo eleitoral é fruto da contribuição de todos.

Temos, agora, o desafio de acelerar o crescimento econômico e avançar ainda mais na construção da justiça social, de modo a que o País garanta a todos os seus filhos e filhas os direitos essenciais da cidadania.

Que Deus abençoe o nosso esforço coletivo para fazer do Brasil uma nação cada vez mais próspera e justa.

Eu queria, ministro Marco Aurélio, dizer, e todo mundo está constatando, que há uma diferença desta diplomação da primeira diplomação. O primeiro diploma que recebi aqui, na verdade, eu, pelo menos, estava tomado de um estado emocional que, quatro anos mais velho, não me permite ter o mesmo estado emocional. Segundo porque, se no primeiro mandato era uma boa aventura provar que nós tínhamos competência para governar o Brasil, o segundo mandato é a comprovação, primeiro, da legitimidade conquistada e que nos foi dada pelo povo brasileiro e, segundo, é a demonstração de que o povo brasileiro espera que José Alencar e eu façamos mais e muito melhor do que fizemos no primeiro mandato.

Eu digo que este segundo diploma que eu recebo não me permite ficar com a mesma emoção que eu estava naquele, porque naquele eu ainda tinha um sonho, neste eu já sei que a responsabilidade do segundo mandato é infinitamente maior do que a do primeiro, porque agora eu não tenho que me comparar com ninguém, eu agora tenho que comparar o segundo mandato



com o meu primeiro mandato. Agora, é José Alencar e Lula contra José Alencar e Lula em benefício do povo brasileiro.

Estou feliz, e quero agradecer o sacrifício que todos vocês fizeram. Quero agradecer a compreensão do povo brasileiro que em momentos muito difíceis, em momentos muito... Eu devia ter parado no texto escrito. Mas eu queria dizer que, num tempo, em momentos muito difíceis, eu acho que o povo mais humilde do Brasil deu uma lição no Brasil. O povo mais humilde não precisou de intermediário para dizer a ele o que fazer no processo eleitoral. Ele assumiu a responsabilidade de dizer, em alto e bom som, sem intermediação: eu quero votar do jeito que eu sei votar. E foi isso que garantiu a vitória de José Alencar e de Lula e, por isso, a nossa responsabilidade é muito maior.

Acabou-se o tempo, e quero afirmar isso com a maior convicção, acabou-se o tempo em que algumas pessoas ousavam dizer neste país, que eles diziam para o povo como é que o povo tinha que votar, acabou-se o tempo do voto de cabresto neste país, acabou-se o tempo em que o povo ia perguntar o que fazer na época da eleição, como votar. Primeiro, porque a urna eletrônica é uma mágica para as pessoas mais humildes do mundo, todo mundo aprendeu a apertar dois números e confirmar, todo mundo aprendeu. Segundo, o povo aprendeu a formar a sua própria opinião, o povo está mais inteligente, o povo está mais consciente. E é isso, ministro Marco Aurélio, presidente Ellen, que vai definir e garantir este país como uma das maiores democracias do mundo.

Eu agradeço a Deus por ter vivido este momento pela segunda vez. E, se Deus quiser, outros presidentes irão passar pelo mesmo estado de espírito que eu passei nessas eleições.

Eu queria agradecer, por fim, as duas Marisas, aqui na frente, porque eu sei que, no fundo, no fundo, nas costas delas é que rebentou muitas das coisas que José Alencar e eu sofremos. Enfim, que Deus nos abençoe e que o Brasil tenha de nós o melhor que nós pudermos dar.



Muito obrigado.

Leia a entrevista e o release do presidente Lula proferidos no evento:

<http://www.info.planalto.gov.br/download/notas/REL141206-2.DOC>

<http://www.info.planalto.gov.br/download/Entrevistas/PR1361.doc>



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de sanção da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas**

Palácio do Planalto, 14 de dezembro de 2006

Renan Calheiros, presidente do Senado Federal,
Meu caro Aldo Rebelo, presidente da Câmara dos Deputados,
Dilma Rousseff, ministra de Estado chefe da Casa Civil da Presidência
da República,

Senhores ministros de Estado Guido Mantega, da Fazenda; Luiz
Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Paulo Bernardo,
do Planejamento, Orçamento e Gestão; Hélio Costa, das Comunicações; Tarso
Genro, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República,

Senadora Ideli Salvatti,

Aloizio Mercadante,

Deputado Armando Monteiro Neto, presidente da Confederação
Nacional da Indústria,

Deputado Luiz Carlos Hauly, relator do Projeto na Câmara dos
Deputados,

Senhores deputados Jutahy Júnior, Carlos Melles, Gerson Gabrielli,
Jamil Murad, Luciano Castro,

Paulo Okamoto, presidente do Sebrae,

E a nossa querida Enerci de Oliveira Silva, que acaba de fazer o seu
pronunciamento aqui,

Senhoras e senhores empresários, pequenos, médios, todos desejando
ser grandes,

Eu penso que eu não precisaria nem fazer discurso, porque já estou
contemplado com o discurso do Armando, do Furlan, do Paulo. Apenas dizer



para vocês que muitas vezes aparecem nos meios de comunicação as divergências do Congresso Nacional e, muitas vezes, as pessoas deixam de levar em conta que o Congresso Nacional é o palco das divergências, porque a diversidade do nosso povo é representada dentro do Congresso Nacional.

Mas eu quero ser testemunha de que, com a aprovação dessa Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, com a aprovação do Fundeb, com a aprovação do reajuste do salário mínimo da forma responsável com que foi votado poucos dias atrás, o Congresso Nacional, na verdade, votou praticamente todas as coisas importantes que caíram no Congresso Nacional, depois dos debates que tinham que acontecer mesmo.

É melhor que seja assim do que no tempo em que as coisas eram votadas sem ter nenhum debate. A democracia tem suas deficiências mas, no fundo, no fundo, não existe nada melhor, não existe nada que dê mais garantia do que o exercício da democracia.

Meu caro Armando Monteiro, meu caro Paulo Okamoto, eu não poderia deixar de fazer justiça ao trabalho que vocês fizeram. O Paulo já estava se tornando chato quando, ao invés de falar “bom dia” para mim, falava da Lei Geral. E o Armando, junto com outros empresários, ao longo desse tempo, tratou de, junto com vocês, fazer uma mobilização que permitiu sensibilizar o Congresso Nacional, sensibilizar o governo, sensibilizar o conjunto da sociedade para uma Lei que é uma grande esperança e nós vamos ver agora os resultados dela. Algumas coisas vão ter que começar a funcionar apenas em julho, porque tem acertos entre prefeituras e estados.

Mas eu estou convencido de que nós entramos num outro momento da história do Brasil, um momento em que não precisamos mais ficar discutindo a inflação. Eu me lembro, no tempo da inflação, de quantas capas de revistas apareciam com um dragão, como se fosse a solução de tudo. Eu me lembro dos anos a fio que nós, trabalhadores, governos, empresários, deputados, senadores, passamos discutindo a questão da dívida externa. Pelo menos de 1980 a mil novecentos e noventa e poucos não se falava em outra coisa, a não



ser na dívida externa. Depois, passamos um outro tempo discutindo a dívida interna, e continuamos discutindo política tributária.

O dado concreto é que nós criamos as condições para que a gente possa dedicar um pouco do nosso tempo para discutir desenvolvimento. E discutir desenvolvimento significa tentar destravar tudo aquilo que pode causar impedimento de políticas de investimento, de ações do governo, para que o desenvolvimento possa acontecer no Brasil, que vai do investimento na infraestrutura, mas que vai, sobretudo, do investimento na crença e na credibilidade que os empresários tenham na regulação que lhes permitam acreditar que não vão ser pegos de surpresa com uma mudança do dia para a noite, como habitualmente nós somos pegos de surpresa no Brasil.

Todo mundo aqui sabe que a construção civil foi um setor que ficou praticamente 20 anos estagnado. Desde 2004, junto com os empresários do setor, junto com a CNI, junto com o Congresso Nacional, nós temos feito uma série de medidas para facilitar a introdução da construção civil como fator determinante para o Produto Interno Bruto. E eu acho que ontem culminamos todo esse processo com a apresentação de uma proposta de pacto que os empresários trouxeram aqui, com perfil meio baixo, porque falaram num crescimento do PIB da construção civil de apenas 2,4%, e eu acho que é possível mais.

Nós temos que continuar ainda abrindo as portas para que novas coisas sejam mudadas para facilitar o investimento. Afinal de contas, não apenas o investimento na infra-estrutura mas, sobretudo, o potencial de investimento em habitação e saneamento básico são atividades econômicas que geram melhorias da qualidade de vida das pessoas, melhoram a saúde das pessoas e, ao mesmo tempo, são atividades que geram empregos e muitos empregos. Acontece que nós ficamos muitos e muitos anos no Brasil sem uma carteira de investimento para o saneamento básico. Em um ano, colocava-se dois bilhões; no ano seguinte, não se colocava nada; no outro ano, colocava-se um bilhão, no ano seguinte, não se colocava nada. O que acontece? As prefeituras não



podem pegar dinheiro, os estados estão endividados e não podem pegar dinheiro, as empresas que podem fazer são de meia dúzia de estados. Ou seja, o governo disponibilizava dois bilhões e, no final do ano, saíam apenas 260 milhões e as coisas não aconteciam no País.

O que o Congresso fez com a aprovação desta Lei foi dizer: “Olha, nós estamos dispostos a destravar este país, a quebrar todas as cercas possíveis, abrir todas as cancelas que tivermos que abrir para que a gente possa dar ao Brasil as oportunidades que ele perdeu no século XX, as oportunidades que nós perdemos no século XIX e nós não temos o direito de perdê-las no século XXI. O Congresso, com essa votação, deu uma demonstração de que não existe mal nenhum em as pessoas pertencerem a partidos diferentes, torcerem para times de futebol diferentes, freqüentarem religiões diferentes se, em determinados momentos, ao invés de olhar as nossas adversidades, a gente conseguir olhar o conjunto do Brasil e no que ele depende das nossas boas ações.

Eu diria aos meus companheiros de governo, aos deputados e senadores e aos empresários, que a aprovação desta Lei é apenas a confirmação da certeza de que é muito mais fácil a gente ser justo e fazer as coisas boas. Foi isso que aconteceu com esta Lei. Eu espero que não apenas os empresários ganhem com isso, os deputados ganhem com isso ou o governo ganhe isso. Eu espero que, no próximo ano, a gente possa fazer uma festa para comemorar os ganhos do povo brasileiro com a aprovação desta Lei.

Meus parabéns a todos, muito obrigado e boa sorte.

Leia o release e a entrevista sobre este assunto:

<http://www.info.planalto.gov.br/download/notas/REL141206-1.DOC>

<http://www.info.planalto.gov.br/download/Entrevistas/pr1359.doc>



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de constituição do Parlamento do Mercosul

Brasília-DF, 14 de dezembro de 2006

Excelentíssimo senhor presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros,

Excelentíssimo senhor presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo,

Excelentíssimo senhor presidente Pro Tempore da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, senador Sérgio Zambiasi,

Excelentíssimo senhor primeiro-secretário da Mesa do Congresso Nacional, deputado Inocêncio Oliveira,

Meu caro amigo Carlos Alvarez, presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul, nosso querido “Chacho” Alvarez,

Meu querido companheiro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil,

Senhor Rubens Ramirez Lezcano, ministro das Relações Exteriores do Paraguai,

Senhor Reinaldo Gargano, ministro das Relações Exteriores do Uruguai,

Nosso querido companheiro Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Senador González Núñez, presidente do Parlamento do Mercosul,

Meus amigos parlamentares, senadores, deputados e jornalistas,

É um privilégio e motivo de particular orgulho para o Brasil sediar esta sessão constitutiva do Parlamento do Mercosul, durante a Presidência Pro Tempore do Mercosul.

Esta cerimônia simboliza as novas possibilidades que se abrem para



nosso bloco regional, que está buscando construir sua institucionalidade, ainda pequena.

Manifesto meu agradecimento muito especial aos Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados.

O apoio do senador Renan Calheiros e do deputado Aldo Rebelo foi decisivo para a aprovação pelo Congresso brasileiro, no último mês de setembro, do Protocolo que criou o Parlamento do Mercosul. Na pessoa deles, saúdo os parlamentos de todos os países do bloco.

Quero também agradecer ao senador Sergio Zambiasi, ao deputado Rosinha, aos demais membros da Sessão Nacional da Comissão Parlamentar Conjunta e às Sessões Nacionais de cada um dos Estados Partes. O empenho e a dedicação de todos foram fundamentais para chegarmos a este resultado.

Hoje, estamos tornando realidade a decisão dos chefes de Estado do Mercosul, expressa em dezembro de 2005, quando determinamos a instalação do Parlamento regional até o final de 2006.

Na Cúpula de Córdoba, na Argentina, quando o Brasil assumiu a Presidência Pro Tempore do Mercosul, afirmei que nos empenharíamos para a sua instalação o quanto antes. Vejo que nosso esforço conjunto foi um sucesso.

Já disse em mais de uma ocasião, compartilhando a opinião de meus colegas Presidentes dos países membros do bloco, que os obstáculos que enfrentamos na construção do Mercosul só podem ser superados com mais diálogo, mais integração e mais Mercosul. É importante que nos esforcemos para que o Mercosul esteja mais próximo do dia-a-dia de nossas populações.

A criação deste Parlamento é uma iniciativa, talvez das mais relevantes, para realizar essa aproximação. Representa um marco histórico em nosso bloco. Aprofunda a dimensão política da integração. Contribui para a consolidação de uma cidadania regional, na medida em que enraíza o Mercosul em nossas sociedades. Reforça, assim, a identidade comum de



nossa associação.

Como disse o senador Sergio Zambiasi, ao anunciar à sociedade brasileira a realização desta cerimônia, o Parlamento é o foro onde os povos se reúnem, se encontram, trocam suas experiências, debatem suas propostas e adotam suas decisões.

O Parlamento contribui, e muito, para a formação de um espaço comum que expresse o pluralismo político e a diversidade cultural da região. Consolida a democracia representativa e a legitimidade social de nossos esforços de integração.

Meus queridos amigos e amigas,

Sabemos que o Parlamento do Mercosul não terá, pelo menos inicialmente, função legislativa. Não vai se sobrepor aos Congressos Nacionais de cada Estado Parte. Mas terá papel decisivo para fazer avançar a harmonização das legislações nacionais em diversas áreas. E, quando for necessária aprovação legislativa, tornará mais ágil a incorporação das normas do Mercosul aos ordenamentos jurídicos internos. Servirá de laboratório político importante para avançarmos futuramente no plano da supranacionalidade, seguindo as grandes experiências de integração em curso no mundo.

É preciso ter presente que este é essencialmente um espaço de representação dos povos do Mercosul. Nessa condição, ele cumprirá as tarefas fundamentais de promover e defender a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento sustentável com justiça social. Deverá estimular a formação de uma consciência integracionista na sociedade civil dos países da região. Deverá ajudar a construir a integração sul-americana. Isso não é pouco.

Este órgão será uma verdadeira caixa de ressonância para os anseios e preocupações dos diversos setores de nossas sociedades. Um foro de discussão de nossos principais problemas econômicos, sociais e políticos.

Recentemente realizamos, aqui mesmo em Brasília, o 4º Encontro de Cortes Supremas do Mercosul. Essa é uma área com grande potencial para a



integração.

Quem sabe não teremos, num futuro próximo, uma vertente judiciária do Mercosul? A representação dos três Poderes no Mercosul seria um passo importante rumo a um bloco cada vez mais coeso e equilibrado.

Meus amigos e minhas amigas,

Essa é mais uma demonstração da vitalidade do Mercosul, que desmente as vozes pessimistas que freqüentemente anunciam nossa crise, quando não a desapareição do bloco.

Nosso Parlamento regional já foi uma aspiração, um sonho. Hoje, graças ao trabalho de muitos que vejo aqui, tornou-se uma realidade, uma conquista da vontade coletiva dos cidadãos do Mercosul.

Meus amigos e minhas amigas,

Neste momento em que estamos fazendo um pouco da história da nossa região e criando o espaço do Parlamento do Mercosul, eu queria que houvesse a compreensão de que a integração é um momento extraordinário para que nós não nos cansemos de debater as nossas divergências, as nossas convergências, mas que, ao mesmo tempo, um país do tamanho do Brasil, que é a maior economia do bloco, precisa ter consciência de que nós precisamos ter políticas generosas com os países menores economicamente na nossa região.

Eu quero dizer isso, presidente Renan e meu caro Sergio Zambiasi, porque muitas vezes lemos na imprensa, com certo desdém, sobre o bloco do Mercosul. Muitas vezes ouvimos, com certo desdém, sobre a nossa relação com o Uruguai, com o Paraguai, com a Argentina, com a Venezuela e, às vezes, até com a construção da Comunidade Sul-Americana de Nações, porque habitualmente o Brasil tinha uma tradição muito forte de uma relação privilegiada com os chamados blocos ricos do mundo, com os Estados Unidos e com a União Européia.

Se nós quisermos que o Mercosul se transforme num espaço legítimo de



aspiração do povo do Mercosul, o Brasil tem que assumir a responsabilidade de ajudar no desenvolvimento dos países menores. E digo isso, Zambiasi, porque de vez em quando nós criamos problemas onde não deveríamos criar. Nós falamos das relações internacionais, muitas vezes, sem levar em conta a necessidade da generosidade dos dois maiores países do bloco, que são a Argentina e o Brasil, com os blocos menores. Se nós quisermos que a Bolívia entre no Mercosul, e certamente entrará no Mercosul, é preciso que nós tenhamos consciência de que precisamos ajudar a Bolívia, precisamos trabalhar projetos conjuntos, precisamos trabalhar o desenvolvimento porque, senão, esses países não encontrarão nenhuma razão para estar no Mercosul.

Vira e mexe nós ouvimos e lemos, na imprensa, vozes dizendo que é melhor fazer acordo com os Estados Unidos, que é melhor fazer acordo não sei com quem, porque eles não vêm na ação do Mercosul a política de generosidade e a política de compreensão de que nós, como maior economia, temos que ajudar. Vira e mexe nós temos problema de gás, vira e mexe nós temos problemas de produtos. Eu me lembro que nós estamos há mais de 40 dias para aprovar uma água que temos que importar do Uruguai e essa água já foi testada 80 vezes e ainda não foi autorizada. Eu me lembro que, de vez em quando, os arrozeiros do Rio Grande do Sul fazem movimento no Rio Grande do Sul para que a gente não importe arroz do Uruguai. Eu vejo, de vez em quando, na Ponte da Amizade, a verdadeira inimizade, com uma rigidez exagerada na relação política internacional.

Quer dizer, se nós não tivermos compreensão, e daí a grandeza da criação do Parlamento, porque com os deputados e senadores debatendo esses assuntos cotidianamente, fica mais fácil aprovar a legislação que possa mudar a relação do Brasil.

Eu me lembro que, logo no começo do governo, o presidente do Senegal me telefonou pedindo um avião porque tinha uma praga de gafanhotos acabando com o milharal do Senegal. Eu achei que era uma coisa simples



mandar um avião desses, Itapema, Ipanema, para lá, um avião pequeno, que custava pouco. Demoramos quase cinco meses para mandar o avião porque tem todo um processo de aprovação de lei, ou seja, quando o avião chegou lá, os gafanhotos já tinham comido o milho inteiro. Eu espero que ele nunca mais precise do avião, que ele não tenha mais praga de gafanhotos.

Com a criação do Parlamento do Mercosul, essas coisas vão ficar mais fáceis. Esses temas que parecem tão sensíveis vão ficar menos sensíveis e mais racionais, para que a gente possa fazer o bloco dar certo.

Eu tenho o privilégio de presidir o País num momento auspicioso do Mercosul. Eu me lembro que quando tomei posse havia vozes e mais vozes dizendo que o Mercosul tinha acabado, haviam vozes e mais vozes dizendo que era preciso consolidar a Alca, porque o Mercosul não iria sobreviver. Hoje, se nós analisarmos bem, ninguém, a não ser algum saudosista, fala mais em Alca, ela desapareceu da imprensa brasileira, desapareceu das reuniões do presidente e nós estamos consolidando um crescimento extraordinário na balança comercial dos países do Mercosul. É importante, Zambiasi, que todos atentem para o crescimento da balança comercial entre Brasil e Argentina, entre Brasil e os outros países que compõem o Mercosul, entre Brasil e Venezuela, e entre os países também da América Latina, numa demonstração de que nós agimos corretamente quando não ficamos dependendo apenas de um país ou de um bloco de países.

O Mercosul tem que se abrir para o mundo e nós vamos trabalhar cada vez mais para que haja um acordo Mercosul-União Européia, para que a gente possa consolidar esse bloco e dinamizar a economia dos nossos países.

Eu quero, portanto, dizer para vocês que agradeço a Deus por ter vivido este momento histórico, de poder participar da criação do Parlamento do Mercosul. É uma coisa pequena ainda, uma coisa embrionária, eu diria, até com muita humildade nós estamos criando, mas quem de nós não nasceu pequeno, quem de nós não nasceu humilde, quem de nós não começou do



zero? Portanto, eu quero parabenizar todos os deputados, os senadores, todos os países que fazem parte do Mercosul, todos os chanceleres, os nossos homens da diplomacia que permitiram que nós, no ano de 2006, pudéssemos cumprir uma das promessas feitas pelos chefes de Estado do Mercosul.

Meus parabéns, senador Renan Calheiros, meus parabéns, Aldo Rebelo, e meus parabéns a todos vocês.

Obrigado.

Leia o Release sobre o assunto:

http://www.info.planalto.gov.br/download/Informe_da_Hora/REL141206.DOC



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Complexo Cultural da República e das comemorações do Ano 100 do arquiteto Oscar Niemeyer

Brasília-DF, 15 de dezembro de 2006

Excelentíssima senhora Maria de Lourdes Abadia, governadora do Distrito Federal,

Excelentíssimo ex-governador, hoje senador da República, Joaquim Roriz,

Minha querida companheira Marisa,

Familiares do nosso querido Oscar Niemeyer,

Nelson Pantoja, companheiro da Maria de Lourdes Abadia,

Deputados federais aqui presentes,

Senadores,

Nosso querido Ricardo Marques, secretário de Cultura do DF,

Embaixadores acreditados junto ao meu governo,

Mulheres e homens de Brasília,

Roriz, primeiro, quero dar um testemunho aqui. Quando, em 2004, eu trouxe o Oscar Niemeyer a Brasília, acho que foi a última vez que ele veio a Brasília, para dar autorização para que nós fizéssemos a reforma no Palácio da Alvorada – você sabe que aqui no Brasil tem um tipo de gente que viaja para o exterior e fica admirando tudo que é obra de arte no exterior. Mas aqui no Brasil, quando a gente investe para fazer uma coisa, as pessoas criticam – um dos sonhos do nosso querido Oscar Niemeyer era ver esta obra concluída. Veja que coisa extraordinária. Ele hoje comemora 99 anos de idade e está vendo, em vida, o seu sonho arquitetônico sendo realizado. Certamente, no dia em que o Oscar Niemeyer não estiver mais entre nós, ele saberá que ele se foi



quando todos os seus filhos projetados para Brasília ficaram concluídos. Eu acho que esta é uma obra, pela magnitude dela, se todo brasileiro ou estrangeiro que entrar aqui tiver o choque eu tive na hora em que entrei aqui, eu penso que isto aqui será um palco de exposições culturais inesquecíveis para Brasília, e Brasília realmente precisava disto.

Oscar Niemeyer completa hoje 99 anos de idade e, por isso, nós temos que ter muito orgulho, muito orgulho de termos nascido num país que tem como filho o Oscar Niemeyer. Temos que ter muito orgulho. Quando viajamos para o exterior é que a gente vê o orgulho que a gente tem de ter o Oscar Niemeyer aqui no Brasil porque, muitas vezes, lá fora as pessoas reconhecem muito mais do que aqui dentro.

Mas a vida não é só alegria. Hoje nós estamos inaugurando este palácio extraordinário da cultura e perdemos uma das extraordinárias figuras culturais deste País, o nosso querido Sivuca, que morreu, a quem nós todos devemos render uma homenagem porque o Sivuca foi um artista completo e, certamente, fará falta à cultura brasileira.

Esta cerimônia de inauguração do Complexo Cultural da República homenageia, com muita justiça, personalidades marcantes da luta democrática e da história do nosso País. E faz com que Brasília assuma, a partir de agora, uma nova dimensão cultural, digna da influência que exerce sobre todo o Brasil e da referência arquitetônica que é para o mundo.

O Complexo Cultural da República, como se sabe, leva o nome de João Herculino, prefeito de Sete Lagoas, deputado federal cassado e preso por lutar pela liberdade e democracia, e é composto pela Biblioteca Nacional Leonel de Moura Brizola e pelo Museu Nacional Honestino Guimarães.

O governador Brizola é um dos grandes vultos da nossa história. E Honestino simboliza, como poucos, as lutas do movimento estudantil e das famílias dos mortos e desaparecidos políticos no Brasil.

A criação deste Complexo, vocês sabem muito bem, veio complementar



o projeto urbanístico de Lúcio Costa e de Oscar Niemeyer, a quem o Brasil tanto deve. Hoje, ao completar 99 anos de uma vida profícua e solidária, dando-nos um exemplo extraordinário de dedicação à cultura e à política nas suas raízes, nas suas formas mais puras.

Brasília é a expressão maior das suas convicções, projetada de uma forma aberta e integrada, praticamente conclamando o povo a convergir livremente para a Praça dos Três Poderes.

Penso que esse é o sentido maior da obra grandiosa de Niemeyer e Lúcio Costa, capitaneada pela firme vontade política e determinação inquebrantável do nosso saudoso presidente Juscelino Kubitschek.

Minhas senhoras e meus senhores,

Brasília amplia hoje, e muito, o seu vigor cultural, colocando-se ao lado das principais capitais que se notabilizaram em todo o mundo por seus museus, bibliotecas e teatros. Em algumas dessas capitais, esses equipamentos culturais são um marco que já vem de séculos e até de milênios. Uma cidade como Brasília, há quase vinte anos Patrimônio Cultural da Humanidade, merecia um Complexo Cultural como este, que está à altura de sua importância como capital do Brasil. Ainda mais agora, que recente pesquisa do IBGE aponta que a cultura é o quarto item de consumo da família brasileira. Segundo os dados do IBGE, a indústria cultural emprega cerca de um milhão e meio de trabalhadores, o que corresponde a 4% da mão de obra ativa do País. Considerando o setor informal, esse número chega a três milhões e setecentas mil pessoas. Se isso nos deixa felizes, porque revela o crescente interesse do brasileiro pela cultura, também aumenta nossa responsabilidade para satisfazer os anseios e a vontade do povo por ter cada vez mais acesso aos bens culturais.

O nosso governo tem feito um esforço muito grande nesse sentido, buscando parcerias com estados e municípios e com a sociedade civil para promover cada vez mais a rica diversidade cultural brasileira. E a inauguração



deste Complexo Cultural vai propiciar, sem dúvida, maior acesso da população à cultura, fortalecendo ainda mais a capital do nosso País como pólo irradiador de conhecimento, arte e cultura.

Meu caro Roriz, minha cara Maria de Lourdes Abadia, as pessoas podem dizer: bom, mas o Roriz fez esta obra, a Maria de Lourdes concluiu, mas isso está projetado há 50 anos. O dado concreto é que o projeto, por mais bonito que seja, só se transforma em realidade quando tem gente de coragem para fazer. E fazer uma obra dessas é um ato de coragem, porque poderia estar pronta há muito mais tempo, e somente agora é que se deu conta que Brasília precisava disso. Afinal de contas, Brasília é uma cidade extraordinária, pelo menos para quem mora nas regiões mais próximas do centro de Brasília, uma cidade com áreas de lazer extraordinárias, com parques fantásticos, mas faltava isso. Faltava um cartão-postal a mais para Brasília, e eu acho que vocês dois deram de presente a Brasília e ao povo brasileiro e, por que não dizer, ao mundo, a obra que era o sonho de Oscar Niemeyer, a obra que era o sonho de Lúcio Costa e a obra que, agora, é um presente de Natal a 190 milhões de brasileiros.

Muito obrigado e que Deus nos abençoe nessa empreitada.

Leia o release sobre o assunto:

<http://www.info.planalto.gov.br/download/notas/REL151206.DOC>



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
almoço com oficiais-generais**

Clube do Exército - Brasília - DF, 15 de dezembro de 2006

Eu queria cumprimentar o ministro Waldir Pires,
Cumprimentar a ministra Dilma Rousseff,
Cumprimentar o Paulo Bernardo,
Cumprimentar o Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães
Carvalho, comandante da Marinha,

O General de Exército Francisco Roberto de Albuquerque, comandante
do Exército,

O Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luís Carlos da Silva Bueno, comandante da
Aeronáutica,

Quero cumprimentar todos os senhores oficiais-generais

Quero dizer para vocês que, desde o almoço do ano passado, eu tinha
dito ao Albuquerque que eu imaginava que pudéssemos fazer, em algum
momento, uma reunião em que o governo pudesse dizer aos seus oficiais-
generais aquilo que o governo está pensando em fazer pelo País. Nós falamos
com a imprensa todos os dias, nós falamos com políticos todos os dias, nós
falamos com curiosos todos os dias, e por que não falar com as nossas Forças
Armadas para que todos os nossos oficiais, onde quer que estejam, saibam o
que o governo está pensando para o futuro deste país.

Eu quero fazer isso num momento importante da nossa história. Eu não
diria que o Brasil está vivendo um momento mágico, mas o Brasil está vivendo
o momento de consolidação de algumas coisas com que não tínhamos o hábito
de conviver com a tranquilidade que estamos convivendo hoje. Do ponto de
vista da macroeconomia, este é um momento que pode permitir que eu diga a



todos os senhores que o Brasil está preparado para dar o passo seguinte, o passo do crescimento econômico e o passo da distribuição de renda, até porque nós já temos muita experiência de crescimentos econômicos virtuosos e vigorosos, em que o resultado final foi a concentração de renda e, portanto, uma deterioração na base da nossa sociedade.

Eu queria pedir que a ministra Dilma e o Paulo Bernardo fizessem uma exposição para vocês, para perceberem o que nós estamos pensando, do ponto de vista de investimentos em infra-estrutura. E pensando, não apenas o Brasil, mas pensando a América do Sul, porque eu estou convencido de que o século XXI precisa ser o século do Brasil. Nós já perdemos o século XIX, nós já perdemos o século XX, ou seja, outros países conseguiram avançar, se desenvolver e nós fomos ficando para trás. Nós, hoje, estamos convencidos de que o Brasil precisa crescer, de que a América do Sul precisa crescer e de que o Brasil é o país que pode dar uma espécie de dinâmica para oferecer oportunidades aos outros países, sobretudo no que diz respeito à infra-estrutura de integração que nós estamos fazendo.

Eu imaginava que, fazer tudo isso, sem permitir que a gente levasse a nossa sociedade a um empobrecimento maior, era o desafio que estava colocado para nós. Hoje, eu posso dizer aos senhores que a situação da parte mais empobrecida da população é menos pior do que já foi, parte das pessoas conquistaram a sua cidadania, os empregos apareceram mais do que nos últimos 12 anos, e nós precisamos sempre, ao olhar o Brasil, comparar o Brasil de hoje com o Brasil de alguma época.

É importante lembrar que, em 1970, o Brasil tinha 90 milhões de habitantes. De lá para cá, passados 36 anos, nós temos 190 milhões de habitantes, crescemos 100 milhões. É verdade que a economia cresceu, mas a distribuição de renda não cresceu proporcional ao crescimento da população e nem ao crescimento da renda nacional. Daí porque nós chegamos ao século XXI com um conjunto de pessoas vivendo em situação de miséria absoluta, o



que nos obrigou a criar o Programa Bolsa Família.

Pois bem, se nós analisarmos outros dois períodos da história brasileira, nós vamos perceber o milagre brasileiro, entre 1968 e 1973, no governo do presidente Médici que, do ponto de vista eminentemente de crescimento econômico, não tem similar na história do Brasil. Eu me lembro porque eu era dirigente sindical, naquela época, estava dentro da fábrica e eu me lembro de que a oferta de emprego era de tal magnitude, que uma empresa ia para a porta da outra roubar trabalhador, ou seja, com um carro de som dizendo: “A minha fábrica paga mais”. Então, o trabalhador que estava na fila para arrumar emprego, saía para ir para a outra.

Nós chegamos a crescer, em 1973, 13,94%, ou seja, muito mais do que a China cresce hoje. Mas, quando a gente olha o resultado, a gente fica abismado. É que, primeiro, o Brasil não teve a cultura de crescer com inflação baixa. Toda vez que o Brasil teve um grande crescimento, ele teve uma grande inflação. Segundo, esse crescimento econômico não significava um aumento da renda dos pobres. Nesse caso, o salário mínimo diminuía na medida em que o PIB crescia. Só para ter idéia, quando o PIB cresceu 13,94%, o salário mínimo teve menos 3,4% de reajuste.

Se a gente pegar um outro momento auspicioso da história do Brasil, que foi a presidência do Juscelino Kubitschek, é o mesmo retrato. A economia cresceu, em média, 8 a 9% ao ano, mas a inflação era, em média, de 22 ou 23% e o salário mínimo decaiu na maioria dos casos. Estou dizendo isso para dizer para vocês que poucas vezes na história do Brasil se combinou o desenvolvimento, o crescimento econômico com a distribuição de renda e com a justiça social. Poucas vezes. E nós conseguimos estabelecer um padrão em que não crescemos tanto mas, é o maior aumento do salário mínimo dos últimos anos. Aliás, nos últimos 30 anos, o salário mínimo não cresce como cresceu no nosso governo.

Isso permite, agora, depois de todos esses ajustes, depois de todos os



sacrifícios que nós fizemos, depois de fazer uma política fiscal muito séria, depois de diminuir a nossa dívida externa, devolver para o FMI o que era dele, reconquistar a nossa independência, depois de ter uma reserva em dólar superior à dívida externa pública brasileira. Portanto, nós somos superavitários na questão da dívida externa, depois de ver o crescimento vigoroso do mercado interno, sobretudo com a indução de uma política de crédito que nós não tínhamos na história do Brasil – com o crédito consignado foram 47 bilhões de reais jogados no mercado para que o povo pudesse consumir, comprar as coisas que ele precisa – nós, agora, queremos dar um outro passo.

Essa é a razão pela qual eu fui candidato à reeleição e fui reeleito. Acho que o povo brasileiro deu uma demonstração de sabedoria política como há muito tempo ele não tinha dado, não permitiu intermediação entre a sua vontade e o voto, ele decidiu, contra tudo e contra todos, aquilo que era a sua vontade pessoal, e os resultados disso permitem que agora nós tenhamos um desafio. Eu, agora, não tenho mais que fazer nenhum discurso comparando o meu governo ao governo daqueles que eu substituí. Eu, agora, vou ter que fazer discurso comparando o meu segundo mandato com o primeiro. Agora, a vidraça sou eu, de mim mesmo. Jogarei as pedras, portanto, com mais cautela.

Mas o dado concreto é que, ao pensar o Brasil estrategicamente para os próximos anos, nós estamos dizendo a todo o Brasil que não estamos dispostos a conviver mais quatro anos discutindo a miséria, e que na hora de fazer o orçamento é como se estivéssemos em uma casa que não tem pão, onde todo mundo briga e ninguém tem razão. O cobertor é curto e o único jeito de a gente poder atender as necessidades de todos os setores da sociedade brasileira, de todos os ministros, das Forças Armadas brasileiras, é a economia crescer. Ela crescendo, vai crescer a renda nacional e, portanto, a gente vai ter dinheiro para fazer as coisas. Se não crescer, nós não iremos a lugar nenhum.

Eu quero lembrar que faz exatamente 20 anos, ou melhor, 26 anos que a economia brasileira não cresce. E faz muito tempo que não se investe em



infra-estrutura. O último presidente a investir em infra-estrutura foi o presidente Geisel, que depois deixou um pepino para o presidente Figueiredo, que não podia pagar as dívidas contraídas por causa da infra-estrutura. De lá para cá, nós não temos grandes obras de infra-estrutura e, mais grave, em muitos casos, não fizemos a manutenção daquilo que já estava pronto.

Agora, o desafio que está colocado para nós é o de dar o passo seguinte. Qual é o passo seguinte? É fazer o Brasil crescer, é fazer investimento em infra-estrutura, resolver o problema das nossas rodovias, das nossas ferrovias, dos nossos portos, dos nossos aeroportos e fazer, não na medida do possível apenas, mas ser mais criativo e fazer de forma mais arrojada, porque se não fizermos de forma mais arrojada, serão mais quatro anos em que não acontecerá o crescimento que nós precisamos que tenha o Brasil.

E nada melhor que próximo ao Natal, num almoço com as Forças Armadas, eu convide vocês a compartilharem, com o conjunto do governo, desse desafio que está colocado para nós: o desafio de fazer a economia brasileira crescer, o desafio de consagrar nossa aliança estratégica dentro da América do Sul, o desafio de fazer com que o Brasil se torne, cada vez mais, país importante nas decisões das políticas mundiais, seja em qualquer esfera de discussão, mas, sobretudo, um país em que a gente possa ver na Amazônia, no Nordeste brasileiro e nas periferias o nosso povo pobre menos pobre, não apenas tomando café, almoçando e jantando, mas estudando e trabalhando, porque é isso que vai consagrar, definitivamente, o Brasil, enquanto uma nação desenvolvida.

O Brasil não tem o direito de jogar fora mais uma oportunidade. Nós não abriremos mão de uma política fiscal rígida, porque só podemos gastar aquilo que nós temos. Nós não abriremos mão de controlar a inflação, porque ela é o maior ganho para a parte mais pobre da população. Mas estejam certos de que este país vai dar um salto de qualidade. Nós estamos trabalhando há 30 dias e



eu penso que, em mais alguns dias, a gente já poderá anunciar algumas medidas na área econômica e as principais obras de infra-estrutura, e vamos começar o ano fazendo as coisas acontecerem neste país. Até porque, no segundo mandato, se a gente não fizer mais do que fez no primeiro, a frustração pode ser muito grande na sociedade brasileira. Portanto, eu assumo o segundo mandato com mais responsabilidade do que assumi o primeiro, com mais compromisso e com muito mais vontade e sabedoria. Ou seja, depois de quatro anos, a gente descobre o caminho das pedras.

Eu quero, portanto, chamá-los ao compartilhamento dessas responsabilidades e desejar a todos vocês um feliz Natal, um bom Ano Novo e que 2007 seja, definitivamente, o grande ano do começo do Brasil se transformar numa grande nação.

Muito obrigado e bom almoço.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
abertura da 224ª reunião do Conselho Administrativo da Suframa**

Manaus-AM, 18 de dezembro de 2006

Primeiro, cumprimentar o nosso companheiro governador do estado do Amazonas, Eduardo Braga,

Cumprimentar o governador do estado de Roraima, Ottomar de Sousa Pinto,

Cumprimentar o nosso querido companheiro Luiz Fernando Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

O nosso companheiro Luiz Marinho, ministro do Trabalho e Emprego,

Cumprimentar os deputados federais aqui presentes,

Cumprimentar a nossa querida Flávia, pelo trabalho e dedicação,

O nosso querido companheiro Serafim Corrêa, prefeito de Manaus,

Os deputados estaduais,

O Luciano Jorge, coordenador-geral do Conselho Administrativo da Suframa,

O Paulo Roberto Maciel, representante da Suframa,

O Waldemir de Souza Santana, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos,

Cumprimentar cada um de vocês, que são conselheiros da Suframa, funcionários da Suframa, empresários e convidados que participam deste quase “dia do Fico”, que gritaram aí atrás,

Meus amigos e minhas amigas,

Hoje, eu estou muito mais à vontade para dizer algumas coisas que antes do processo eleitoral era difícil dizer, sem que o que nós disséssemos não parecesse, aos olhos da opinião pública, simplesmente uma promessa eleitoral.



Eu, antes de ser presidente da República, tinha perdido três eleições. E foi exatamente a minha derrota na primeira eleição, em 1989, que me deu a consciência de que ninguém conseguirá governar este País com o acerto que o País precisa de um governante, se os governantes não conhecerem o Brasil. E, por isso, resolvi fazer as Caravanas da Cidadania e percorri este País de trem, onde tinha trem ainda, de ônibus, de barco – fiz três Caravanas das Águas – e me convenci de que o País não poderia ser governado de Brasília, ou de São Paulo, ou do Rio de Janeiro, ou daqui, de Manaus, se o governante não tivesse uma dimensão geral sobre as diferenças do nosso querido País.

Isso me fez apresentar, para cada viagem que fazia, uma espécie de proposta de desenvolvimento regional. E isso consolidou, na minha cabeça, a idéia de que um país da dimensão geográfica do Brasil tem que ser pensado globalmente, tem que ser pensado regionalmente e tem que ser pensado setorialmente. Foi por isso que, quando nós ganhamos as eleições, uma das primeiras reuniões que nós fizemos foi no estado do Acre, na capital Rio Branco, para discutir o modelo de desenvolvimento para a Amazônia.

Eu sei que muita gente estranha, porque dizem que o Lula fala muito na região Norte do País e na região Nordeste. Por isso, nós brigamos tanto para que a gente pudesse ver aprovadas, novamente, a Sudam e a Sudene, porque nós entendemos que se tivesse corrupção nessas instituições, ou se elas tivessem fugido às razões principais pelas quais foram criadas, ao invés de você extingui-las, você poderia mudar os homens e colocar gente mais competente, que elas funcionariam perfeitamente bem, e nós estamos provando isso com o Basa e com o BNB.

Bem, a partir dessa visão de mundo e dessa visão do Brasil, da necessidade do desenvolvimento que leve em conta a regionalização, eu nunca tive duas caras, nem enquanto candidato, nem enquanto presidente da República. Ou seja, enquanto candidato, se eu ia num lugar, eu dizia que ia fazer as coisas. Em 1989, recusei ir ao marco zero da Santarém-Cuiabá,



porque queriam, os eleitores da época, que eu fosse lá, no marco zero, e decretasse, que desse a minha palavra, que eu ia fazer a estrada. Eu falei: não vou dizer porque não conheço, não sei do projeto, como é que eu vou assumir o compromisso de que vou fazer? Eu não fiz, não assumi compromisso. E somos exatamente nós, que não assumimos compromisso, que vamos fazer a ligação Cuiabá-Santarém, via BR 163, e vamos fazer porque entendemos que é necessário. Eu, que fui um dos maiores críticos da Ferrovia Norte-Sul, já fiz em quatro anos mais que os outros fizeram, em 18, da Ferrovia Norte-Sul, porque a gente vai ficando mais velho, os cabelos vão ficando brancos, a gente vai tendo maior dimensão da realidade do País e das necessidades.

Por isso é que nós resolvemos, ao ganhar as eleições, dizer que nós queremos destravar o nosso País. Destruar o nosso País, Flávia e Furlan, é a gente pensar o seguinte: por que a Suframa tem 500 milhões em caixa e esse dinheiro é contingenciado? Lamentavelmente, isso é que nem na casa da gente, ou seja, muitas vezes você recebe um bolo de dinheiro, o pai e a mãe se reúnem para pagar as dívidas e você é obrigado a fazer contenção de despesas aqui ou ali. Na verdade, aqueles que têm lucro pagam, porque se tivessem déficit, o País estava ainda mais desgraçado. Aqueles que têm lucro, como a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Suframa, terminam arcando com uma parcela para preencher a parte do bolo que falta ser preenchida por outras regiões do País.

Mas, eu quero dizer a vocês da Suframa, e tenho dito isso nas reuniões em que o Furlan tem me colocado esse problema, que nós haveremos de encontrar um jeito de não permitir que as pessoas sejam castigadas porque dão certo. Ou seja, na medida em que um projeto, uma superintendência como a Suframa dá certo, tem o parque industrial desenvolvido e, portanto, arrecada mais dinheiro, é muito importante que uma parte desse dinheiro seja devidamente aplicado aqui para permitir mais rendimento.

Quando eu sou informado que as ruas da Zona Franca de Manaus estão



esburacadas porque não tem dinheiro, eu quero dizer para vocês que eu vejo isso quase como uma coisa patética, certamente as pessoas que têm que decidir isso não estão no cotidiano dos problemas, esse é um problema da máquina burocrática. É que nem sempre o técnico tem a mesma dimensão, não porque não tem competência, às vezes ele é muito mais competente do que quem dirige, mas ele não tem a paixão da sensibilidade política de saber: olha, precisa ou não precisa fazer? Porque senão, todos nós estaremos determinados a cumprir apenas o receituário que foi feito há muitos e muitos anos, do que pode ou não pode, e pode acontecer uma guerra ali no meio que a pessoa não muda um milímetro.

Então, eu quero dizer, e eu não poderia dizer isso aqui como Presidente, mas não tem sentido que as cidades pequenas da região Norte do País e os estados não recebam um pouco do dinheiro da Suframa para que eles possam se desenvolver com um pouco mais de competência e com um pouco mais de prudência. Eu vou tratar disso dentro da minha lógica de destravar o País, isso significa um travamento, ou seja, você castiga o Banco do Brasil porque tem lucro, você castiga o BNDES porque tem um pouco de lucro, e você vai assim montando o seu conjunto de recursos para poder pagar as dívidas que os outros fizeram. Lamentavelmente, isso é a administração pública. Nós temos que pagar as dívidas porque queremos honrar os compromissos que este País fez. E, portanto, nós temos que encontrar o dinheiro para pagar, mas sem levar, *ad eternum*, vários setores que precisam dar certo, ao sacrifício. Portanto, a Zona Franca é uma das coisas que está dentro da minha teoria do destravamento deste País.

A segunda coisa que eu queria dizer é que nós temos que olhar: qual será o futuro de um estado como Roraima? Qual será o futuro? Metade está demarcada como terra indígena, a outra metade da terra está com o Incra. Ou seja, o estado fica sem poder oferecer, a quem quer que seja que vai investir lá, a possibilidade de um futuro. Então, não é um problema do governador ou



um problema do presidente, é um problema que o País tem que resolver.

Qual será o futuro do Amapá? O que nós vamos querer para o Amapá? Quando tomei posse, eu imaginei que a gente ia fazer a ponte Brasil-França, que havia interesse dos dois países. Hoje, o que acontece? Eu estou terminando o primeiro mandato, já pensei em tomar champagne naquela ponte umas dez vezes e não vou tomar porque a ponte não saiu ainda, e a burocracia brasileira é tão empedernida quanto a burocracia da França. Ou seja, um dia eu pego 11 advogados brasileiros indo para Paris para discutir a ponte e o dinheiro da passagem daria para fazer a ponte. Ao invés de 11, vai um advogado ou vão dois, façam uma reunião aqui no Brasil e tirem uma diretriz: qual é a sua defesa lá em Paris?

Mas o que nós vamos querer do Amapá? O que nós queremos do Acre, como é que ele vai se desenvolver? O estado do Amazonas e o estado do Pará têm dimensões de grandeza própria para se desenvolver. Isto aqui já está consolidado como um parque industrial altamente moderno, invejável. O Pará tem uma estrutura de exportação também invejável. Mas os outros estados do Norte não têm. Então, nós vamos ter que cuidar disso, alguém tem que assumir a responsabilidade. Você não se preocupe não, viu, Ottomar? Não se preocupe. Não é porque eu perdi as eleições lá que eu vou deixar de cuidar de Roraima com carinho. Vou cuidar de Roraima e pretendo ir lá no começo do meu segundo mandato para discutir com o governo, com os políticos do estado, o que nós temos que fazer para ajudar, para que haja desenvolvimento. E, depois, Rondônia. São os estados que compõem essa parte Norte do País, que eu acho que têm que ter a oportunidade que já teve o Sul e o Sudeste há 50 anos. Eu não quero tirar nada de nenhuma parte do Brasil, não quero prejudicar, uma vírgula, nenhum estado do Sul nem do Sudeste, não quero, nem do Centro-Oeste. A única coisa que eu quero é garantir às outras regiões do País a oportunidade que eles já tiveram há 50 anos, porque senão é mais um século em que nós vamos ter duas regiões



altamente empobrecidas e outras regiões com pobres, mas com potencial de desenvolvimento padrão, padrão chinês, padrão europeu, padrão americano, ou seja, alta tecnologia. Esse atraso é que nós precisamos superar.

E esse atraso também envolve um investimento na questão da ciência e da tecnologia, porque se você olhar o percentual de doutores formados nesta região e formados na região mais desenvolvida, a maioria está para lá. É preciso formar os doutores aqui, para que isso aqui também conquiste, em pesquisa, a mesma competência que outras regiões do País. Por isso é que nós vamos levar o compromisso que eu assumi na campanha, e vou cumprir, que cada cidade-pólo deste País terá uma extensão universitária e terá uma escola técnica. Quero que vocês me cobrem no final do mandato. Não importa que sejam 200, 300 cidades. Ou nós fazemos isso, ou nós não competiremos com os nossos concorrentes que estão disputando conosco na OMC, que estão disputando conosco nos contrabandos.

Nós temos que saber que na nossa relação internacional e na nossa relação comercial não tem amigo, é disputa por espaço político. É a geopolítica comercial que vai determinar, é a nossa competência de colocar valor agregado, e por isso nós temos que investir na educação, não tem jeito. Não adianta dizer para mim que vamos gastar dinheiro, eu não considero gastar, considero investimento. Mas nós vamos ter que fazer o investimento necessário para que a gente tire o atraso a que o Brasil foi submetido durante esses últimos 40 ou 50 anos.

Eu sempre vou dormir pensando que, de vez em quando, as pessoas dizem: “Ah, fica caro fazer a reforma agrária, fica caro fazer investimento na educação, fica caro acabar com o analfabetismo”. Eu fico imaginando o seguinte: quanto custou a gente não fazer isso há 50 anos? Quanto custou ao Brasil não fazer as coisas corretas na década de 50, na década de 60? Hoje, nós estamos correndo atrás do prejuízo. Portanto, se o povo brasileiro me deu mais quatro anos de oportunidades, podem ficar certos de que nós vamos fazer



mais e muito melhor do que fizemos no primeiro mandato, porque o povo brasileiro não pode perder a esperança e o povo brasileiro não pode se ver frustrado outra vez.

E aí nós dissemos claramente o seguinte: o que precisa fazer no Brasil? Seria importante que todos nós, quando fôssemos dormir, fechássemos os olhos e imaginássemos o que aconteceu no Brasil de 1980 para cá, são duas décadas e meia em que o País não faz outra coisa a não ser correr atrás do prejuízo. Duvido que tenha tido um político neste País que passou uma semana, na década de 80, sem fazer 10 discursos contra a dívida externa, era o fim do mundo, a dívida externa ia acabar com o Brasil, tudo era em torno dela. Depois, era em torno da inflação, depois a Constituinte ia salvar o Brasil, ou seja, de vez em quando, nós arrumamos algumas coisas que funcionam como se fosse uma tábua de salvação. Nós preferimos, no nosso governo, não procurar uma tábua de salvação, mas tentar fazer um barco, uma canoa que desse a este País a sustentação que ele precisava para chegar onde nós chegamos.

Então, eu posso dizer para vocês da Zona Franca de Manaus, empresários, trabalhadores que, há muitos e muitos anos, o Brasil não tem uma situação confortável como nós temos hoje na questão macroeconômica. Eu sei que nós temos o desejo de que o País precisa crescer mais, eu também quero crescer mais, mas a gente vai poder crescer agora porque nós construímos as bases para crescer. Ele vai crescer agora e talvez seja a primeira vez na história deste País que ele pode crescer sem inflação alta, porque não faz parte da cultura do Brasil crescimento econômico com inflação baixa. Toda vez que nós crescemos bem, a inflação esteve lá em cima. Da mesma forma que, toda vez que nós decidimos exportar, nós asfixiamos o mercado interno, e toda vez que a gente tentava fortalecer o mercado interno, a gente matava as exportações.

O que acontece hoje no Brasil? Nós temos inflação controlada, nós



temos um crescimento exuberante das nossas exportações e um crescimento das nossas importações e, mais importante, um crescimento do mercado interno de consumo. O varejo tem crescido muito, e o Felipe sabe aí, pelo shopping dele que está crescendo bastante no varejo, que o povo está tendo acesso a produtos que até então não consumia. Além dessas coisas favoráveis – crescimento das exportações, crescimento das importações, crescimento do crédito interno, crescimento do varejo brasileiro – nós temos ainda o quê? Pela primeira vez, a nossa dívida externa é menor, a dívida externa pública é menor do que as reservas que nós temos em dólar. Portanto, se a gente quisesse pagar, pagava logo, vocês ficavam sem nada. Não, nós não precisamos fazer isso e já devolvemos os 15 bilhões deles. Não precisamos ficar com o FMI dando palpite aqui, pode pegar o dinheiro e ir embora que nós vamos resolver o nosso problema.

Então, a situação está dada, o Brasil está preparado para dar o próximo passo. Agora, para dar o próximo passo, tem que ter algumas coisas que aconteçam, que envolvam não apenas o governo, mas envolvam a sociedade brasileira. Eu vou dizer algumas delas.

Primeiro, as pessoas precisam acreditar no que a gente fala, porque investimento produtivo, em parte, é uma questão de oportunidade, em outra, é as pessoas acreditarem que aquilo pode acontecer, e para isso o governo tem que cumprir com a sua parte. Então, nós decidimos, nessa política de destravar o País, anunciar por esses dias uma política de desoneração de vários setores da economia brasileira, sobretudo desonerar os investimentos produtivos. Nós somos um país fantástico: a pessoa, quando quer fazer um investimento, começa a pagar o imposto antes de começar a ganhar o dinheiro. Primeiro, nós queremos que a pessoa faça o investimento e depois comece a pagar os impostos, já com o ganho do seu novo investimento.

Mas não é apenas isso. Também é marcar, no campo da infra-estrutura, o que nós precisamos fazer, quais as estradas que serão prioridade, quais os



gasodutos que serão prioridade, quais os aeroportos que serão prioridade, quais as pontes que serão prioridade, quais as hidrelétricas que serão prioridade.

E quando eu falo destravar, só para vocês terem uma idéia, desde 1992 eu ouço falar na Hidrelétrica de Belo Monte e, desde 1992, o Estado brasileiro está proibido de fazer o estudo, não é de fazer a hidrelétrica não, é de fazer o estudo. Nós, agora, estamos destravando as duas hidrelétricas do rio Madeira. Se a gente não tiver oferta de energia para oferecer quando convidar o empresário para fazer o investimento, ninguém vai produzir energia elétrica empinando pipa. Tem que ter hidrelétrica, tem que ter termelétrica, tem que ter a biomassa e a biotecnologia, e isso leva um certo tempo, ou, melhor, a hidrelétrica de biocombustível, a eólica. Agora, a hídrica ainda é a mais barata, e nós temos um potencial.

Então, nós precisamos tentar destravar onde tem gargalos e impedimentos para que a gente possa fazer, senão nós começaremos a ter problemas em 2011, em 2012. Quanto mais a economia cresce, mais vai precisar de consumo de energia e mais vai precisar construir. E eu não quero cometer o mesmo erro de alguns ditos conhecedores, que deixaram acontecer o apagão de 2001, quando todo mundo sabia que ele ia acontecer.

Portanto, se o governo brasileiro quiser passar seriedade, ele precisa agir com seriedade e as pessoas têm que acreditar que ele está sendo sério, porque não basta falar, é preciso saber se as ações do governo estão caminhando na direção do discurso. Porque se o governo falar uma coisa e fizer outra, ninguém acredita.

O que aconteceu aqui na Suframa, nesses quatro anos, é o que pode acontecer em outras regiões do País. Até porque, veja, eu estou muito mais à vontade hoje do que eu estava antes das eleições. Primeiro, porque nós temos alguns compromissos importantes com este País.

Eu vou dar uma idéia para vocês da dificuldade que é você decidir e



fazer uma coisa. A BR-101 Sudeste, que liga praticamente todo o Mercosul e que vai facilitar a vida de argentinos, uruguaios e brasileiros, de transitar para cá, de transitar carga, está sendo prometida há não sei quantos anos. No ano passado, eu tive que ir a Osório, no Rio Grande do Sul, receber a ordem de serviço que tinha sido dada pelo governo passado, que deu a ordem num dia e travou no outro dia, não aconteceu nada.

Quer dizer, ou nós assumimos a responsabilidade de que destravar o País é fazer as obras que nós precisamos fazer de infra-estrutura, seja Parceria Público-Privada, seja só o governo federal, ou nós fazemos, ou nenhum de nós vai colher aquilo que é preciso colher para o País crescer 5% ou 6% ao ano.

Eu quero dizer aos meus companheiros da Suframa, aos nossos conselheiros, aos empresários e aos trabalhadores, o que eu dizia em 2003: eu não tenho o direito de errar, eu não tenho. E por tudo o que aconteceu neste País, eu posso dizer que nós erramos menos do que os que me antecederam. E, neste segundo mandato nós temos, não o direito de errar, nós temos o direito de fazer mais e melhor, ou melhor, direito não, a obrigação de fazer mais porque nós já aprendemos, porque nós já sabemos onde está o caminho das pedras, nós já sabemos quem é que cria dificuldade, nós já sabemos onde está o caminho para tentar desburocratizar e destravar este País.

E quero dizer, meu caro Eduardo, que fique tranqüilo, que no nosso governo não há nada que possa criar qualquer prejuízo ao desenvolvimento da região Norte do País, ao desenvolvimento do Amazonas e ao recrudescimento da Zona Franca de Manaus. Isto aqui, eu freqüento esta Zona Franca de Manaus desde 1980, enquanto dirigente sindical. Já fiz muitas assembléias na porta de fábrica e eu tenho dimensão do que representa isto, hoje, para este estado.

Eu me lembro de que, quando eu vim aqui há uns oito, nove anos, encontrava companheiro chorando: “Ah, só tem 40 mil trabalhadores, só tem 30



mil, está diminuindo”. Estão lembrados disso? “Vai acabar a Zona Franca de Manaus, vai acabar”. Quantos trabalhadores tem hoje? Cento e oito mil, diretos. E não perca a esperança, Flávia, que vai crescer muito e muito mais, porque esse é um modelo que deu certo e pode ser estendido para outras regiões. Então, nós vamos discutir isso com muito carinho. Ottomar, não perca a esperança, eu só tenho quatro anos de mandato, você também só tem quatro anos de mandato. Pode ficar certo de que, nesses quatro anos, nós vamos fazer mais, melhor e com mais eficácia, porque eu não vou perder o tempo que nós perdíamos, não vai ter reuniões tão apressadas como esta do Furlan, porque esta reunião aqui, nem a burocracia dos partidos bolchevistas aprovava umas coisas tão rápidas como essas aqui. No governo tem um pouco mais de debates, o Furlan mesmo é um que fala demais nas reuniões, e lá tem espaço.

Mas eu vou dizer uma coisa para vocês: acho que todos nós aprendemos, acho que nós temos condições de fazer e eu estou convencido, meu caro Eduardo, meu caro governador Ottomar, eu estou convencido de que nós poderemos fazer muita coisa neste País. As coisas estão engatilhadas, os projetos estão definidos, já assumimos o compromisso de que vamos fazer acontecer essas prioridades para o Brasil, que logo, logo vamos anunciar. E aí é trabalhar, trabalhar e trabalhar para que a gente possa ver o Brasil superar, depois de 30 anos, o índice de 5% na economia. Mas não queremos que seja 5% e depois 2%, não. Também não precisamos ficar crescendo como crescia no auge do “Milagre Brasileiro”. O importante é a gente crescer de forma duradoura 10 ou 15 anos, com a inflação controlada, porque se a inflação não for controlada, o povo é quem paga o pato. Controlar os nossos gastos, porque a gente não pode gastar mais do que a gente arrecada. Quando a gente gasta, um dia a casa cai e acontece o que aconteceu em 98, acontece o que aconteceu em vários outros planos econômicos que inventaram aqui.

E eu vou dizer para vocês uma coisa: a mim, nunca será dado o direito de errar, nunca. Por isso, se todo mundo tem que ser sério, nós temos que ser



sério e meio, porque nós temos consciência do que foi o sacrifício desse primeiro mandato. Quem esteve no governo sabe, não é, Furlan? As chibatadas que nós tomamos para chegar onde nós chegamos. E chegamos ao final do mandato como o governo mais bem avaliado da história do Brasil desde que os institutos medem a avaliação de um governo. E é pouco diante da pretensão que nós temos, de fazer deste País a nação do século XXI.

Então, eu quero agradecer a vocês. Eu acho que a Zona Franca, hoje, não deve explicações a ninguém. Eu acho que a Zona Franca tem que colher os frutos daquilo que é o resultado que ela conseguiu brotar. Acho que é justo que governadores e prefeitos reiviniquem um pouco de participação na Zona Franca de Manaus. Eu quero dizer que vocês nunca me terão como adversário por reivindicarem isso e, dentro das possibilidades, eu quero que vocês saibam que, naquilo que depender só da vontade do presidente da República, nós iremos aos poucos liberando para tirar o sufoco das cidades e do estado.

Quero agradecer a vocês. Eu, se soubesse que era tão bom ter vindo à primeira reunião depois de 40 anos, esta não seria a primeira, poderia ter sido a segunda. De qualquer forma, eu tenho quatro anos para participar de outras reuniões da Suframa.

Quero desejar a vocês toda a sorte do mundo. Quero dizer aos trabalhadores da Suframa que a gente não pôde dar todo o aumento que era preciso dar, mas demos aquilo que era possível. Sabem por quê? Porque também na área do setor público é que nem praga de gafanhoto, quando um quer aumento, todos querem ao mesmo tempo, e não tem dinheiro, às vezes, para atender todo mundo.

Mas eu acho que já houve o reconhecimento, já houve uma valorização. Certamente, nunca é o que as pessoas, no fundo, no fundo, merecem, mas vocês também têm consciência de que nós sempre seremos verdadeiros com vocês. Quando a gente puder dar, vamos dar. Quando não puder dar, com a mesma honestidade vou dizer: nós não podemos dar. Também jamais ficarei



com bronca de vocês se fizerem greve contra o governo, porque eu nasci fazendo greve e, portanto, não vou ter nenhuma preocupação com uma greve.

Então, o que eu quero é isso, gente. O que eu quero é que a gente aproveite esses quatro anos para ter uma relação de harmonia entre nós. Que a gente consiga passar, com o resultado do nosso trabalho, esperança para uma parcela do povo que nunca vai conseguir entrar aqui nesta sala, para uma parcela do povo que nunca vai conseguir nem chegar perto do Pólo Industrial de Manaus, para gente muito humilde que espera que nós, que conquistamos a cidadania, tenhamos a grandeza de não pensar apenas em nós mesmos e de estender um pouco a mão para eles, para que se aproximem do mundo que nós vivemos hoje.

Que Deus abençoe todos vocês, e boa sorte.

Leia o release sobre o assunto:

<http://www.info.planalto.gov.br/download/notas/REL151206-1.DOC>



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
solenidade de inauguração da Usina Termelétrica Cristiano Rocha**

Manaus-AM, 18 de dezembro de 2006

Eu não sei se tem alguém se molhando, mas por mim pode chover à vontade, aqui.

Eu queria, primeiro, cumprimentar o nosso querido companheiro, governador do estado do Amazonas, Eduardo Braga,

Cumprimentar o nosso querido companheiro Luiz Marinho, ministro do Trabalho,

E o companheiro Luiz Fernando Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

Cumprimentar os companheiros deputados federais Carlos Souza, Lupércio Ramos, Vanessa Grazziotin e Marcelo Serafim,

Quero cumprimentar o nosso querido Serafim Corrêa, prefeito da cidade de Manaus,

Quero cumprimentar a doutora Marilene Corrêa, secretária de Ciência e Tecnologia do estado do Amazonas,

Quero cumprimentar o senhor Jorge Amílcar Boueri da Rocha, diretor-presidente da Rio Amazonas Energia S.A,

Quero cumprimentar o presidente da Postalis, o Alexei,

O Wagner Pinheiro, presidente da Petrus,

Quero cumprimentar o meu companheiro José Carlos Bumlai,

Quero cumprimentar o senhor José Mauro Mendonça, diretor de operações da Raesa,

Cumprimentar o nosso querido João Pedro, suplente no Senado – já está de terno e gravata, porque ele pensa que vai assumir no Senado,

Quero cumprimentar o Waldemir de Souza Santana, presidente do



Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus,

E quero cumprimentar a Gilsa Batista da Silva Santana, presidente do PT estadual,

Meus amigos e minhas amigas,

A minha vinda à cidade de Manaus no dia de hoje, além de visitar a Honda, visitar a Yamaha e almoçar com o governador no Palácio do Governo, visitar esta termelétrica e, depois, participar da reunião do Conselho da Suframa, tem uma razão de ser. Primeiro, nós temos que ter em conta que esta parceria que nós estamos vendo aqui, entre a iniciativa privada e os fundos de pensões, demonstra que nós temos um caminho a percorrer para que a gente possa suprir as necessidades que o Brasil tem de construir mais termelétricas, mais hidrelétricas, mais energia de biomassa, mais energia de biocombustível, porque a energia será o grande atrativo para que a gente possa convencer empresários estrangeiros ou brasileiros a fazerem investimentos no Brasil.

Quando nós formos oferecer ou convidar alguém para fazer investimento no Brasil, numa atividade industrial, a primeira pergunta que as pessoas nos farão é se o Brasil terá energia suficiente para garantir a implantação de um projeto ou se o Brasil vai viver de apagões, como nós vivemos em outro momento da história do Brasil, sobretudo o estado do Amazonas, que tem uma experiência triste na construção de uma hidrelétrica que eu, na verdade, nem chamaria de hidrelétrica, chamaria de “um monumento à insanidade”, que foi a construção de Balbina que, certamente, se fosse hoje, não poderia ser construída, não só porque o bom-senso dos governantes não permitiriam, mas também porque aqueles que defendem a preservação ambiental não iriam permitir.

Ao mesmo tempo, nós estamos convencidos de que o estado do Amazonas e uma parte do Norte do País não podem ficar subordinados a uma energia produzida por óleo diesel, porque é um consumo excepcional de óleo



diesel, e o Brasil, embora seja auto-suficiente em petróleo, tem que importar petróleo, porque não consegue ainda produzir todo óleo diesel que nós precisamos. Por isso nós tomamos a decisão de construir um gasoduto, que era prometido há mais de 20 anos, mas que não saía das promessas eleitorais, para que a gente pudesse transformar em realidade o Gasoduto Coari-Manaus e, se Deus quiser, quem sabe, fazer o Gasoduto Manaus-Porto Velho, porque o Norte do País tem que ter as mesmas oportunidades de crescimento que tem o restante do território nacional.

Isso aqui não pode ser tratado como se fosse uma zona abandonada. Habitualmente, as pessoas que não conhecem Manaus, as pessoas que não conhecem Belém, sobretudo Manaus e Belém, e as pessoas que não conhecem a Zona Franca de Manaus, pensam que isso aqui é um estado e uma cidade que tem pouca gente, que tem apenas índio, tem apenas borracheiro – se bem que isso aqui, quando tinha o auge da borracha, no começo do século passado, representava 40% do PIB brasileiro, o que representa São Paulo hoje.

Portanto, nós, quando resolvemos fazer o Gasoduto Coari-Manaus, queremos dizer ao povo do Norte do País e ao povo do estado do Amazonas que a industrialização para esta região veio de forma definitiva, veio para ficar. A Zona Franca provou que este estado precisava apenas de uma oportunidade e a oportunidade foi dada. Os empresários que aqui vieram investiram, os governadores que aqui passaram foram fazendo os seus investimentos, mas tinham uma dívida: a garantia de que não iria faltar energia.

Quando eu saio de São Paulo e venho inaugurar uma termelétrica que vai oferecer 56 Megawatts de energia para a cidade de Manaus e que vai no *pool* de distribuição de energia deste estado, eu venho para dizer que nós iremos fazer quantas termelétricas forem necessárias para que a gente garanta que não falte energia nunca mais nesta região.



Eu me lembro que, no primeiro ano de governo, convidado pelo companheiro Eduardo Braga para ir ver a disputa do Caprichoso e do Garantido, lá em Parintins, eu cheguei e a primeira reivindicação que me fizeram foi que a gente não deixasse faltar energia em Parintins. Ainda não fizemos o Linhão, mas vamos fazê-lo. Mas, também, depois da nossa visita, nunca mais faltou energia em Parintins, porque, habitualmente, na época da festa, iam muitas autoridades, tinha energia, depois da festa, as autoridades iam embora e a energia também ia embora. Essa falta de respeito não pode continuar existindo no nosso País.

Esta região aqui e todo o Norte do País, na medida em que vai se aproximando o conhecimento tecnológico, que a gente possa e tenha mais condições de construir as eclusas e construir os transportes fluviais que nós temos que construir, quanto mais for se aproximando a integração de todos os países da América do Sul, sobretudo aqui, nesta região, com a Colômbia, Venezuela, Peru e, através da Colômbia e do Peru, com o Equador, mais nós vamos precisar de energia, mais nós vamos precisar de investimentos e mais a gente vai ter possibilidade de ver o Norte do País crescer da forma mais humana possível, de forma ambientalmente correta, a melhor possível, porque nós achamos que o Brasil não pode prescindir de desenvolver esta região do País.

Eu quero fazer, aqui, em nome do meu governo, em nome dos meus ministros e em nome do povo brasileiro, um agradecimento aos empresários que estão acreditando nisso, aos Fundos de Pensão que, aos poucos, estão deixando de ganhar dinheiro com a taxa Selic, aplicando em títulos do governo, aplicando dinheiro em infra-estrutura, ganhando dinheiro, na verdade, e aumentando a capacidade de produção do nosso País. Eu espero que essa vontade de investimento dos Fundos de Pensão aconteça cada vez mais, porque quando nós formos diminuindo a taxa de juros, vai diminuindo a



possibilidade de ganhar dinheiro fácil e vão ter que procurar investimentos produtivos com recebíveis garantidos.

Nada melhor do que produzir energia para garantir a certeza de que os Fundos de Pensão vão tratar do futuro dos seus aposentados com muita correção, porque também nós não podemos admitir que os Fundos de Pensão façam investimentos para ter prejuízos, porque o prejuízo não será do Fundo, será do aposentado. E nós queremos que o Fundo trate os aposentados com o carinho em que é preciso que sejam tratados, mas também queremos dizer para os Fundos que, cada vez mais, vocês vão ter menos possibilidades de ganhar dinheiro comprando título, porque os juros vão caindo e vocês vão ter que procurar produção, investimento produtivo, infra-estrutura para poder garantir o futuro dos pensionistas dos Fundos de Pensão do nosso querido País.

Eduardo Braga, eu quero dizer para você que eu sou agradecido por tudo o que aconteceu comigo aqui no estado do Amazonas. Eu hoje conversei com o prefeito, eu tive 96% de votos na cidade dele, conversei com o prefeito de uma comunidade que teve 166 votos e eu tive 165 – eu estou desconfiado aonde foi parar esse outro voto que não apareceu na urna – mas, de qualquer forma, tivesse eu a votação que tive ou não tivesse, nós já estávamos investindo aqui antes de sabermos que íamos ter os votos. Nós estamos fazendo os investimentos aqui porque acreditamos que a Região Sul já é uma região razoavelmente desenvolvida, a Região Sudeste é uma região bem desenvolvida, a Região Centro-Oeste tem uma outra particularidade no agronegócio extremamente importante e nós precisamos cuidar com muito carinho da Região Norte e da Região Nordeste, que são as duas regiões que, ao longo da história, foram esquecidas pelos nossos governantes. E fazendo isso, não estamos privilegiando a Região Norte nem o estado do Amazonas, fazendo isso não estamos privilegiando nem a Região Nordeste e nem um estado específico, estamos apenas fazendo justiça, pensando o Brasil como



um todo e dando a todos os 190 milhões de brasileiros a oportunidade de conquistar a melhoria da qualidade de vida, de conquistar a cidadania, de ter o seu emprego, ter uma renda melhor e viver condignamente.

E por que isso? Porque neste segundo mandato, que se inicia dia 1º de janeiro de 2007, eu tenho um compromisso, e o compromisso é mais ousado e é mais arrojado do que o compromisso do primeiro mandato. No primeiro, quando eu fiz o discurso, eu dizia: se terminar o meu primeiro mandato e cada brasileiro estiver tomando café, almoçando ou jantando todos os dias, já valeu a pena ser presidente do Brasil. Ao terminar o nosso mandato, as pesquisas estão a demonstrar que o nosso governo tem o mais alto reconhecimento, desde que os institutos de pesquisas começaram a medir. Isso não me deixa vaidoso ou de sapato alto, isso me deixa com muito mais responsabilidade, porque a partir do 1º de janeiro de 2007 eu não tenho que me comparar com o governo anterior, de quem eu ganhei as eleições, eu tenho que me comparar com o meu primeiro mandato e por isso eu tenho que fazer mais e muito melhor, sobretudo, com muito mais competência, combinando desenvolvimento econômico, distribuição de renda e uma política de educação de qualidade. Porque será através da educação que a gente vai melhorar a nossa participação, colocando valor agregado nas coisas que nós produzimos, exportando mais inteligência e mais conhecimento, produzindo cada vez mais indústrias limpas que possam ajudar a desenvolver a Região Norte do País.

Quero te dizer, meu amigo Eduardo Braga, que não é a primeira e nem a última vez que eu venho aqui, neste mandato é a última, neste mandato não tem mais tempo de vir aqui, mas pode ficar certo que, no segundo mandato, virei muitas vezes, porque certamente nós temos muitos projetos aqui. Por exemplo, como é que chama aquela vila que nós vamos autorizar a Suframa a dar o terreno? Nova Vitória. Nós assumimos o compromisso de dar um terreno, antes da campanha. Agora, que passou a campanha, que eu ganhei, alguns poderiam esquecer, mas amanhã eu vou fazer a medida provisória doando o



terreno para que o Eduardo Braga possa construir a casa das pessoas.

A segunda coisa é que nós sabemos a carência da cidade de Manaus e do estado do Amazonas, com água potável e com saneamento básico, e nós vamos ter que fazer os investimentos em parceria com prefeituras, com governo e com o governo federal, para que a gente não permita que Manaus, que cresce de forma extraordinária, seja ocupada desordenadamente, como já foram as grandes metrópoles brasileiras, na medida em que, cada vez mais, Manaus se coloca como um pólo de atração do desenvolvimento desta região, e os dados demonstram mais do que isso. Quando tomamos posse, em janeiro de 2003, Manaus tinha 53 mil metalúrgicos trabalhando, a informação que eu tenho é que já são 108 mil metalúrgicos hoje e, se Deus quiser, vai ter muito mais, porque no que depender de mim, a Zona Franca de Manaus vai crescer ainda mais do que já cresceu, porque ela é uma demonstração de sucesso.

Muito obrigado aos empresários que estão acreditando neste investimento e podem ter certeza de que no que depender do governo federal, do governo estadual e dos governos municipais as parcerias estarão sendo feitas, porque o Brasil precisa, sobretudo, de harmonia, harmonia na política, harmonia no desenvolvimento e harmonia, sobretudo, nos investimentos que precisamos fazer porque o Brasil não jogará fora o século XXI como ele jogou o século XIX e o século XX. Depende do governo, mas depende muito, e muito, da parceria que fomos capazes de construir.

Parabéns, Eduardo, parabéns Serafim, parabéns aos empresários que estão investindo aqui, parabéns aos Fundos de Pensão e Deus queira que apareça mais projetos importantes para que vocês coloquem um pouquinho do dinheiro de vocês para gerar riqueza e empregos no Brasil.

Boa sorte gente!

Leia o release e a entrevista sobre o assunto:

<http://www.info.planalto.gov.br/download/notas/REL181206.DOC>

<http://www.info.planalto.gov.br/download/Entrevistas/PR1366.DOC>



Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cerimônia de sanção dos PLs que regulamentam o uso da Súmula Vinculante pelo STF, da Repercussão Geral e da Informatização de Procedimentos Judiciais

Palácio do Planalto, 19 de dezembro de 2006

Ministra Ellen Gracie, presidente do Supremo Tribunal Federal e presidente do Conselho Nacional de Justiça,

Nelson Jobim, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal e advogado militante,

Meu caro Márcio Thomaz Bastos, ministro de Estado da Justiça,

Meu caro Jorge Hage, ministro do Controle e da Transparência,

Meu caro Tarso Genro, das Relações Institucionais,

Ministros do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia Antunes Rocha, Eros Grau, Gilmar Ferreira Mendes, José Carlos Barbosa, Ricardo Levandowski e Sepúlveda Pertence,

Senadora Serys,

Deputado Federal Paes Landim,

Senhores ministros dos Tribunais Superiores,

Senhor Pierpaolo Bottini, secretário da Reforma do Judiciário,

Juizes aqui presentes,

Advogados,

Meus amigos e minhas amigas,

Estamos aqui para formalizar mais um importante passo de nossa caminhada conjunta em direção a uma Justiça mais rápida e eficiente. Estas leis que estou sancionando hoje são fruto de um esforço coletivo pela dignidade e legitimidade das instituições públicas neste País. A presença aqui da ministra Ellen Gracie, uma entusiasta da modernização do Judiciário, é uma



demonstração inequívoca desta parceria virtuosa.

Todos aqui sabemos que, há muito tempo, a população brasileira sofre com a lentidão do Judiciário para resolver seus problemas e suas disputas. Igualmente conhecidos são os clamores dos agentes políticos para que essa questão seja solucionada. Por isso, desde o início do governo, resolvemos tratar a Reforma do Judiciário como uma prioridade. Mais do que uma política de governo, entendemos que ela deveria ser fruto de uma união de forças dos Poderes da República com objetivo de consolidar a cidadania e o Estado Democrático de Direito. Para atingir esse objetivo criamos, ainda em 2003, a Secretaria de Reforma do Judiciário, órgão do Ministério da Justiça responsável por articular e fomentar os processos de mudança nesse terreno.

Em 2004, os representantes dos três Poderes da Nação, em um grande exemplo de democracia e harmonia institucional, firmaram o “Pacto por um Judiciário mais Rápido e Republicano”, com onze compromissos para garantir o acesso à Justiça e acelerar a prestação jurisdicional. Foi a partir desse pacto que a Reforma do Judiciário avançou, ganhou corpo e caminhou a passos largos.

Juntos, conseguimos aprovar a Emenda Constitucional nº 45 – conhecida como a emenda da Reforma do Judiciário –, que tramitava há mais de dez anos no Congresso Nacional. O texto trouxe avanços importantes, como a criação do Conselho Nacional de Justiça, responsável pelo planejamento, gestão e acompanhamento disciplinar do Poder Judiciário. Ele também consagrou a autonomia das Defensorias Públicas, instrumentos fundamentais para estruturar as políticas de assistência jurídica aos setores mais carentes da população.

Mas os trabalhos foram além. Após a aprovação da reforma constitucional, apresentamos mais de 25 projetos de lei ao Congresso Nacional com o objetivo de desburocratizar os processos civis, penais e trabalhistas. Com isso, enfrentamos os principais gargalos responsáveis pela morosidade



na tramitação das demandas judiciais. Este trabalho resultou na aprovação de 10 novas leis apenas em 2006. Elas certamente contribuirão para minimizar o tempo de espera por uma solução judicial aos conflitos que se apresentam e, sobretudo, para que nossa Justiça seja cada dia mais eficaz para cumprir os anseios da população brasileira.

Minhas amigas e meus amigos,

Os esforços que todos nós empreendemos nestes últimos quatro anos estão sendo coroados hoje com a sanção destas leis. Estamos regulamentando os aspectos essenciais para a racionalização da tramitação dos processos e para a estabilidade das regras jurídicas no País.

A primeira lei trata da súmula vinculante, que permitirá ao Supremo Tribunal Federal organizar a atividade judicial e resolver de maneira definitiva milhares de processos idênticos que tramitam no Judiciário. A segunda lei regulamenta a repercussão do recurso extraordinário e tem o objetivo de filtrar os recursos que chegam ao Supremo Tribunal Federal. Este Tribunal recebe cerca de 100 mil demandas por ano. Já era hora de prever mecanismos para evitar que casos de menor gravidade, como brigas de vizinhos e acidentes de trânsito, ocupem a pauta deste órgão. O Supremo Tribunal Federal existe para garantir o respeito à Constituição, para proteger direitos fundamentais e para assegurar o cumprimento dos princípios democráticos e republicanos sobre os quais se fundamenta o Estado contemporâneo.

As questões analisadas pelos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal, portanto, devem ter repercussão geral, devem ser do interesse de toda a sociedade, devem revestir-se de importância fundamental. A partir desta nova lei, tal característica do Tribunal será garantida, uma vez que as demandas de grande repercussão para toda a sociedade serão priorizadas.

Por fim, a terceira lei sancionada hoje regulamenta o processo eletrônico nos tribunais. Estamos vivendo a era da informatização. Transações comerciais e financeiras de grande porte são feitas pela Internet, a compra de ações, por



exemplo, já prescinde de papel e pode ser realizada virtualmente. É hora de aplicar estas ferramentas aos serviços judiciais. A utilização dos novos insumos tecnológicos é um instrumento importante para a superação da burocracia e dos gargalos que emperram o andamento dos processos. Devemos caminhar para uma Justiça que utilize o mínimo de papel, e – o que também é fundamental – se torne disponível a todos os interessados através de meios eletrônicos.

O Judiciário brasileiro já é um exemplo no terreno da informatização. A urna eletrônica, responsável por um fantástico salto de qualidade na realização das eleições, é exemplo para o mundo. Juízes e desembargadores não se intimidam com os avanços da tecnologia e, pelo contrário, buscam utilizar seus instrumentos em nome da rapidez e da efetividade dos serviços. E isto ficou claro com o prêmio Innovare, organizado pelo Ministério da Justiça, em parceria com outras entidades, que pôde reconhecer em todo o País experiências bem-sucedidas de administração da Justiça. Tais experiências poderão ser consolidadas e multiplicadas com esta nova lei, proposta inicialmente pela Associação dos Juizes Federais do Brasil e que contou com o apoio firme da presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Ellen Gracie.

A consagração da ICP-Brasil, como órgão central de organização das comunicações por meios eletrônicos, criará condições e parâmetros para a expansão do uso das tecnologias já existentes, e oferecerá regras e referências de segurança que tornem os sistemas mais confiáveis.

Juntas, estas três leis nos conduzem para mais perto de um novo modelo de Justiça. Para uma Justiça mais eficiente, transparente e acessível. Estamos, enfim, atendendo a um desejo de toda a sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, contribuindo para consolidar a legitimidade e o prestígio que o Poder Judiciário deve ter para que possa continuar exercendo suas atribuições constitucionais de maneira efetiva e funcional.

Quero, portanto, agradecer a todos os representantes do Judiciário, do



Legislativo e do Executivo, que se engajaram neste importante processo de reforma de nossa Justiça. Com ele, estamos fortalecendo nossas instituições, e fazer isso é fortalecer nossa democracia e, sobretudo, atender cada vez melhor aos anseios de toda a população brasileira.

Meus amigos e minhas amigas, eu queria fazer justiça, aqui, a uma pessoa que teve um comportamento republicano exemplar. O nosso companheiro Márcio Thomaz Bastos, que todos conhecem, primeiro como advogado, depois como grande ministro, foi um entusiasta, como poucas vezes no Brasil nós tivemos um ser humano com a vontade de fazer as reformas do Judiciário que teve o ministro Márcio Thomaz Bastos.

No caso da súmula vinculante, e essa minha homenagem ao Márcio, essa homenagem a um republicano de corpo, alma e de comportamento, todo mundo aqui sabe que o Márcio tinha objeção, não era contra, tinha objeção à súmula vinculante. Entretanto, como grande republicano que é, ele não criou um único obstáculo para que as coisas acertadas entre nós fossem impedidas de ser votadas. E o gesto de grandeza maior é o fato de ser uma tese que ele, durante muitos anos, tentou convencer quase todos nós a sermos contra. Ao ver a sua tese derrotada pelo Congresso Nacional eis que, com todo sorriso, cá está entre nós o Márcio Thomaz Bastos, centrado, como exemplo maior da força de uma nação republicana. E ainda fizemos mais, não permitimos que ele falasse, porque senão seria demais colocar o Márcio para falar sobre essa matéria.

Meus amigos, eu acho que nós estamos dando passos extraordinários para consolidar o Brasil enquanto nação definitivamente grande em todos os seus aspectos. Essas coisas, muitas vezes, as pessoas de fora se queixam, as pessoas acham que demoram muito, as pessoas acham que poderiam ser mais rápidas, mas podem ter certeza que o exercício da democracia não é diferente em lugar nenhum do mundo. A democracia pode ser cansativa, pode ter coisas que demoram muito, às vezes aparece alguém que costuma chamar



os atos democráticos de assembleísmo. Mas a verdade é que não tem nada melhor no mundo do que um regime democrático, em que as pessoas são ouvidas, as coisas são discutidas, as instâncias têm as suas funções, cada uma respeita a outra, e assim nós vamos consolidando o Brasil enquanto nação democraticamente servidora de exemplo para o mundo.

Parabéns a todos os companheiros e companheiras que trabalharam para que a gente chegasse ao dia de hoje. Eu espero que a gente continue avançando. Numa, os juízes vão perder, noutra, os ministros vão perder; noutra quem perde é o governo; noutra, quem perde é a Câmara; noutra quem perde é o Senado, mas, no frigar dos ovos, quem ganha é o Brasil com a consolidação de regras mais democráticas.

Parabéns!

Leia o release sobre o assunto:

<http://www.info.planalto.gov.br/download/notas/REL191206-1.DOC>



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na confraternização de Natal dos servidores do Palácio do Planalto

Palácio do Planalto, 21 de dezembro de 2006

Primeiro, umas palavras de agradecimento a todos vocês. Eu penso que o Brasil está vivendo um momento especial. Eu acho que nós conseguimos arrumar um pouco a casa e, certamente, nós não teríamos conseguido fazer isso se não fosse a colaboração de cada um de vocês, exercendo a sua função com a dignidade profissional, que é exemplar, e nem sempre com a remuneração adequada.

Depois que assumi a Presidência, eu pude constatar a dedicação dos funcionários e das funcionárias do Palácio do Planalto, no cumprimento do seu serviço. Eu pude ver pessoas que não medem sacrifício nem para entrar, nem para sair, e reclamam bem menos do que a média de qualquer trabalhador, em qualquer parte do mundo.

E eu penso que o sucesso que nós obtivemos se deve ao trabalho muitas vezes anônimo de vocês, já que o Presidente nem sabe onde vocês trabalham, não sabe o nome de vocês, e vocês pouco se preocupam se o Presidente sabe ou não sabe, porque não são funcionários do Presidente, são funcionários do Brasil, e é pelo Brasil que vocês fazem tudo o que fazem.

Então, meus agradecimentos de coração à dedicação. Eu espero que a gente tenha um Ano Novo muito melhor, um Ano Novo com mais esperança, eu diria com mais conquistas, porque na medida em que o Brasil conquista os seus espaços, o povo também vai conquistando os seus espaços e, conseqüentemente, as nossas queridas e queridos colaboradores e colaboradoras também vão conquistando o seu espaço.

Da nossa parte, eu quero dizer para vocês que vir de onde eu vim e chegar à Presidência da República já é um milagre. E, depois de quatro anos, a



gente terminar o governo com uma aprovação, eu diria, excepcional, e ser reeleito pelo povo brasileiro com mais votos do que eu tive no primeiro mandato é gratificante, porque significa o reconhecimento de uma boa parcela da sociedade, que acredita que a gente pode fazer mais e pode fazer melhor, até porque já temos quatro anos de experiência.

É isso que eu quero que vocês coloquem na cabeça e na alma de vocês. Nós temos tudo para transformar este País num país mais extraordinário do que ele é. E ele só pode ser mais extraordinário se a gente conseguir melhorar a vida das pessoas, sobretudo, fazer os mais pobres da sociedade subirem um degrauzinho a mais na melhoria da sua qualidade de vida, na melhoria dos seus ganhos, na conquista de um posto de trabalho.

É para isso que nós vamos nos dedicar nesses próximos quatro anos, a cuidar mais do desenvolvimento do País, cuidar mais da educação deste País e cuidar do povo.

Se não fossem os dicionários, eu, na verdade, não utilizaria nunca mais a palavra governar, eu utilizaria a palavra cuidar, porque o povo brasileiro precisa de muito cuidado e de muito carinho. Cada vez mais eu me convenço de que não é possível a gente governar este País apenas com a racionalidade dos números, apenas com a racionalidade do nosso cérebro, é preciso que haja uma combinação entre a racionalidade do cérebro e a racionalidade do coração, porque um pouco das coisas que nós temos que fazer no Brasil é muito mais sentimento, é muito mais a gente saber que tem muita gente precisando que a gente estenda a mão.

Então eu queria, neste momento, agradecer, de coração, a vocês, e em meu nome e da Marisa, desejar um Bom Natal, que tudo transcorra com muita tranqüilidade dentro da família de vocês. Eu sonho que um dia nós vamos ter o Brasil com a família vivendo mais em harmonia, com os filhos respeitando os pais, com os pais respeitando os filhos, porque nós sabemos que quando dentro da casa da gente as coisas estão bem, elas ficam bem no trabalho, elas



ficam bem na nossa relação social e, por isso, nós precisamos cuidar com carinho excepcional de manter a harmonia da família.

Eu, de vez em quando, fico pensando que grande parte dos problemas que nós temos no Brasil é de desagregação da estrutura da sociedade a partir da família. Pessoas que moram em lugares degradantes, pessoas que, muitas vezes, vêem a família totalmente separada, desagregada, às vezes os pais não têm condições, às vezes os filhos ficam mais rebeldes e às vezes a gente perde o controle. Eu fico imaginando que, se cada família pudesse cuidar dos seus com carinho, a gente certamente não teria bandidos, a gente não teria um monte de coisas se cada um de nós tivesse condições de cuidar da nossa família.

Imagine se cada família vivesse em harmonia, se não tivesse briga dentro de casa, se marido respeitasse a mulher, se a mulher tratasse bem os filhos, se os filhos tratassem bem o pai e a mãe, como seria muito mais maravilhoso o mundo em que a gente vive. E eu penso que nós haveremos um dia de conquistar isso. E vocês merecem ter o melhor Natal, o melhor Ano Novo, e que a gente possa, nestes quatro anos, trabalhar em harmonia.

Acho que todos nós devemos a Deus chegar até o dia de hoje, acho que todos nós precisamos agradecer a Deus, todo santo dia, pelas conquistas que a gente tem porque, muitas vezes, nós somos levados a sempre reivindicar alguma coisa, sempre querer alguma coisa a mais na vida, e muitas vezes nós esquecemos de agradecer o que nós já temos. O que nós já temos na família, o que nós comemos, o que nós bebemos. De vez em quando é preciso dizer: é pouco o que eu tenho, mas eu tenho. Se a gente olhar para frente, tem gente que tem mais do que a gente; se a gente olhar para trás, tem gente que tem bem menos do que a gente. Então, não custa nada, de vez em quando, a gente levantar todos os dias, olhar para o céu, e agradecer a Deus pelo fato de estarmos com vida, com saúde e poder cuidar dos nossos.

Eu tenho a obrigação, além de cuidar da minha família, eu tenho a



obrigação de cuidar das pessoas deste País. Nem sempre a gente consegue fazer tudo que a gente deseja, a gente não consegue ir à casa da gente, a gente não consegue um emprego, mas vocês podem ter certeza de que eu deito e levanto, todos os dias, com a consciência de que é preciso fazer cada vez mais e, sempre que a gente fizer, a gente tem que olhar que, embora a gente tenha que cuidar de todos, nós temos que cuidar mais das crianças, nós temos que cuidar mais dos adolescentes, e nós temos que cuidar das pessoas mais pobres.

Eu digo sempre – e graças a Deus nós conseguimos este ano – que se a gente pudesse ver todo mundo levantar de manhã e tomar um café bastante reforçado, todo mundo ter um almoço bom na mesa, ter uma janta boa, e tendo saúde, o resto a gente resolve.

Então, eu só posso dizer para vocês que Deus os abençoe, que Deus possa permitir que a gente tenha um ano virtuoso em 2007. E que 2008 seja melhor, que 2009 seja melhor, que 2010 seja muito melhor ainda. E que, em 2010, o povo eleja um presidente muito melhor ainda, e que as coisas vão melhorando a cada dia que passa.

Eu quero agradecer de coração o carinho, a dedicação, o esforço de vocês e dizer para vocês: Feliz Natal e Feliz Ano Novo. Que Deus nos guarde.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de sanção da Lei da Mata Atlântica**

Palácio do Planalto, 22 de dezembro de 2006

Minha querida companheira Marina Silva, ministra de Estado do Meio Ambiente,

Meu querido companheiro Silas Rondeau, ministro de Estado das Minas e Energia,

Meu caro deputado Sarney Filho,

Meu caro ex-deputado Fábio Feldman, autor do projeto de lei da Mata Atlântica,

Miriam Prochnow, coordenadora-geral da Rede de ONGs da Mata Atlântica,

Meu caro Roberto Klabin, presidente da Fundação Mata Atlântica,

Meus amigos e minhas amigas,

Para expandir a fronteira do futuro, para que o novo não seja a reiteração obtusa do antigo, é necessário renovar a compreensão sobre nós mesmos. Para tanto, é indispensável ouvir a voz da história.

Nada poderia ser mais simbólico desse aprendizado humano do que encerrar o ano de 2006 sancionando uma lei que paga uma dívida com as nossas origens. Ao mesmo tempo, reafirma a disposição de aperfeiçoar a trajetória do nosso bom futuro.

Quinhentos e seis anos depois do Descobrimento, o Brasil finalmente regulamenta o uso e a preservação de um dos biomas mais ricos da face da Terra.

A Mata Atlântica é o abrigo único de 73 espécies de mamíferos e o grande viveiro natural da maior diversidade de árvores do Planeta.



Originalmente, recobria mais de 1 milhão e 100 mil quilômetros quadrados do nosso território. Revestia de verde cerca de 15% do mapa do Brasil.

Restam, agora, pouco mais de 20% do maior sistema de biodiversidade de nosso País, sendo apenas 7% em condições de boa conservação.

À riqueza original, portanto, incorporou-se um valioso alarme histórico. Trata-se do mais eloqüente e pedagógico alerta sobre um caminho que não devemos, não podemos e, sobretudo, não precisamos mais repetir.

Foram 14 anos de tramitação na Câmara dos Deputados e mais dois anos, na verdade foram 12 na Câmara e dois no Senado, para que o Brasil chegasse a um consenso sobre o manejo desse patrimônio. Antes disso, a cada ano o País perdia 100 mil hectares de tesouros vegetais e biológicos ainda não suficientemente conhecidos.

Por sobre o verde original erguem-se, agora, 3.409 municípios em 17 estados da nossa Federação. Neles se produz 70% de toda a riqueza nacional.

Cinco séculos de história nos deram consciência tecnológica e conhecimento, mas principalmente maturidade para recusarmos o caminho de uma encruzilhada desnecessária e ardilosa.

A verdade é que, sem produzir riqueza, nenhum povo tem futuro, mas, sem preservar a natureza, não há futuro para nenhum povo.

Anseios de crescimento, de cidadania e de bem-estar social, tanto quanto o meio ambiente, devem ser mantidos a salvo da lógica predatória que produz a exclusão econômica, a extinção da esperança e a erosão do futuro.

A essência da civilização humana é intrinsecamente feita de natureza e cultura. Não é possível dissociar o destino da natureza do destino da sociedade, bem como do seu desenvolvimento.

Chico Mendes não era contra o progresso que leva saúde, educação, oportunidades, emprego e renda às populações mais pobres e isoladas do nosso território. Tampouco a irmã Dorothy Stang pregava o isolamento idílico das comunidades humildes da Terra do Meio.



Ambos se opunham, na verdade, à lógica excludente que faz do progresso uma pista de mão única, na qual o povo é mantido como viajante cativo da segunda classe e a natureza se transforma em carga predatória ilegal do vagão clandestino.

Meus amigos e minhas amigas,

A exemplo da lei que protege a Mata Atlântica, outros avanços conquistados em nosso governo, como a Lei de Gestão de Florestas Públicas e duas fortes reduções nos índices de desmatamento da Amazônia, nos dão a certeza de que é possível seguir em frente, sem repetir o que ficou para trás.

Provamos, nesses quatro anos, que é possível reconciliar os sistemas produtivos com as aspirações humanistas, igualitárias e ecológicas do nosso povo e do nosso tempo.

É o que a nossa querida ministra Marina tem feito com equilíbrio e firmeza. Deve-se à sua tenacidade mestiça, à generosa angulação de seu olhar amplo e penetrante, e à singular trajetória de sua vida, uma mudança importante no vocabulário ecológico do Estado brasileiro.

A ministra Marina substituiu a expressão “não fazer” pela afirmação de “como fazer”. Mais que isso, assinalou a emergência de um novo tempo no movimento ambiental brasileiro, que vem se tornando cada vez mais forte e respeitado.

Hoje podemos dizer que o movimento ambientalista entre nós incorporou às suas responsabilidades o desafio adicional de responder também às urgências do desenvolvimento econômico e social do País.

É assim que estamos incorporando as lições da história, condensadas no que precisamos preservar da Mata Atlântica. Os resultados são novas responsabilidades de crescimento que vão atender velhos anseios do nosso povo.

Meus amigos e minhas amigas,



Eu penso que a lei que eu sancionei agora, depois de 14 anos de tramitação no Congresso Nacional, demonstra que não tem conquista fácil para nenhum segmento da humanidade. Ou seja, vocês que trabalham em ONG's, que trabalham em governos, que trabalham em Ministérios e que lutam pela preservação ambiental do nosso País sabem perfeitamente bem que, com toda a divergência que possa ter, o reconhecimento sobre a dignidade do trabalho de vocês hoje é infinitamente superior ao que era há 20 anos, há 15 anos e há 10 anos. E a continuar essa evolução de compreensão da sociedade, o que vai acontecer, é o que estamos tentando fazer no nosso governo, é que não haverá elaboração de projetos de desenvolvimento sem que sejam construídos com aqueles que cuidam de dar a licença para que esses projetos possam funcionar.

No Brasil, habitualmente, se fazia um projeto, se fazia contrato, se fazia licitação e, depois que a obra estava pela metade, ia se buscar, então, a licença prévia. E aí, quando não se dava, porque estava irregular, quem pagava o pato eram aqueles que defendiam o meio ambiente no Brasil, eram aqueles que queriam preservar a natureza. Isso, no nosso governo, acabou. Pelo que eu ainda tenho brigado no nosso governo? Brigado com Marina, brigado com Silas, brigado com Dilma, brigado com Marcos Barros, do Ibama, brigado com todo mundo aqui, pelo seguinte: um projeto não pode ficar 14 anos esperando alguém dizer sim ou não.

Eu me lembro de um grande empresário, que tinha uma hidrelétrica para construir, e ele estava sendo enganado há 14 anos e ninguém tinha coragem de dizer para ele: não pode fazer essa hidrelétrica. Eu o chamei aqui – é essa mesmo – e falei: olha, meu querido amigo, não vai poder fazer essa hidrelétrica. Então, alguém tem que ter coragem de dizer para o senhor, procura outro lugar, lá não vai ser possível ser feito. Enganaram o senhor 14 anos, eu não vou enganá-lo. É assim que nós precisamos trabalhar, para que a gente faça o que for possível, faça o sacrifício que tivermos que fazer para



contornar o que for possível contornar, para que a gente combine, da forma mais harmônica possível, a idéia de que o desenvolvimento não é incompatível com a preservação ambiental, e a preservação ambiental não é incompatível com o desenvolvimento. É isso que nós temos que dizer para as pessoas e provar para as pessoas. E eu acho que nós estamos conseguindo, eu acho que nós estamos evoluindo. Eu me lembro de uma primeira reunião que eu fiz, aqui, com a Marina, em que o setor de florestas queria que saísse para a agricultura. E eu disse: agora que está a Marina aí, porque eu vou mudar, eu não vejo nenhum problema. Não mudamos e não aconteceu absolutamente nada demais.

Eu acho que às vezes nós temos problemas, que aparecem na imprensa, por exemplo, com a demarcação das terras indígenas, com a demarcação das terras dos remanescentes de quilombos. E o que nós precisamos? É trabalhar com mais agilidade para que, quando tenha um projeto de florestamento em algum lugar, a gente tenha antes um levantamento para saber se ali tem terra indígena, se ali tem quilombo, para que a gente possa, antes de começar, resolver o problema, porque depois, vira conflito social, coisa que é desnecessária, e nós poderíamos antecipar as soluções dos problemas.

Eu estou convencido, companheiros e companheiras, de que o povo brasileiro nos deu mais quatro anos de mandato para que a gente continue fazendo mais e melhor. Mais crescimento econômico, mais distribuição de renda, mais desenvolvimento, mais justiça social, mas, também, mais preservação ambiental. Porque aquilo que a gente não preservar agora, a gente vai pagar o preço daqui a 30 anos, daqui a 40 anos. Quando os nossos filhos tiverem que xingar alguém, eles certamente pensam que estarão xingando outros, mas estarão xingando a gente, porque foi a nossa geração que não cuidou direito, como a que nós herdamos dos nossos pais não cuidou direito, e outra que vier, se a gente não tiver uma política muito forte, vai



continuar o desmatamento, vai continuar secando os nossos rios, vai continuar jogando esgoto nos nossos rios.

Eu me lembro que quando nós começamos a discutir a revitalização do rio São Francisco, apareceram dezenas e centenas de pessoas como se fossem donas do rio São Francisco. E aí nós fomos fazer um levantamento e em quase nenhuma cidade à beira do rio São Francisco tinha política de tratamento de esgoto, em quase nenhuma.

Nós vamos aprovar ainda, Marina, a PEC que está no Congresso Nacional, criando um fundo que vai garantir 200 milhões ou 300 milhões por ano para que a gente possa revitalizar, reflorestar. Você viu que eu aprendi a diferença entre florestar e reflorestar. Você viu que eu estou chique agora. Então, nós vamos ter que fazer a recuperação das matas ciliares, nós vamos ter que fazer tratamento de esgoto na cidade, vamos ter que tentar recuperar alguns afluentes do rio São Francisco, porque nós fazemos isso, ou daqui a 40, 50 anos, alguém estará nos culpando por não termos feito.

Então, eu quero que vocês saibam o seguinte: eu sou desenvolvimentista, eu sou ambientalista, mas antes de tudo eu sou o presidente do País, então a Marina sabe que eu sou um defensor de... Muitas vezes, injustiças que cometem em relação a ela, não é fácil as pessoas jogarem a culpa toda em cima do meio ambiente, ou seja, a coisa mais fácil do mundo é um irresponsável transferir responsabilidade para outros. E aqui é um governo, aqui não tem ministro de Desenvolvimento, ministro do Meio Ambiente, aqui não, aqui a decisão é de governo. Se a gente tiver que “quebrar o pau”, vamos “quebrar o pau” como quebramos muitas vezes; se tivermos que discutir, vamos discutir. Eu tenho por norma nunca tomar a decisão de dizer: eu sou o Presidente, então eu decido. Não foi assim que eu aprendi a fazer política. No tempo em que a política foi feita assim, não foi bom para o Brasil.

Eu sempre que puder faço uma reunião a mais para a gente poder fazer da consertação um hábito político e um hábito de governança neste País. Eu



acho que o Brasil ganha com a sanção desta lei. Agora, é importante lembrar que esta lei é apenas a garantia de que nós temos direito de fazer outras coisas para preservar e fazer os implantes nesse corpo semi-destruído que é a Mata Atlântica, para que ele volte a crescer, para que volte a expandir, inclusive, em algumas áreas que estão totalmente degradadas.

Da minha parte, companheira Marina, da minha parte, companheiros das ONGs, da minha parte, parceiros, contem comigo, porque aquilo que estiver no nosso alcance nós faremos, até porque eu tenho muita dificuldade de dizer não para os anseios da nossa querida Marina.

Muito obrigado. Parabéns a todos vocês e Feliz Natal. Eu escrevi aqui para não esquecer que eu tenho que dizer Feliz Natal para vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de Natal da Vida e Cidadania dos Catadores e da População em
Situação de Rua**

São Paulo-SP, 23 de dezembro de 2006

Primeiro, Júlio, eu queria te cumprimentar pelo trabalho excepcional de animador de tudo isso que nós vimos aqui, hoje, e por essa luta de muitos e muitos anos.

Segundo, eu queria agradecer ao Luiz Henrique da Silva,

Agradecer ao Severino Francisco Lima,

Agradecer ao Carlos Cardoso de Aquino,

À Anita Gomes dos Santos,

Às duas meninas, a Dandara e a Tainara, que vieram aqui fazer as suas poesias,

Dom Manuel, Dom Pedro Luiz,

Queria agradecer ao Roberto, ao Sebastião,

E agradecer ao companheiro Antônio Carlos De Nigro, que fez a representação de uma peça que poderia ser feita em Brasília. Na hora em que for votar essa medida provisória, uma semana antes, vamos arrumar um lugar lá, o espaço cultural do Congresso Nacional – o Paulinho está aqui, já está eleito deputado, já pode tratar de organizar. O artista nós já temos, o escritor nós já temos, falta só o palco, agora.

Queria agradecer aos meus companheiros de governo, a Eliana Kátia, o Paulinho Vannuchi, dos Direitos Humanos; o Márcio Thomaz Bastos, da Justiça; o companheiro Marinho, do Trabalho; a Alexandra, do Patrimônio da União, e o Gilberto Carvalho.

Hoje eu estou aqui, padre Júlio, com o cumprimento de um compromisso



firmado entre nós, aqui mesmo. Eu me lembro que em dezembro de 2003 eu vim ao encontro dos moradores de rua e dos catadores. E aqui eu assumi um compromisso de que durante os meus quatro anos de mandato eu estaria aqui todo mês de dezembro, antes do Natal, para conversar um pouco com vocês.

Uma coisa que sempre me incomodou, na minha vida política, na minha vida sindical, quando ia à porta de uma fábrica, quando começava um movimento, era a inquietação se você poderia voltar naquele lugar e ser tratado da mesma forma com que sempre foi tratado. É o que eu chamo de “direito de andar de cabeça erguida”, não perder a sua relação de origem, não perder de vista... não permitir que a liturgia do cargo te corrompa ideologicamente e politicamente, mas também não esquecer que existe uma certa liturgia do cargo e que você tem que cumpri-la. Mas nunca perder de vista de onde você veio e para onde você vai.

Estou aqui hoje, alegre, meus companheiros. Possivelmente, o dia mais alegre que eu tive naquele Palácio foi o dia do encontro que nós fizemos lá dentro. Pode ser que para algumas pessoas aquilo não representasse nada, afinal de contas, era a parte mais empobrecida da população que estava ali dentro. Mas, para mim, a entrada de vocês no Palácio do Planalto e o discurso que vocês fizeram, eu penso que deu uma energia de cidadania naquele Palácio, porque ele só seria completo quando todos os segmentos da sociedade pudessem atravessar aqueles corredores e nos tratarmos como irmãos, como companheiros, sabendo que cada um tem uma função diferenciada e cada um precisa fazer o melhor que puder fazer no exercício das suas funções.

Hoje, estou aqui olhando para cada um de vocês e dizendo: valeu a pena assumir compromisso com vocês. Eu sei que ainda tem muita coisa por fazer, e a Alexandra disse bem: nós mandamos uma medida provisória este ano, no começo do ano, para o Congresso Nacional. Essa medida provisória venceu o prazo e então, deixou de valer. Isso me inquietou profundamente



porque nós também não podemos mais atravessar quatro anos atendendo pedacinho por pedacinho. Vai ter uma hora em que vai ter que ter um pedaço maior para a gente poder resolver, definitivamente, algumas situações graves nas grandes regiões metropolitanas do País: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, onde tiver, porque a União não precisa ter toda essa quantidade de imóveis que tem, não precisa ter.

Esses dias eu pedi para a Alexandra: eu quero que faça a concessão de um terreno na praia de Boa Viagem para fazer uma área de lazer. Era um terreno da nossa querida Aeronáutica, mas não dava para fazer um aeroporto, não dava para fazer nada. Eram três hectares de terra, mas dava para fazer uma área de lazer. Por que tem que ficar na mão da União ou na mão da Aeronáutica? Passe aquilo para o povo usufruir. E isso nós vamos fazer. Estamos convencidos de que é uma atitude republicana, uma atitude nobre, uma atitude de um Estado que precisa reparar os erros que cometeu, ao longo da história, com a sociedade. Eu tenho plena consciência de que o fato de vocês estarem na rua é menos culpa de vocês e muito mais culpa da própria sociedade, que não os vê na rua catando papel, que não os vê na rua, deitados na calçada. Essa sociedade tem culpa de vocês estarem lá, como tem culpa o Estado brasileiro que, ao longo da história, não tratou todos em igualdade de condições.

Eu quero dizer para vocês que eu tenho mais quatro anos de experiência. Eu vou tentar não utilizar mais a palavra “governar”, porque “governar” é muito pomposa. Eu vou utilizar a palavra “cuidar”. Eu preciso cuidar do Brasil e cuidar do povo brasileiro. A palavra mais adequada, Júlio, é cuidar. Nós temos que cuidar dessa gente, temos que cuidar desse povo esperançoso.

Vocês não imaginam a especulação que teve porque o Marinho fez um acordo com as centrais sindicais e nós demos um salário mínimo de 380 reais. Houve pessoas que escreveram que o mundo ia acabar. Mas como que o



mundo vai acabar? Nós vamos fazer, mais uma vez, contenção de gastos em cima dos pobres? Não vamos fazer. Não foi para isso que eu fui eleito. Eu fui eleito para fazer mais e melhor do que fizemos no primeiro mandato. Eu fui eleito para cuidar de todos mas, preferencialmente, cuidar dos mais necessitados, e vamos fazer.

Agora, eu acho que o pessoal está muito metido, viu, Júlio? Na hora em que eu cheguei, antes de falar “obrigado”, eles falaram: “E o convite para ir à posse?”. Bem, eu quero dizer para vocês o seguinte: primeiro, se tem uma coisa que me dá orgulho é poder ser tratado como companheiro em todo lugar que eu chego. Eu não sei quantos presidentes poderiam ser chamados de companheiros, ou se gostariam de ser chamados de companheiros. Se vocês pedirem para mim: “Do que você quer ser chamado, de presidente ou de companheiro?”. Me chame de companheiro, que é o que eu sou, na verdade, de vocês. Eu estou na Presidência por mais quatro anos, mas quero ser companheiro de vocês pela eternidade, até o último dia da minha vida.

Eu penso que nesses próximos quatro anos nós vamos fazer muito mais do que fizemos agora, estou convencido disso, Júlio. Temos mais experiência, já sabemos, agora, onde está o caminho das pedras, onde estão as dificuldades. Você está lembrado que eu disse, logo depois da posse, que eu ia destravar o País. É muito penduricalho para a gente destravar. Nós vamos precisar contratar catadores de penduricalhos para a gente poder destravar o País. Tem muita coisa...

Vocês não imaginam o que significa o patrimônio da União nos estados, a briga que as pessoas fazem para querer administrar, nos estados. Esse terreno de que eu falei, de Recife, tinha um deputado querendo vender e entrou com uma ação contra a doação, porque ele se achava no direito de vender, para especular, para fazer apartamento, um terreno que é da União.

Eu queria, Júlio, agradecer de coração a confiança depositada no Presidente e no seu governo, nos momentos mais difíceis, porque eu aprendi a



conhecer quem são os amigos da hora da festa, quem são os amigos de chegar para comer na hora em que a comida está pronta e quem são os amigos que vão ajudar a plantar, a colher, a fazer a comida e comer junto. Eu aprendi que, na hora em que a coisa estava muito difícil, eu olhava para os lados e percebia que os amigos que eu tinha eram os trabalhadores e vocês. Isso só fez aumentar o meu compromisso.

Todos os dias eu agradeço a Deus, dom Manuel, pelo fato de termos tido o segundo turno das eleições. Se a gente tivesse ganho no primeiro turno, iam continuar reclamando, iam continuar xingando, iam continuar... Então, foi Deus que me tirou 1% de votos no primeiro turno para a gente poder fazer um bom debate no segundo turno. E o segundo turno foi o que vocês presenciaram. Eu acho que o povo brasileiro se coesionou, as forças políticas progressistas deste País se juntaram outra vez, o movimento social sabia o que podia acontecer para eles, porque nós ainda não fizemos tudo o que precisa ser feito. Mas nunca na história do Brasil alguém fez metade do que nós fizemos para cuidar da parte mais pobre deste País. Tenho consciência disso e vamos continuar fazendo.

Por isso, meus companheiros, vocês já estão convidados para a posse. Eu quero, do fundo do coração, em meu nome e de Marisa, desejar a todos vocês um feliz Natal, desejar, para quem eu não ver, um feliz Ano Novo e dizer o seguinte: não tenho nenhuma preocupação, viu, mineirinha, de me cobrarem. Eu não tenho nenhuma preocupação, não fico bravo de alguém me cobrar as coisas. Me cobrem, porque se vocês não cobrarem, às vezes a gente pensa que as coisas estão funcionando e não estão. É importante cobrar.

Quero agradecer, de coração, por tudo o que vocês prestaram de serviço, de solidariedade. Eu sei que vocês são homens e mulheres de bem, querem apenas sustentar as suas famílias com respeito, com dignidade, e nós não podemos ver nisso um problema mas, sim, uma solução. Então, enquanto eu for presidente, nós iremos trabalhar juntos e vamos aperfeiçoar.



Inclusive, quero assumir o compromisso, Júlio, de na primeira reunião interministerial, agora – eu nunca participei de nenhuma – eu vou querer participar, porque eu acho que a coisa está andando menos rápido do que poderia andar. Eu sei que todo mundo trabalha com a alma no bico do pé mas, às vezes, a coisa demora. Eu conheço o que é reunião, Júlio. A gente, às vezes, decide as grandes coisas e, quando desce lá para baixo, meu caro, é um pandemônio. Mas nós vamos continuar parceiros, querido Júlio, vamos continuar parceiros. Vocês, companheiros de rua, companheiros que estão fazendo uma empresa maravilhosa, porque isso aqui é uma empresa, daqui a pouco vira uma multinacional porque o Antônio vai comprar para levar para a Itália todo o papel recuperado que a gente produzir aqui.

Júlio, pode ficar certo, nós vamos continuar fazendo parceria com a Petrobras, com o Banco do Brasil, com a Caixa Econômica Federal, com o governo federal. Possivelmente, esta semana eu tenha uma reunião com o prefeito Gilberto Kassab, esta semana ou depois da posse. Vou ter uma conversa com o governador José Serra, e o que eu puder fazer para ajudar, numa intermediação, para que a gente possa viver em paz em São Paulo, na capital do estado, e no Brasil, eu vou fazer.

Que Deus abençoe cada um de vocês e que Deus abençoe o povo brasileiro. Obrigado, meus irmãos.

Quero agradecer agora, aqui – o meu companheiro Nicodemos disse uma coisa importante – é preciso a gente fazer o reconhecimento das companheiras e dos companheiros agentes de saúde, aqui, que eram companheiros moradores de rua e, graças a eles, o programa Saúde da Família tem funcionado. Então, parabéns aos agentes de saúde.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura do Protocolo de Intenções de Valorização do Salário Mínimo

Palácio do Planalto, 27 de dezembro de 2006

Eu quero, primeiro, cumprimentar os companheiros dirigentes sindicais e os companheiros ministros que souberam, da forma mais civilizada possível, se colocar em torno de uma mesa e encontrar um denominador comum que pudesse atender, senão as aspirações e o desejo que temos com relação ao salário mínimo que cada um constrói na cabeça como ideal, atender aquilo que era possível fazer de melhor para que nós continuássemos a política de recuperação do salário mínimo.

Queria agradecer a compreensão do Congresso Nacional, porque quando o Congresso Nacional tem compreensão e vota as coisas corretas, a gente não está livre de pegar alguém que queira chegar no mês de maio e fazer uma apresentação. Mas não se preocupem que eu veto. Se alguém tentar extrapolar o limite do que foi acordado, não tenham dúvida que eu veto, como vetei, antes das eleições, a demagogia daquele aumento que quiseram dar. Até porque eu acho que o Brasil precisa de muita seriedade para que a sociedade comece a confiar no País, comece a confiar nos seus dirigentes, nos seus legisladores, comece a confiar nas instituições, e aí nós vamos perceber que vai ficar muito mais fácil fazermos o que tem que ser feito no Brasil. A discussão sobre reforma não será traumática, a discussão sobre salário mínimo não será traumática, e nenhuma discussão será traumática se ela for feita por gente que tem disposição de fazer e for feita da forma mais democrática possível.

Há um avanço a ser consagrado nesta reunião de hoje e na assinatura deste protocolo, que é importante ressaltar. Há um avanço do governo, mas há



um avanço também dos dirigentes sindicais, e é importante a gente dizer porque isso faz parte da história. Não faz muito tempo que o movimento sindical urbano brigava por aumento de salário mínimo, como não faz muito tempo que no Brasil o governo se dispôs a discutir salário mínimo com os dirigentes sindicais urbanos. Na verdade, o salário mínimo era uma peça de ficção para discurso nosso no Dia 1º de maio. Isso valia para o Marinho, quando era presidente da CUT, para mim, quando eu era presidente sindical do ABC, e para todos vocês. A gente fazia um discurso no 1º de Maio, até porque a maioria das nossas categorias não representa o trabalhador de salário mínimo.

Qual é o avanço que nós estamos conseguindo aqui? Primeiro, criando um novo padrão de relacionamento entre o Estado brasileiro e a sociedade brasileira e as suas mais variadas organizações de representação da sociedade. No caso de vocês, essa representação com o chamado setor organizado dos trabalhadores brasileiros. Na hora em que a gente cria esse padrão de relacionamento, não importa quem venha a governar o Brasil daqui a 4 anos, 5 anos, 6 anos, 10 anos, não importa. Se esse padrão novo estiver consolidado e houver uma seriedade entre o governo federal, o Congresso Nacional e os sindicalistas, nós continuaremos estabelecendo um padrão de tamanha civilidade que as pessoas terão que acatar um acordo feito como esse quase que como uma lei, uma decisão de uma instância superior, porque aqui está expressa a vontade de um conjunto de pessoas que representam a sociedade brasileira.

E por que eu digo isso? Porque não era habitual no Brasil, e em nenhum país do mundo, e vocês sabem disso, essa relação entre governo e sociedade. Aqui está cheio de companheiros dos mais diferentes partidos políticos, das mais diferentes crenças religiosas, e a gente conta nos dedos, sobretudo nos dedos da minha mão em que falta um dedo, quantas vezes você conseguiram *in loco* uma audiência com o presidente da República? Quantas vezes? E não



são só os dirigentes sindicais não, são todos os segmentos da sociedade que não tinham espaço, quando muito o presidente chamava alguém que era seu amigo para conversar, mas trazer todo mundo para conversar, para ouvir, para discutir, para ouvir coisas contrárias, coisas a favor, isso não é hábito, não faz parte da cultura brasileira, e nunca fez.

Então, vocês precisam nos ajudar a construir esse novo padrão, que é um padrão que deve vir para ficar, para perpassar vários e vários governos, portanto, durar várias e várias décadas. E isso é, possivelmente, a maior conquista que nós estamos tendo nesta tarde de hoje, que é o segundo ano consecutivo que nós fazemos o acordo. E eu fiz questão de valorizar os companheiros que assinaram o Protocolo anterior e, quando na Câmara dos Deputados, faltando alguns meses para as eleições, alguém tentou mudar, os mesmos trabalhadores que aqui vieram foram lá protestar e dizer que era para vetar, e eu vetei com o maior prazer.

Pois bem, nós estamos repetindo esse novo acordo. Possivelmente não seja tudo o que cada um de nós sonhou. Agora, não menosprezem o que significa 30 reais para um homem que ganha um salário mínimo. Talvez quem ganhe 30 salários mínimos não saiba o valor que tem isso, talvez quem ganhe 20 salários mínimos não saiba, até porque 30 reais ele gasta de cerveja numa noite, mas para uma pessoa pobre, 30 reais às vezes significa o sustento dos próximos 15 dias. E todo mundo que vive de salário sabe o significado que tem, às vezes, uma moeda. Eu me lembro, quem é de São Paulo, aqui, eu estudava no Senai do Ipiranga, e também trabalhei na (inaudível), e eu me lembro quantas vezes – eu já tinha mudado para a Ponte Preta, divisa com São Caetano – por falta de uma moedinha de 50 centavos, eu andava a pé 12 quilômetros, e ainda tinha que me esconder naquele campo onde hoje é a Favela de Heliópolis. Naquele tempo era só campo de futebol. Quem lembra? Tinha uns 40 campos de futebol. Acontece que eu pegava o ônibus no ponto e a minha mulher pegava em um ponto antes de mim – minha mulher não, minha



noiva, depois virou minha mulher – e eu tinha que sair a pé, e toda hora que vinha um ônibus eu corria para o meio do campo para que a minha noiva não visse que eu estava andando a pé com a minha marmitinha, por causa de uma moedinha. E hoje nós sabemos quantos trabalhadores no centro de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, vão trabalhar a pé porque não têm essa moedinha, não têm 1 real, não têm 2 reais. Então, primeiro, é preciso valorizar, porque 30 reais é pouco para quem tem muito, mas é muito para quem tem pouco.

Há um ditado que diz o seguinte: pouco dinheiro nas mãos de muitos significa distribuição de renda, muito dinheiro nas mãos de poucos significa concentração de riqueza. Então, é importante que a gente valorize isso que vocês conseguiram fazer aqui. Isso não é uma coisa pequena, isso é uma conquista que vocês tiveram e que vocês estão passando para os trabalhadores que ganham salário mínimo, vocês que representam categorias que, na sua grande maioria, não ganham mais o mínimo, resolveram estender a mão para ajudar aquele companheiro que ainda não chegou onde vocês já estão. E isso não é pouca coisa. Se tivesse mais gesto de solidariedade e de grandeza de comportamento neste País, certamente nós teríamos avançado muito e muito mais vezes.

Segundo, é preciso que a gente tenha coragem de fazer as coisas que nós ainda não fizemos, porque fazer a mesmice qualquer um faz, fazer as coisas diferentes é que é o desafio que está colocado para nós. E eu vou dizer para vocês uma coisa: nós vamos ter que discutir reformas. Agora, uma coisa é discutir reforma em que o governo contrata meia dúzia de técnicos, prepara uma proposta e mando para o Congresso Nacional e fala: está pronta aqui a reforma, e coloca os líderes do governo para brigar com os líderes da oposição. Essa não deu certo e o resultado dela certamente é danoso à sociedade. Mas eu sonho em construir a reforma junto com vocês. Vamos criar os foros necessários, envolvendo os deputados, envolvendo os dirigentes



sindicais, envolvendo os trabalhadores da ativa, os inativos, o governo, e vamos sentar, vamos colocar as nossas diferenças em torno de uma mesa e vamos tentar discutir, depois de um diagnóstico muito correto, quais são as soluções que cada um de nós quer deixar para os nossos filhos no mundo do trabalho e no mundo da Previdência Social, e em tantas outras áreas. Este País nunca foi discutido pra valer, ele nunca foi discutido com a seriedade que precisa ser discutido. Eu, agora, fui reeleito mais quatro anos e não quero fazer o mesmo que já fiz nos primeiros quatro anos. Já fiz, está feito.

Agora temos que fazer uma coisa nova. E, pelo amor de Deus, não cometam o erro de fazer a palavra desenvolvimento ou crescimento econômico sem combinar junto com ela a palavra distribuição de renda, porque este País, eu já disse a vocês na outra reunião, este País, quando o PIB cresceu 13.94 em 1973, o salário mínimo teve uma perda real de 3,4%. Então, é preciso saber que nós avançamos muito até aqui porque, meu caro Salim, o Brasil não estava habituado a exportar importando, o Brasil não estava habituado a ter um crescimento das exportações com o crescimento do mercado interno, o Brasil não tinha experiência em microcrédito, o Brasil não tinha experiência de crédito consignado. Nada disso vinha da cabeça dos grandes acadêmicos, muito disso é da cabeça de vocês, o que mostra que se a gente souber, com muita paciência, utilizar a boca que a gente tem para falar menos e utilizar as duas orelhas para ouvir mais, a gente pode acertar. E pode acertar cada vez mais.

Eu fui sábado, no dia 23, numa cooperativa de catadores de papel em São Paulo, não pela quantidade de dinheiro que eles estão ganhando, mas pela quantidade de liberdade que eles estão ganhando: se organizar numa cooperativa, o BNDES dar crédito para aquelas pessoas aprenderem a tratar o papel, porque antes eram tratados como uma coisa de segunda, eu diria, cidadãos de segunda categoria ou terceira. Quem era que parava na rua para cumprimentar um catador de papel? Hoje eles nos chamam de companheiros e vão vir na nossa posse. Quem já imaginou um catador de papel vir na posse de



um presidente da República, ou um morador de rua vir? Eles estão vindo porque estão adquirindo consciência, e muitos deles ainda não chegaram ao padrão de um trabalhador de salário mínimo.

Então, vocês imaginem o que nós temos para fazer pela frente. Que vocês façam quantas marchas vocês quiserem fazer, mas que a gente nunca perca de vista que depois de cada marcha nós temos que dar um resultado para ela. E o resultado não é fazer uma outra marcha no ano que vem, é resolver o problema de cada marcha numa mesa de negociação. Enquanto eu for presidente da República, vocês poderão ver o defeito que quiserem ver no governo, mas vocês não verão, nunca, o defeito de que neste governo não houve espaço para as lamúrias, para os reclames, mas também para as concordâncias, também para os acertos. E eu acho que nós temos condições de avançar muito mais, estamos apenas começando.

Os primeiros quatro anos foram apenas uma demonstração do que é possível fazer. E desburocratizar o País, meu caro Salim, às vezes a gente mexe com a estrutura corporativa, o que vai precisar da compreensão de vocês, porque senão, no mundo, a história nos ensina que é mais fácil ficar como está do que tentar fazer qualquer mudança. E, afinal de contas, para que vocês entraram no sindicato? Para que eu virei presidente da República? Para virar a mesmice? A mesmice não precisava de nós. O que precisa de nós é um novo que está dentro de nós, e nós não estamos perto, como diz o Paulinho, porque em 2023, eu quero estar aqui, tossindo menos do que eu estou agora, reivindicando mais conquistas para o conjunto da sociedade brasileira.

Então, meus companheiros, eu quero agradecer. Quero agradecer porque o ano de 2006 termina de forma altamente positiva. Houve quem não acreditasse nisso, houve quem esperasse o caos, e o caos não aconteceu, porque neste País tem uma coisa que as pessoas precisam aprender a respeitar, que nem sempre é levada em conta nas avaliações políticas, nem sempre é levada em conta em estudos, chamada povo, essa coisa chamada



povo é muito poderosa quando ele se move, e o povo brasileiro está se movendo e vai se mover cada vez mais porque quanto mais ele se move, mais nós iremos consolidar a democracia neste País.

E quero terminar dizendo para vocês: nós, vocês sindicalistas, companheiros parlamentares, a sociedade brasileira e o governo precisam botar na cabeça que nós não estamos aqui apenas para governar, nós estamos aqui para cuidar deste País. E cuidar deste País significa a gente tratar o povo como a mãe da gente trata os filhos: cuidar dos que mais precisam, em primeiro lugar, evitar que eles continuem cada vez mais miseráveis. Este não é o compromisso do presidente Lula, não. Eu quero que vocês saibam que a responsabilidade de vocês é do tamanho da minha, embora haja diferença de cargo. Mas a nossa responsabilidade, como seres humanos, como brasileiros, que acreditamos na construção de um outro país, passa por sermos cúmplices na hora de fazer as coisas boas e ser democráticos na hora de fazer as críticas que têm que ser feitas.

Hoje, vocês só merecem aplausos. Parabéns, Marinho, por tudo o que vocês fizeram, e parabéns aos sindicalistas.

Leia o release sobre o assunto:

<http://www.info.planalto.gov.br/download/notas/REL271206.DOC>